

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: www.au.int

SC1049

CONSELHO EXECUTIVO

Trigésima Segunda Sessão Ordinária

22 - 26 de Janeiro de 2018

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/1049(XXXII)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS
DECISÕES ANTERIORES DO CONSELHO EXECUTIVO E DA
CONFERÊNCIA**

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE DECISÕES
ANTERIORES DO CONSELHO EXECUTIVO E DA ASSEMBLEIA**

JANEIRO DE 2016 A JULHO DE 2017

I. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório é submetido em cumprimento da Decisão [Assembly/AU/Dec.318 (XV)], adoptada pela 15ª Sessão Ordinária da Conferência realizada em Kampala, Uganda em Julho de 2010, e em conformidade com as Conclusões do Retiro da Comissão e o CRP, realizada de 31 de Março a 2 de Abril de 2011, em Nazareth, Etiópia. Solicita à Comissão que submeta um Relatório sobre a implementação das decisões anteriores do Conselho Executivo e da Conferência, que presta contas sobre as acções empreendidas e os desafios confrontados e as soluções propostas. O número total de Decisões em relação às quais a Comissão está a prestar relatório é de oitenta e três (83), das quais **quarenta e uma (41)** são do Conselho Executivo e **quarenta e duas (42)** são da Conferência. As decisões em relação às quais se está a prestar relatório são as das **Cimeiras de Janeiro de 2016, Julho de 2016, Janeiro de 2017 e Julho de 2017.**

2. A análise baseia-se nos seguintes parâmetros/fasquia:

- 75 – 100% - Implementadas
- 30 – 74% - Parcialmente implementadas
- 0 – 29 % - Não implementadas

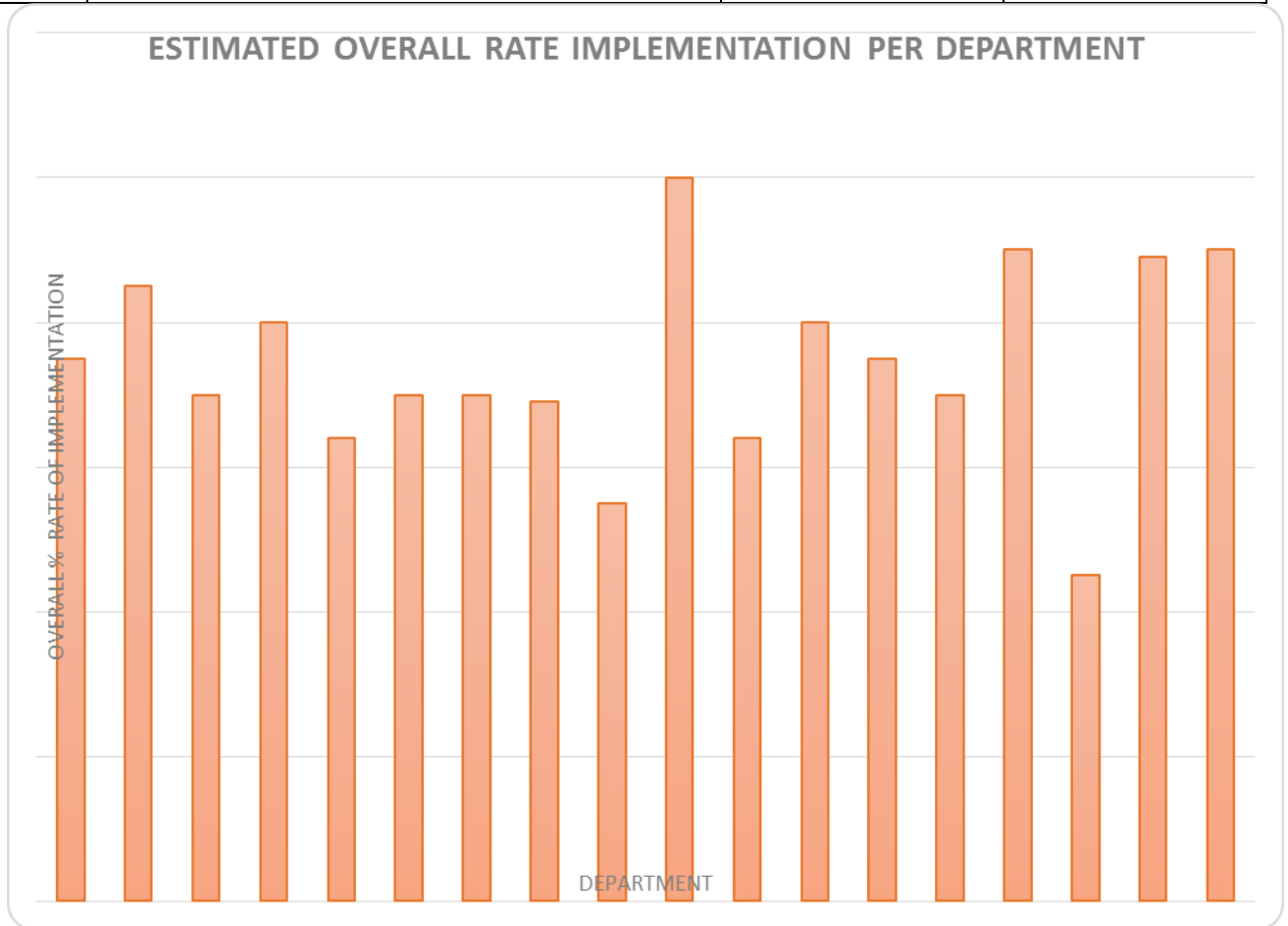
Ano	Número de Decisões por ser implementadas pela Comissão	Índice de implementação	Observações
2016: Conselho Executivo	20	Das 39; 20 foram implementadas, 13 foram parcialmente implementadas (em progresso) e 6 não foram implementadas	O índice de implementação melhorou devido ao facto de ter sido dado tempo suficiente para o efeito
Conferência	19		
2017: Conselho Executivo	21	Das 44, 15 foram implementadas 20 parcialmente implementadas (em progresso) 9 não foram implementadas	O Índice de implementação não é satisfatório devido a limitação no tempo
Conferência	23		
Número Total de Decisões por ser apresentado pela Comissão	41	Das 83 decisões, 35 foram implementadas, 33 parcialmente implementadas e 15 não foram implementadas	
Conselho Executivo	42		
Conferência	83		

3. “É necessário que se tome nota do facto das decisões serem reportadas uma vez por ano para permitir que haja tempo para a implementação, em conformidade com a Decisão do Conselho Executivo **EX.CL/Dec.898(XXVIII)** de Janeiro de 2016, sobre a Implementação das Decisões Anteriores do Conselho Executivo e da Conferência, solicitando à Comissão, em colaboração com o Comité dos Representantes Permanentes (CRP), que garanta que as decisões adoptadas sejam reportadas uma vez por ano para permitir que haja tempo para a sua implementação por parte da Comissão e pelos Estados Membros, e que as decisões tomadas em Janeiro sejam reportadas nas Cimeiras de Janeiro seguinte e as decisões tomadas em Junho/Julho sejam reportadas nas Cimeiras de Junho/Julho seguintes. Esta decisão não está plenamente implementada pois há um processo contínuo de apresentação de relatórios depois de seis meses, o que não dá tempo suficiente para a implementação.

4. A tabela baixo demonstra o índice de implementação pelos Departamentos.

No.	Departamento	Decisões tomadas no período de Janeiro de 2016 a Julho de 2017	Índice Total de Implementação (%)
1.	Gabinete do Secretário-geral da Comissão (GSGC)	6	75
2.	Departamento de Paz e Segurança (GPS)	9	85
3.	Departamento dos Assuntos Políticos (DAP)	12	70
4.	Departamento de Infra-estruturas e Energia (DIE)	4	80
5.	Departamento dos Assuntos Sociais (DSA)	6	64
6.	Departamento dos Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia (RHCT)	12	70
7.	Departamento do Comércio e Indústria (DCI)	8	70
8.	Departamento da Economia Rural e Agricultura (DERA)	5	68
9.	Departamento dos Assuntos Económicos (DAE)	2	55
10.	Direcção de Gestão de Conferências e Publicações (DGCP)	1	100
11.	Direcção de Administração e Recursos Humanos (DAGRH)	8	64
12.	Direcção para Planificação de Política Estratégica, Monitorização, Avaliação e Mobilização de Recursos (SPPMERM)	4	80
13.	Direcção para a Planificação, Orçamentação, Finanças e Contabilidade	11	75

14.	Direcção para a Mulher, Género e Desenvolvimento	4	70
15.	Direcção para as Organizações da Cidadania e Diáspora	5	90
16.	Gabinete do Conselheiro Jurídico	13	45
17.	Gabinete de Auditoria Interna	6	89
18.	Divisão de Gestão e Coordenação de Parcerias	6	90



II. Observações Gerais

a) Aumento da tendência estatística em termos de números de decisões

5. As estatísticas demonstram que o número de decisões tomadas em cada Cimeira está a aumentar, não obstante o apelo da Cimeira de 2015, em Joanesburgo, no sentido de se racionalizar o número de decisões. A nível da Conferência as decisões continuam a aumentar enquanto a nível do Conselho Executivo o número diminuiu.

b) Constrangimentos na implementação das decisões

6. É de crucial importância que se racionalize as decisões tomadas por Cimeira. Continuam sendo tomadas decisões numerosas sem a devida consideração em relação as implicações financeiras, jurídicas e estruturais das decisões que estejam a ser propostas para adopção pelo Conselho Executivo e pela Conferência. Por conseguinte, isso retrata-se num baixo índice de implementação das decisões.

7. Na sequência da análise do relatório em anexo, os maiores desafios são: tempo insuficiente para a implementação das decisões, financiamento inadequado, desembolso tardio dos fundos pelos parceiros de desenvolvimento, bem como pagamento tardio das contribuições estatutárias por parte dos Estados Membros.

c) Recomendações e passos a seguir

8. Os Departamentos devem garantir o cumprimento com as linhas de orientação sobre a preparação e adopção de decisões, como é o caso da observância do requisito de não submeter mais de três decisões por cimeira.

9. Departamentos com um grande número de Decisões não implementadas não devem ser permitidos a submeter decisões até que demonstrem progresso na implementação.

10. A Comissão e os Estados Membros devem evitar elaborar relatórios/decisões longos/as e repetitivos/as sem indicarem o que é que é necessário da parte do Conselho e da Conferência. Devem ser evitadas novas decisões que contradigam decisões já tomadas.

11. As decisões tomadas na Cimeira de Janeiro devem ser reportadas na Cimeira de Janeiro seguinte e o mesmo aplica-se para as decisões tomadas durante as Cimeiras de Julho.

DECISÕES DO CONSELHO EXECUTIVO**EX.CL/Dec.898 (XXVIII) - EX.CL/Dec.985 (XXXI)****Janeiro de 2016, Julho de 2016, Janeiro de 2017, Julho de 2017**

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
GABINETE DO PRESIDENTE							
1.	EX.CL/Dec.899(XVIII) Decisão sobre as Actividades do Comité de Representantes Permanentes	<p>RELATIVAMENTE ÀS QUESTÕES DE AUDITORIA</p> <p>SOLICITA à Comissão para continuar a acompanhar a implementação das recomendações do Gabinete de Auditoria Interna (GAI/OIA), bem como as do Conselho de Auditores Externos e elaborar periodicamente um relatório sobre as questões de auditoria;</p>	Houve um seguimento da implementação e foi feita a actualização da matriz em 31 de Outubro de 2017		Trata-se de um processo contínuo e o Gabinete de Auditoria Interna continuará a dar seguimento e submeter relatórios ao Subcomité para Questões de Auditoria	100	GAI/OIA
		<p>RELATIVAMENTE À NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA (NEPAD)</p>	As CUA & NPCA criaram um Grupo de Trabalho Técnico para levar a cabo a integração da NPCA nas estruturas da UA e transformação da NPCA		O relatório será submetido às estruturas para apreciação e decisão subsequentes		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>Solicita à Comissão i) que acelere a finalização da integração da Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA) nas estruturas e processos da União Africana (UA), particularmente à luz do exercício de reestruturação previsto, com o objectivo de evitar a sobreposição e duplicação de programas;</p>	<p>em Agência de Desenvolvimento da UA. O relatório analisou quatro aspectos: o Aspecto Jurídico, Governação, Prestação Programática e Comunicação com as Partes Interessadas. Os papéis e responsabilidades estão claramente delineados no princípio da complementaridade lógica e prestação de contas/responsabilidade.</p>				
		<p>ii) em colaboração com a NPCA, que proponha critérios bem definidos para a elegibilidade de todos os Estados-Membros para os projectos da NEPAD;</p>	<p>Actualmente os Estados Membros são seleccionados com base na representação geográfica, base de necessidades e prontidão. A selecção acontece em estreita consulta com a NPCA, SC, CUA, CER e parceiros de desenvolvimento</p>	<p>A cobertura é um dos principais impactos da Agência. Actualmente os 52 Estados</p>	<p>O CRP deve estar envolvido no critério de selecção</p>		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
				Membro s e o plano é cobrir todo o continen te			
		iii) declare a vaga do cargo de Director Executivo da NPCA e solicite ao Secretariado da NPCA, em colaboração com a Comissão, para fazer circular os Termos de Referência do cargo a todos os Estados-Membros;					
2	EX.CL/Dec.908(XVIII) Decisão sobre o Retiro de Mekele do Conselho Executivo	SOLICITA à Comissão para: assegurar com a Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA) e, em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e os Estados-	Para garantir o alinhamento e coerência, a reunião de Directores da Comissão e da Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD será institucionalizado em 2018				

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Membros, que o Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063 integre a centralidade da unidade e apropriação africana, e decidir promover e defender as aspirações e prioridades continentais;					
		RELATIVAMENTE À INTEGRAÇÃO DA AGENDA 2063 E DO SEU PRIMEIRO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DECENAL SOLICITA à Comissão e a todos os outros órgãos, as CER e as instituições continentais da UA para harmonizarem os seus Planos Estratégicos e Directores ao PPID e para assegurarem a máxima coordenação na sua implementação, no espírito de complementaridade e subsidiariedade;	O processo de enquadramento no contexto nacional está em curso e um número considerável de Estados Membros foi visitado e concordam em alinhar os seus planos com o Plano de Implementação dos Primeiros Dez Anos				

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>SOLICITA IGUALMENTE à Comissão para recolher os relatórios dos Estados-Membros para apresentar um relatório de actividades ao 2.º Comité de Acompanhamento Ministerial de Bahir Dar sobre a Agenda 2063 a ter lugar antes da próxima sessão ordinária do Conselho Executivo prevista para Julho de 2016.</p>					
3.	EX.CL/Dec.920(XIX) Decisão sobre Questões Financeiras	<p>NO QUE DIZ RESPEITO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS ÓRGÃOS DA UA PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</p> <p>SOLICITA ao Presidente da Comissão para submeter um relatório sobre o</p>					<p>O Gabinete do Vice-Presidente (GVP) deve tomar as medidas necessárias.</p>

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		incumprimento do Conselho Executivo quanto a medidas correctivas;					
4.		<p>NO QUE DIZ RESPEITO À AUDITORIA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA COMISSÃO PARA O ANO 2015 E A MATRIZ DE RECOMENDAÇÃO DE 30 DE ABRIL DE 2016 - Doc. EX.CL/957(XXIX)</p> <p>SOLICITA:</p> <p>(i) à Comissão para abordar as questões levantada pelo CRP sobre as Questões de Auditoria;</p> <p>(ii) aos Departamentos e aos</p>	<p>PBFA adquiriu uma aplicação que permitirá que se compile e se monitore a as questões relativas à auditoria, de todos os escritórios.</p> <p>Espera-se que esta decisão seja implementada até Junho de 2018.</p> <p>Por enquanto, os órgãos reportam sobre a sua implantação usando a matriz e está a ser aplicado um cartão a partir de Março de 2018 para monitorar o desempenho do PBFA a este respeito</p>	<p>O Gabinete de Auditoria Interna (GAI) fez seguimento em 31 de Outubro de 2017. O relatório foi submetido ao Subcomité do CRP de Auditoria indicado;</p> <p>Registam-se progressos significativos na</p>	<p>A monitorização e avaliação da implementação das recomendações de auditoria deve ser reforçada.</p>	DAGRH	<p>O Gab do VP reforçará ainda mais a supervisão da implementação das recomendações de auditoria pela PBFA e DAGRH, e Serviços Médicos e de Conferência.</p> <p>Outros Departamentos da Comissão precisam estabelecer serviços de auditoria interna e externa que atendam e informem sobre</p>

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>órgãos responsáveis pela implementação das recomendações de auditoria pendentes para tomarem as medidas necessárias para implementar de modo a introduzir melhorias nas operações da organização sem as quais serão aplicadas sanções;</p>		<p>implementação das recomendações;</p> <p>O Gabinete do Vice-Presidente instituiu um mecanismo de implementação e apresentação de relatório mensal pelo PBFA, DAGRH, Serviços Médicos e de Conferência sobre as suas respectivas recomendações de auditoria, que resultou em progressos significativos nas recomendações de</p>			<p>a implementação de suas respectivas recomendações de auditoria</p>

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
				<p>2015, 2016 e 2017. A matriz identificou igualmente alguns desafios, nomeadamente: alguns órgãos e departamentos não prestaram a devida atenção às recomendações de auditoria; algumas recomendações de auditoria tinham sido ultrapassadas pelos novos desenvolvimentos e precisavam de ser postas de parte; É necessário a actualização da matriz</p>			

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
				<p>com contribuições das entidades auditadas para que reflecta a situação real no terreno. O Subcomité do CRP de Auditoria solicitou ao Gab. de Auditoria Interna que aborde as questões anteriormente enunciadas e actualize a matriz.</p>			
5	EX.CL/Dec.943(XXX) Decisão sobre o Relatório Anual de 2016 do Presidente da Comissão da UA	ORIENTA a Comissão a transformar o "Relatório anual sobre as Actividades da Comissão" num "Relatório Anual sobre as Actividades da União e dos seus Órgãos", tal como previsto no n.º 1, alínea t), Artigo 8.º,	Implementada de acordo com o disposto no Acto Constitutivo: a compilação do relatório anual do Presidente agora contém as contribuições de outros órgãos, descrevendo as actividades realizadas durante o período em análise.	Não foram registados quaisquer desafios		100%	GSGC

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		dos Estatutos da Comissão;					
6	EX.CL/Dec.935(XIX) Decisão sobre o Retiro do Comité Ministerial de Acompanhamento realizado em Nairobi, Quénia	<p>SOLICITA à Comissão para</p> <p>i) elaborar um plano de acção sobre a implementação das recomendações dos Retiros do Conselho e apresentar um relatório sobre o mesmo, através do Comité de Ministerial de Acompanhamento de Bahir Dar sobre a Agenda 2063 para a próxima sessão ordinária do Conselho Executivo em Janeiro de 2017;</p>	<p>Foi realizada um reunião do Comité Ministerial de Acompanhamento, em Outubro de 2017 em Windhoek, Namíbia. O relatório sobre o progresso na implementação da Agenda 2063 foi adoptado e submetido na Cimeira de Janeiro de 2016.</p>	<p>O nível de representação dos Membros do Comité era baixo</p>		100%	SPPMERM
		<p>ii) formular novas propostas sobre a racionalização dos métodos</p>	<p>Implementada progressivamente: A sessão de abertura da cimeira é dirigida pelo Secretário-Geral das</p>	<p>Não foram registados desafios</p>		100%	GSGC

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		de trabalho da Cimeira, incluindo as cerimónias de abertura e encerramento.	Nações Unidas e o Presidente da Autoridade Palestiniana em pessoa e outros convidados podem dirigir-se a outros fóruns que não seja dos Chefes de Estados e de Governo ou, em alternativa, submeter os seus discursos escritos à Comissão.				
7	EX.CL/Dec.967(X XXI)Decisãodos Subcomités do CRP	designar uma equipa de auditores independentes para auditar regularmente os registos financeiros da União para garantir transparência e responsabilização e encaminhar os relatórios para os Estados-Membros;	Deu-se início da investigação. O Relatório deverá ser finalizado em Março.	A UA dispõe apenas de um investigador	Acelerar o processo, ter as recomendações finais para a Cimeira de Julho.	A meio caminho	Gab. do VP
8	Ex.Cl/Dec.979(XX XI) Decisão sobre o Relatório de Actividades do Parlamento Pan-Africano (PAP)	SOLICITA à Comissão para proceder a uma investigação sobre o recente processo de recrutamento do Secretário-Geral, Secretário-Geral Adjunto e outros funcionários e apresentar recomendações	As investigações deram início mas ainda não foram concluídas.	O financiamento o constitui um desafio uma vez que a decisão não teve em conta as implicações financeiras.	O Gab de Auditoria Interna continuará com a investigação, utilizando o orçamento de 2018 e finalizará em Março de 2018.	50 (pelo Gab de Auditoria Interna).	OLC/DAGRH/GAI/OIA

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		concretas, incluindo sobre o papel de supervisão da Comissão quanto aos recrutamentos feitos pelos órgãos e submeter um relatório ao Conselho Executivo em Janeiro de 2018.					
9	Ex.Cl/Dec.983(XX XI) Decisão sobre a aprovação da União Africana da Candidatura do Ministro Moushira Khattab ao cargo de Director-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	SOLICITA ao Presidente da Comissão da União Africana, ao grupo africano na UNESCO, aos grupos africanos e aos decanos do corpo diplomático africano nas diferentes capitais a tomarem as acções colectivas necessárias para apoiar e promover a candidatura acima mencionada.	Implementada: Foram enviadas cartas de apoio a todas as missões dos Estados-Membros da União Africana na Europa e América para apoiarem a candidatura do Ministro Moushira Khattab	Não foram registados quaisquer desafios		100%	BGP/GSGC
GABINETE SO SECRETÁRIO-GERAL DA COMISSÃO							

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
10	EX,CL/Dec.898(XVII) Decisão sobre a Implementação das Disposições das Decisões do Conselho Executivo e da Conferência	Solicita a Comissão, em colaboração com o Comité de Representantes Permanentes (CRP) que: i) garanta a racionalização do número de reuniões realizadas por ano	Não implementada: Não obstante os departamentos serem constantemente recordados a racionalizar as suas reuniões, contrariamente às disposições da Decisão EX.CL/Dec.898(XXVIII).	O departamento o ainda propõe numerosas reuniões	Adopção de um anuário de reuniões da UA com projectos de agendas e resultados	0%	Todos os Departamentos
		ii) As decisões propostas pela Comissão não excedam três (3) por departamento e também que se garanta a plena implementação durante o período subsequente, antes de se tomar outra decisão sobre o mesmo assunto;	A ser implementada: os departamentos agora estão a submeter três decisões por Cimeira e outras não estão a submeter decisão alguma. Este é um desenvolvimento encorajador	Não estão a ser experimentados nenhuns		90%	GSGC
		iii) A agenda da Cimeira e as decisões sejam racionalizadas para lidar com questões estratégicas, ao invés de questões administrativas;	A ser implementada: actualmente apenas quarto assuntos estratégicos estão na agenda da Assembleia	São enfrentados desafios uma vez que alguns Estados Membros continuam a propor muitas vezes o		90%	GSGC

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
				mesmo assunto Agenda da Assembleia, como é o caso dos relatórios dos Patronos Líderes de um e outro processo.			
		iv) sejam feitas dotações financeiras adequadas para permitir que a Comissão implemente efectivamente as decisões dos Órgãos Políticos	Dotações financeira feita de acordo com as solicitações dos Departamentos	Desembolso atrasado dos fundos		70%	PBFA
		v) Adopção de medidas necessárias para fortalecer e usar os mecanismos de monitorização e avaliação para a implementação das decisões dos Órgãos através do melhoramento da matriz de acompanhamento	Parcialmente implementada: Estão em curso passos para a implementação através da busca de serviços de consultoria mas ainda não estão concluídos. Está a ser feito, com os departamentos, um acompanhamento mais directo da implementação das decisões anteriores. Por exemplo, foram realizadas reuniões dos	É necessária mais cooperação por parte dos Departamentos para implementar as decisões e apresentar relatório sobre as mesmas	É necessário que se melhore os recursos humanos e a capacidade digital do Gabinete do secretário-geral para que haja mais eficiência. Deve ser criado um sistema electrónico/digital	40%	GSGC

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			Directores para criar um roteiro de acompanhamento das decisões imediatamente depois das Cimeiras.	atempadamente.			
		vi) Uma vez por ano presta-se relatório uma vez por ano sobre as decisões adoptadas para providenciar tempo adequado para a implementação das mesmas, quer por parte da Comissão, quer por parte dos Estados Membros;	Parcialmente implementada: Durante a Cimeira de Janeiro de 2017, devia ter sido apresentado o relatório sobre as decisões de Janeiro e Julho de 2016 mas foram retiradas da agenda, por conseguinte a apresentação do relatório foi feita em Julho de 2017.	Em alguns casos, como o que aconteceu quando as decisões não foram apresentadas em 2016 e Janeiro de 2017, conforme os requisitos.	Por serem implementadas com efeito a partir de Janeiro de 2018.	30%	GSGC

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		vii) Sejam alocados recursos adequados para a Comissão de modo a permitir que esta acelere o recrutamento de pessoal qualificado;	A Unidade de Recrutamento foi reorganizada e quatro quadros profissionais estão em vias de ser contratados com vista a suplementar a unidade e garantir que pessoal qualificado seja contratado para a União. Ademais, em 2016 foram contratados 100 funcionários e juntaram-se a organização em 2017 e até Novembro de 2017 foram contratados mais de 120.	O recrutamento ficou estagnado por seis meses durante o período de transição e a estagnação prolongou-se enquanto se esperava as nomeações e a realização das sessões da APROB.	Reforçar a unidade de recrutamento e continuar com os esforços com vista a contratar pessoal qualificado para a União. Foram elaborados e implementados novos modos de trabalho da APROB..	100%	AGRH
		vii) As decisões em relação às quais não foi empreendida alguma decisão depois de dois (2) ou três (3) anos sejam remetidas aos Órgãos Políticos para o subsequente cancelamento;	Ainda não implementada: ainda não foi empreendida acção alguma			0%	GSGC
		ix) Seja revisto o processo para a adopção dos Protocolos/Tratados para facilitar a	Ainda não implementada		Implementação por ser iniciada em 2018	0%	GCJ

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		ratificação pelos Estados Membros;					
1	EX.CL/Dec.908 (XXVIII) Decisão sobre o Retiro do Conselho Executivo de Mekele	RELATIVAMENTE AO ESTUDO COMPARATIVO SOBRE OS MÉTODOS DE TRABALHO DA UNIÃO AFRICANA E A RACIONALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DAS CIMEIRAS a. SOLICITA à Comissão para criar um Comité Técnico interno para estudar as recomendações contidas no estudo e facilitar a implementação da Decisão 582 (XXV) adoptada pela 25.ª Sessão Ordinária da Conferência em Joanesburgo, África do Sul, em Junho de 2015 e apresentar um relatório na próxima sessão ordinária do Conselho Executivo através do Comité	Parcialmente implementada: secções da decisão, tais como a realização das cerimónias de abertura e encerramento, estão a ser implementadas, embora o Comité ainda não esteja estabelecido e o relatório não tenha sido submetido ao Comité Ministerial de Acompanhamento sobre a Implementação da Agenda 2063.	Ainda não foi feita a criação do comité	A Comissão e o CRP devem assegurar a criação do comité	60%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Ministerial de Acompanhamento sobre a Implementação da Agenda 2063.					
		Organizar outro retiro antes da próxima sessão ordinária do Conselho Executivo prevista para Julho de 2016, para permitir debates aprofundados sobre o paradoxo de uma África rica e africanos pobres, bem como sobre a mudança de mentalidades e outras questões relevantes.	Implementada: foi organizado em Nairobi, Quénia e as suas conclusões estão a ser implementadas. As conclusões foram discutidas pelos Chefes de Estado e de Governo durante a Cimeira de Kigali em Julho de 2016.	Não foram registados desafios		100%	GSGC
12	EX.CL/Dec.913(XVIII) Decisão sobre as Actividades da Comissão da União Africana para o período de Janeiro a Dezembro de 2015	SOLICITA à Comissão para agilizar a realização de um estudo abrangente sobre o estado da implementação das Decisões anteriores do Conselho Executivo e da Conferência e para apresentar um relatório sobre o assunto na sessão ordinária do	Parcialmente Implementada: O orçamento foi atribuído e foi feita a selecção, mas devido a desafios administrativos, o Estudo ainda não foi realizado.	Financiam ento	Deve ser solicitado um orçamento suplementar e realizado um estudo em 2018.	60%	GSGC

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Conselho Executivo prevista para Janeiro de 2017;					
13	EX.CL/Dec.955(X XX) Decisão sobre a Data 5.ª Cimeira União Africana-União Europeia em 2017	ORIENTA a Comissão, em estreita colaboração com o país de acolhimento e as Comunidades Económicas Regionais, a realizar actividades para a preparação da Cimeira e a apresentar um relatório sobre a próxima sessão ordinária do Conselho Executivo em Julho de 2017.	Implementada: Missões de avaliação realizadas e documentos da Cimeira revistos pela Comissão, CRP e Sessão Extraordinária do Conselho Executivo	Não foram registados desafios		100%	PMCD
14	EX.CL/Dec.978(X XXI) Decisão sobre o Documento de Síntese para o Projecto 2018 e o Plano Estratégico do Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção 2017-2021	SOLICITA à Comissão da UA para convocar uma Sessão Extraordinária do Conselho Executivo ou da sua Mesa em Agosto/Setembro de 2017 para analisar e adoptar o Documento de Síntese;	Não implementada: A Sessão Extraordinária do Conselho Executivo, realizada em Outubro de 2017, deveria analisar e adoptar o Documento de Síntese, mas a organização da reunião, num curto muito curto, não permitia que o Conselho Consultivo sobre	O AUABC conseguiu apenas realizar consultas de 15-17 de Novembro através de um seminário de consulta	O AUABC propôs o dia 27 de Novembro à margem da Cimeira UA-EU.		Conselho Consultivo sobre Corrupção (AUABC)

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			Corrupção (AUABC) submetesse os documentos atempadamente				
GABINETE DO CONSELHEIRO JURÍDICO (GCJ)							
15	EX.CL/Dec.899(XVIII) Decisão sobre as Actividades do Comité de Representantes Permanentes	RELATIVAMENTE AOS ACORDOS DE SEDE SOLICITA à Comissão para elaborar orientações sobre a emissão de vistos a pessoas singulares que estejam empregadas pela Comissão mas que não estejam totalmente abrangidas no Estatuto e Regulamento do Pessoal da União Africana e apresentá-las ao Governo anfitrião para análise SOLICITA IGUALMENTE à Comissão para submeter um	Não implementada	Prioridades concorrentes e condicionais de recursos humanos	A Comissão deve convocar um Comité Interno de Execução da Sede para elaborar as directrizes	0%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		relatório sobre a implementação da presente decisão em Janeiro de 2017.					
16	EX.CL/Dec.905(XVIII) Decisão sobre os Desafios da Ratificação /Adesão, Implementação dos Tratados da OUA/UA	SOLICITA ao Comité Ministerial, em colaboração com a Comissão, para: elaborar um programa pormenorizado de acção a ser apresentado em conjunto com as recomendações adoptadas neste relatório, designadamente o fornecimento de estatísticas e padrões de ratificação e adesão aos instrumentos jurídicos existentes, bem como um projecto de calendário de missões de sensibilização para os Estados-Membros;	A Comissão elaborou estatísticas e padrões de ratificação / adesão dos instrumentos jurídicos existentes, um programa pormenorizado de acção; e prazos para missões de sensibilização programadas para determinados Estados-Membros. Estes ainda deverão ser aprovados pelo Comité Ministerial para os Desafios da Ratificação / Adesão e Implementação dos Tratados OUA / UA.	O Comité Ministerial não pôde analisar o relatório da CUA, uma vez que as sessões do Comité Ministerial são precedidas de sessões do Comité Permanent e de Peritos para os Desafios da Ratificação / Adesão e Implementação dos Tratados OUA / UA, que não ocorreram.	Convocação da 2. ^a Sessão Ordinária do Comité Permanente de Peritos para os Desafios da Ratificação / Adesão e Implementação dos Tratados OUA / UA.		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
				A 2. ^a Sessão Ordinária do Comité Permanent e está prevista para 2018.			
		Convocar uma sessão de reflexão sobre os desafios da ratificação para todos os Comités Nacionais Sectoriais dos Estados-Membros a nível regional;	Implementação parcial: a CUA iniciou missões para assistir alguns Estados-Membros a estabelecerem os Comités Nacionais Sectoriais.	Apenas três (3) Estados-Membros conseguiram estabelecer Comités Ministeriais Sectoriais.	A CUA continua a encorajar os Estados-Membros a estabelecer Comités Ministeriais Sectoriais. A sessão de reflexão será convocada quando pelo menos dez (10) Estados-Membros estabelecerem os seus Comités Ministeriais Sectoriais.		
		Identificar mecanismos para acompanhar a implementação dos Tratados da OUA/UA para facilitar o cumprimento pelos Estados-Membros;	Implementada. Alguns mecanismos identificados e implementados, incluindo o estabelecimento de Comités Nacionais Sectoriais e a inclusão de Órgãos de Supervisão de Tratados nos tratados recentemente aprovados.		Identificar outros mecanismos. A CUA está a trabalhar com o UA SARO e as CER para criar um conjunto de instrumentos de integração que podem ser utilizados pela sociedade civil, em conjunto com o governo, para avaliar o nível de integração e implementação de tratados ratificados		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
					pelo Estado-Membro.		
		Garantir a revisão e o alinhamento dos instrumentos jurídicos da União Africana para evitar duplicações de questões;	Parcialmente implementado: Novos Instrumentos jurídicos elaborados após análise cuidadosa e alinhamento com os instrumentos existentes sobre assuntos semelhantes	Existem mais de sessenta (60) instrumentos da OUA / AU e a revisão e alinhamento cuidadoso requer mais tempo.	Afigura-se ainda necessário a revisão holística de todos os instrumentos.		
		Assegurar que o Comité Ministerial reúne-se em sessões ordinárias, uma vez por ano, à margem da sessão ordinária do Conselho Executivo em Junho / Julho em vez de Janeiro, conforme previsto no Artigo 5.º do Regulamento Interno do Comité Ministerial da UA sobre os Desafios de Ratificação / Adesão e Implementação dos Tratados OUA / UA. O Comité Ministerial	Implementada plenamente: O Comité Ministerial reunirá em Junho/Julho.	O alinhamento requer mais tempo.			

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		realizará suas sessões no mesmo local que as sessões ordinárias do Conselho Executivo e apresentará seu relatório ao Conselho Executivo sobre o mesmo.					
17	EX.CL/Dec.907(X XVIII) sobre as modalidades na implementação dos critérios para as modalidades de implementação dos critérios para o equilíbrio da Representação Geográfica e de Género nos Órgãos da UA	SOLICITA à Comissão que assegure a implementação da presente decisão.	Não foi implementada	Prioridades concorrentes e condicionais de recursos humanos	A Comissão deve convocar o Comité Interno de Execução da Sede para elaborar as directrizes.	0%	OLC/WGDD
18	EX.CL/Dec.916(X XXVIII) Decisão sobre a Escala de Avaliação e Implementação das Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana	SOLICITA à Comissão, em particular ao Gabinete do Conselho Jurídico, que preste todo o apoio necessário para assegurar a implementação da decisão acima referida;	Em curso	N/A	N/A		OLC

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
19	EX.CL/Dec.922(XIX) Decisão sobre o relatório de actividades da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP)	SOLICITA à Comissão que tome as medidas necessárias para assegurar o processamento desses projectos de instrumentos de acordo com os procedimentos para o desenvolvimento de instrumentos jurídicos da UA;		N/A	N/A		
20	EX.CL/Dec.931(XXI X) Decisão sobre o(s) Mecanismos de Supervisão e de Responsabilização	SOLICITA à Comissão, em particular ao Gabinete do Conselho Jurídico, que preste todo o apoio necessário para finalizar as tarefas confiadas ao Subcomité Ministerial da Escala de Avaliação e de Contribuições;	Em curso	N/A	N/A		
21	EX.CL/Dec.943(XX) Decisão sobre o Relatório Anual de 2016 do Presidente da Comissão da UA	NO QUE DIZ RESPEITO À CONCESSÃO DO ESTATUTO DE AGÊNCIA ESPECIALIZADA DA UA À ORGANIZAÇÃO PAN-AFRICANA	A PAWO e a ACBF já obtiveram o estatuto de Agência Especializada				

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>DAS MULHERES (PAWO) E À FUNDAÇÃO AFRICANA DE REFORÇOS DE CAPACIDADES (ACBF) SOLICITA à Comissão que proceda a uma avaliação das implicações jurídicas, estruturais e financeiras, bem como a definição de critérios para atribuir o estatuto de Agência Especializada às organizações e apresentar um relatório ao Conselho Executivo através do CRP na Cimeira de Julho de 2017</p>					
22	EX.CL/Dec.967(X XXI) Decisão dos Subcomités do CRP	<p><u>NO QUE DIZ RESPEITO AOS ACORDOS DE SEDE E AOS ACORDOS DE ACOLHIMENTO</u></p> <p>SOLICITA ao país que acolhe a sede da UA e à Comissão que acelerem a resolução de todas</p>	A CUA e a Comissão do CRP sobre Distribuição Geográfica Equitativa das Instituições, Órgãos e Agências Especializadas da União Africana realizaram missões a alguns Estados-Membros que acolhem	O relatório a apresentar ao Subcomité do CRP sobre os Acordos de Sede e os Acordos de	O Comité Conjunto de Execução da Sede deverá reunir em Janeiro de 2018 para abordar sobre a situação das questões pendentes.		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		as questões pendentes com base nos prazos estabelecidos pelo Subcomité do CRP sobre os Acordos de Sede e Acordos de Acolhimento	os Órgãos da UA e outras instituições da UA para avaliar o nível de implementação dos acordos e os desafios enfrentados e para solicitar pareceres sobre a forma de melhorar os Acordos de Sede durante a revisão	Acolhimento			
		<u>NO QUE DIZ RESPEITO AOS ACORDOS DE SEDE E DE ACOLHIMENTO</u> SOLICITA ao país que acolhe a sede da UA e à Comissão que acelerem a resolução de todas as questões pendentes com base nos prazos estabelecidos pelo Subcomité do CRP sobre os Acordos de Sede e de Acolhimento	Em curso		O Comité Conjunto de Execução da Sede deverá reunir em Janeiro de 20118 para abordar sobre a situação das questões pendentes		
		SOCILITA AINDA ao Subcomité do CRP sobre os acordos de sede e de acolhimento e à	Não implementada		A implementação arranca em 2018.		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Comissão que procedam a uma revisão do Acordo de Sede com vista a melhorar sua implementação;					
		SOLICITA IGUALMENTE à Comissão que chame a atenção do Subcomité do CRP sobre os Acordos de Sede e de Acolhimento as outras questões de implementação relacionadas com os órgãos, instituições e escritórios fora da sede da União;	Todos os órgãos e escritórios fora da sede foram convidados a comunicar os seus desafios de implementação para o intercâmbio e transmissão ao Subcomité do CRP sobre os Acordos de Sede e os Acordos de Acolhimento	O nível de respostas dos órgãos ou escritórios foi muito baixo	Afigura-se necessário o envio de um aviso		
		que submeta um relatório sobre a implementação da presente decisão durante a Cimeira da UA de Janeiro de 2018.					
23	EX.CL/Dec.972(X XXI) Decisão sobre o Relatório da Comissão em relação ao Caso de Hissène Habré	SOLICITA à Comissão que submeta os Estatutos do Fundo Fiduciário para as vítimas de crimes de Hissène Habré ao Comité Técnico	Está a ser implementada: O Projecto de Estatuto do Fundo Fiduciário para as Vítimas dos Crimes de Hissène Habré foi elaborado pela Comissão em consulta com os Membros do Comité de		Adopção do projecto de Estatuto pelos Órgãos Deliberativos na Cimeira de Janeiro de 2018 e subsequentemente, operacionalização do Secretariado do	40%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>Especializado de Justiça e Assuntos Jurídicos para apreciação e os presente na Trigesima Sessão Ordinária da Conferência para adopção através do Conselho Executivo em Janeiro / Fevereiro 2018;</p> <p>AUTORIZA a Comissão a realizar as consultas necessárias com o Governo da República do Chade sobre a criação do Secretariado do Fundo Fiduciário, tendo em conta que, na Decisão das Câmaras Extraordinárias Africanas, os tribunais do Senegal terão jurisdição sobre todos os assuntos decorrentes da implementação da decisão das Câmaras Extraordinárias Africanas e SOLICITA à</p>	<p>Direcção sobre o Financiamento do Julgamento de Hissène Habré Trial e foi apresentado ao Comité Técnico Especializado (CTE) de Justiça e Assuntos Jurídicos na sua Terceira Sessão Ordinária em Outubro de 2017 para análise. O CTE adoptou o projecto de Estatuto e recomendou o mesmo para a aprovação dos Órgãos Deliberativos na Cimeira de Janeiro de 2018.</p>		Fundo Fiduciário		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Comissão que submeta um relatório sobre os progressos realizados na implementação da presente decisão em sessões subsequentes do Conselho.					
DIVISÃO DE GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PARCERIAS (DGCP/PMCD)							
24	EX.CL/Dec.899(XVIII) Decisão sobre as actividades do Comité de Representantes Permanentes (CRP)	<p>NO QUE DIZ À RESPEITO COOPERAÇÃO MULTILATERAL <u>Avaliação das Parcerias Estratégicas de África</u></p> <p>SOCILITA ao CRP, em colaboração com a Comissão, que:</p> <p>i) cumpra e implemente a Decisão EX.CL/Dec.877 (XXVII) do parágrafo 10 aprovada na sua 25.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo realizada em Joanesburgo, África do Sul, em Junho de</p>	O Gabinete do Presidente assegurou a plena participação de todos os Estados-Membros da UA na Reunião Ministerial de Acompanhamento da TICAD VI realizada em Maputo, Moçambique e a 5.ª Cimeira UE-UA realizada em Abidjan, Côte d'Ivoire, nos dias 29 e 30 de Novembro de 2017.	A Comissão enfrentou desafios em relação à participação da delegação da República Árabe Saharaoui Democrática nas	O envolvimento da liderança da Comissão para resolver o problema é louvável	100%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		2015, reafirmando o direito de todos os Estados-Membros, sem distinção, de participar em todas as reuniões, actividades e eventos organizados no contexto de parcerias de que a UA faz parte;		reuniões de parcerias			
		ii) Prossiga a sua avaliação das Parcerias Estratégicas e apresentar as suas recomendações no relatório de avaliação global previsto durante a Cimeira de Julho de 2016;	O relatório de avaliação foi submetido na Cimeira de Julho de 2016	Nada houve a assinalar	Nada houve a assinalar	100%	
		iii) Envolver os Parceiros e outros intervenientes relevantes, com o objectivo de identificar áreas de competências dos Parceiros Estratégicos.	Processo em curso	Resistência por parte de alguns parceiros	Continuar as consultas com os parceiros	Em curso	
		Harmonize o Orçamento dos Programas da União Africana, financiado conjuntamente por	Harmonização em curso pelos departamentos técnicos responsáveis pela implementação do Primeiro Plano de	Nada houve a assinalar	Nada houve a assinalar		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Parceiros Estratégicos, com as áreas prioritárias identificadas no Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063.	Implementação Decenal da Agenda 2063				
		<u>No que diz respeito ao envolvimento do CRP nas reuniões com os parceiros SOLICITA</u> à Comissão que: i) assegure que as disposições financeiras se destinem a cobrir o custo da participação dos representantes do CRP, através do Subcomité de Cooperação Multilateral em todas as reuniões de parceria no exterior, assegurando que tais reuniões sejam realizadas na sede da União Africana sempre que possível;	Representantes do CRP participaram em todas as reuniões com parceiros com o apoio financeiro da Comissão	Nada houve a assinalar	Nada houve a assinalar		
		Reveja a fórmula de Banjul sobre a participação da parte africana	A revisão do Banjul foi feita de acordo com a Reforma da União	Nada a assinalar	Nada houve a assinalar		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p><i>No que diz respeito à Parceria África-Estados Árabes</i></p> <p>SOLICITA à Comissão, em colaboração com a Liga dos Estados Árabes, que inicie os preparativos para a 4.ª Cimeira África-Estados Árabes prevista para Novembro de 2016, na Guiné Equatorial, conforme o roteiro acordado;</p>	<p>A 4.ª Cimeira África - Estados Árabes foi realizada em Malabo, Guiné Equatorial, em Novembro de 2016</p>	<p>A questão da participação de todos os Estados-Membros nas reuniões de parceria constituiu um desafio</p>	<p>A UA deve sempre apresentar uma frente unida</p>		
		<p><i>No que diz respeito à Parceria África-Índia</i></p> <p>SOLICITA à Comissão, em colaboração com o CRP, que acompanhe a implementação da Declaração e do Quadro de Parceria Estratégica adoptados pela 3.ª Cimeira África-Índia realizada em Deli, Índia, de 26 a 30 de Outubro de 2015;</p>	<p>A Comissão e a Índia ainda mantêm consultas entre si para chegar a acordo sobre projectos concretos que se apresentam no Quadro de Cooperação</p>	<p>Atrasos por parte da Índia na resposta às propostas apresentadas pela UA</p>	<p>Ambas as partes devem continuar as suas consultas</p>	<p>Em curso</p>	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>Fórum sobre a Cooperação China-África (FOCAC)</p> <p>SOLICITA à Comissão, em colaboração com o CRP, que acompanhe a implementação dos resultados do Plano de Acção da Cimeira de Joanesburgo (2016-2018) do FOCAC de Dezembro de 2015 e que desenvolva um mecanismo de acompanhamento a esse respeito.</p>	<p>A Comissão esteve representada na reunião de Altos Funcionários do FOCAC realizada em Pequim, China, em Novembro de 2017.</p>	<p>O FOCAC não tem um mecanismo de acompanhamento claro e a China não quer que a UA desempenhe um papel significativo a esse respeito.</p>	<p>Conferência da UA deve tomar uma decisão firme que designe a UA como o coordenador da parte africana</p>	<p>0%</p>	
		<p><u>Relativamente ao Fórum África-Coreia</u></p> <p>SOLICITA à Comissão que: proponha, em estreita colaboração com a Etiópia e a Coreia, para análise pelo CRP, uma nova data adequada para a realização do 4.º Fórum África-Coreia em 2016;</p>	<p>O 4.º Fórum África-Coreia foi realizado com sucesso nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2016 em Adis Abeba, Etiópia</p>	<p>A Comissão tinha de organizar a Cimeira do TICAD, a Cimeira África-Índia e o Fórum África-Coreia em apenas um semestre</p>	<p>Limitar o número de Cimeiras organizadas anualmente para duas</p>		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		em colaboração com o CRP e em conjunto com a Coreia, tome as medidas necessárias para assegurar a preparação eficaz do 4.º Fórum África-Coreia e acelere o processo de apreciação dos projectos de documentos de trabalho a serem comunicados aos Estados-Membros.	O 4.º Fórum África-Coreia foi realizado com sucesso nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2016 em Adis Abeba, Etiópia e adoptou a Declaração de Adis Abeba, bem como o Quadro de Cooperação África – Coreia 2017-2021	Nada a assinalar	Nada a assinar		
		<p><u>No que diz respeito ao Fórum de Cooperação África-América do Sul (ASA)</u></p> <p>SOLICITA à Comissão que, juntamente à parte sul-americana e o CRP, faça consultas com vista a propor novas datas adequadas para a realização da 4.ª Cimeira ASA em 2017 e assegure que os documentos de trabalho sejam finalizados em tempo</p>	Foi realizada uma reunião entre o coordenador da parte africana (Nigéria), o Embaixador do Equador e a Comissão, no dia 10 de Fevereiro de 2017 na Comissão.	A parte sul-americana ainda não se mostrou pronta para realizar a Cimeira ASA	Consultas entre ambas as partes devem continuar	Em curso	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		oportuno;					
		No que diz respeito à Parceira África - UE SOLICITA à Comissão, em colaboração com o CRP, que: chegue a acordo, com a União Europeia, sobre uma data para o Fórum Conjunto África-UE (JAF);	Foi estabelecida uma data para a realização do JAF mas a UE decidiu unilateralmente adiar a data que tinha sido conjuntamente acordada	A UE adia unilateralmente a realização do JAF	Ambas as partes acordaram num novo mecanismo de monitorização e avaliação para a parceria UA-UE	50%	
		tome as medidas necessárias para assegurar a efectiva preparação do JAF e acelere o processo de análise dos projectos de documentos de trabalho	A Comissão, em conjunto com o CRP, elaborou um documento de síntese para o JAF.	Nada a assinalar	Nada a assinalar		
		<i>Parceria África-Turquia</i> SOLICITA à Comissão, em colaboração com o CRP, que inicie consultas com a Turquia em relação à uma data mais apropriada para a 2.ª	A 7.ª reunião dos Altos Funcionários África-Turquia realizou-se a 19 de Junho de 2017 na sede da Comissão da União Africana. A reunião fez um balanço das actividades a realizar na execução do Plano de Implementação 2015-2019.	Nada a assinalar	Nada a assinalar		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Reunião dos Altos Funcionários.	A Conferência Ministerial de Revisão Turquia-África será realizada no dia 11 e 12 de Fevereiro de 2018 em Istambul, Turquia.				
		<p><i>No que diz respeito ao Recrutamento do pessoal para a Divisão de Gestão e Coordenação de Parcerias (PMCD)</i></p> <p>SOCILITA à Comissão que acelere o processo de recrutamento do pessoal para preencher os lugares aprovados e vagos na PMCD, para que esta possa levar a cabo as suas inúmeras actividades e cumprir o seu ambicioso mandato, bem como apresentar um relatório na próxima sessão do Conselho Executivo em Julho de 2016;</p>	Foram contractados 4 novos funcionários profissionais e está a decorrer o processo de recrutamento de outros 3 quadros seniores	O processo de recrutamento foi congelado durante seis meses durante o período de transição e registou-se um prolongamento do tempo de espera para as nomeações e a realização das sessões do Conselho de Nomeação e Promoção (APROB)	Administração para acelerar o processo	100%	DAGRH

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	EX.CL/Dec.942(XXX) Decisão sobre as Parcerias Estratégicas de África	NO QUE DIZ RESPEITO ÀS PARCERIAS ESTRATÉGICAS i) ORIENTA o CRP, em colaboração com a Comissão e as CER, a realizar sessões especiais nos próximos seis meses (de Fevereiro a Julho) para permitir uma discussão e análise aprofundadas de todos os aspectos da Parceria Estratégica, a fim de formular propostas e recomendações apropriadas a serem submetidas na Cimeira de Julho de 2017;	Foi organizada uma sessão especial do CRP em Dezembro de 2017, em Cairo, Egipto	Nada a assinar	Nada a assinalar	100%	BCP/PMCD
		i) ORIENTA AINDA à Comissão que transmita uma correspondência ao Grupo dos Embaixadores Africanos nas capitais onde África tem parcerias estratégicas,	A Comissão enviou Notas Verbais a todo o Grupo de Embaixadores Africanos nas capitais onde África tem parcerias estratégicas, designadamente em Nova Iorque e Genebra	Nada a assinalar	Nada a assinalar	100%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		incluindo de Nova Iorque e Genebra, para cumprir todas as decisões relevantes dos Órgãos Deliberativos da UA e as posições comuns relativas às parcerias estratégicas de África;					
		<p>NO QUE DIZ RESPEITO À CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TÓQUIO SOBRE DESENVOLVIMENTO O AFRICANO (TICAD)</p> <p>i) ORIENTA a Comissão, em colaboração com o CRP, a dar seguimento à execução do Plano de Implementação do TICAD VI como relevante para as três áreas prioritárias acordadas de acordo com a Agenda 2063 da UA de Transformação Estrutural</p>	A Comissão, em colaboração com o CRP procedeu ao seguimento solicitado e adoptou o Primeiro Relatório Intercalar de execução do Plano de Implementação da TICAD VI na Reunião Ministerial de Acompanhamento em Maputo, Moçambique, de 23 a 25 de Agosto de 2017	Falta de um mecanismo de implementação e de acompanhamento a nível continental	Considerar a possibilidade de adopção de um mecanismo de implementação e de acompanhamento a nível continental no quadro da avaliação das Parceria Estratégicas	Em curso	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>No que diz respeito à Conferência África – Estados Árabes</p> <p>i) ORIENTA a Comissão, de acordo com os princípios e decisões da UA, e em colaboração com o Secretariado-Geral da Liga dos Estados Árabes, a coordenar e acompanhar a implementação atempada das Resoluções da 4.ª Cimeira África-Estados Árabes, em particular:</p> <p>a) Resolução 10, que solicitou ambas as partes que encetassem debates construtivos para definir princípios e critérios mutuamente aceitáveis e vinculativos para as reuniões conjuntas da Parceria África-Árabe de forma a reflectir seus interesses mútuos e o potencial</p>	<p>Foi realizada uma reunião consultiva entre o Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes e a Comissão da União Africana, na sede da Liga dos Estados Árabes em Cairo, Egipto, nos dias 2 e 3 de Agosto de 2017 para abordar a implementação da Resolução da 4.ª Cimeira África-Estados Árabes.</p> <p>Além disso, o Presidente da Comissão e o Secretário-geral da Liga dos Estados Árabes reuniram em Cairo, Egipto, para discutirem sobre a implementação das decisões.</p>	<p>Nada a assinalar</p>	<p>Uma reunião ministerial conjunta está marcada para Março de 2018</p>	<p>Em curso</p>	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>de suas relações estratégicas;</p> <p>b) A Resolução 7, que solicita a convocação de uma sessão extraordinária do Conselho Conjunto de Ministros dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores, no prazo de seis (6) meses a partir da data da presente Resolução, para a adopção do Plano de Acção.</p> <p>c) Elaborar um mecanismo eficaz para avaliar e acompanhar as decisões desta Parceria.</p>					
		<p>FÓRUM ÁFRICA-COREIA SOLICITA à Comissão, em estreita colaboração com o CRP e o Parceiro, que implemente a Declaração de Adis Abeba e determine o conteúdo do Quadro de Cooperação África-Coreia 2017-</p>	<p>A Comissão, em estreita colaboração com o CRP, desenvolveu e submeteu à parte coreana um conjunto de projectos concretos continentais e regionais. Uma reunião consultiva foi realizada em Seoul, Coreia, de 11 a 13 de Setembro de 2017 para discutir os projectos submetidos</p>	<p>Eleição do novo Governo na Coreia com uma nova agenda</p>	<p>A liderança da Comissão mantém o diálogo político com a liderança da Coreia com vista a assegurar a efectiva aplicação do compromisso</p>	<p>50%</p>	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		2021 que ambas as partes concordam em implementar dentro de um período de seis meses a partir da data de adopção da Declaração de Adis Abeba;					
		FÓRUM DE COOPERAÇÃO ÁFRICA-AMÉRICA DO SUL EX.CL/Dec.942(XXX) SOLICITA à Comissão, em colaboração com o CRP, que estabeleça consultas com a parte sul-americana com vista a propor novas datas para a Cimeira que teria lugar em 2017;	Consultas entre a Comissão, o Equador e a Nigéria, que coordena a parte africana	A parte sul-americana não se mostrou pronta para seguir em frente	Ambas as partes continuam as suas consultas	Em curso	
	EX.CL/Dec.954(XX) Decisão sobre a realização da reunião ministerial de acompanhamento da TICAD VI em 2017	CONGRATULA-SE com a oferta da República de Moçambique de acolher a Reunião Ministerial de Acompanhamento da TICAD VI em Maputo em 2017; i) SOLICITA à Comissão que, em	As datas para a Reunião Ministerial de Acompanhamento da TICAD VI foi fixada para 23 a 25 de Agosto de 2017, em Maputo, Moçambique	Nada a assinalar	Nada a assinalar	100%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		estreita colaboração com o país anfitrião e o Japão, determine a data exacta da reunião ministerial acima mencionada e informe os Estados-Membros em tempo oportuno;					
		ii) ORIENTA a Comissão, em estreita colaboração com o país de acolhimento, a realizar as actividades de preparação da Reunião Ministerial e a apresentar um relatório ao CRP;	A Reunião Ministerial de Acompanhamento da TICAD VI foi realizada em Maputo, Moçambique, de 23 a 25 de Agosto de 2017,	A questão da plena participação de todos os Estados-Membros da UA foi um desafio em Maputo	A UA deve aplicar as suas Decisões relevantes	100%	
		iii) SOLICITA à Comissão que submeta um relatório sobre a	O relatório foi submetido na Cimeira de Julho de 2017	Nada a assinalar	Nada a assinalar	100%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		implementação da presente decisão na próxima sessão ordinária do Conselho Executivo em Julho de 2017					
27	EX.CL/Dec.967(X XXI) Decisão dos Subcomités do CRP	NO QUE DIZ RESPEITO À COOPERAÇÃO MULTILATERAL Parceria UA – UA SOLICITA ao CRP, em estreita colaboração com a Comissão, que prepare e negocie com a parte europeia, os documentos finais da 5.ª Cimeira UA-UE;	A 5.ª Cimeira AU-UE foi realizada com sucesso em Abidjan, Cote d'Ivoire, nos dias 29 e 30 de Novembro de 2017. A Cimeira adoptou a declaração da 5.ª Cimeira UA-UE e uma declaração sobre a situação dos migrantes africanos na Líbia.	Durante a Cimeira não foi possível adoptar os projectos prioritários para os próximos 3 a 5 anos	Foi concedido um período de três meses para que as duas Comissões (a CUA e a CE) possam preparar os projectos prioritários	100%	
DIRECÇÃO DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS (SPPMERM)							
28	EX.CL/Dec.935(X XIX) Decisão sobre o Retiro do Comité Ministerial de Acompanhamento realizado em Nairobi, Quénia	No que diz respeito à Integração e Popularização dos projectos emblemáticos da Agenda 2063 SOLICITA à Comissão que prossiga com as suas missões de integração nos Estados-Membros	Missões de integração, mais 5 representantes dos Estados-Membros e 1 representante da UA foram facilitados a alinhar seus planos de desenvolvimento ao PPID.	Confirmação lenta dos Estados-Membros para receber missões de integração	As missões iniciais no âmbito da integração da Agenda 2063 nos Estados-Membros e nas CER devem ser finalizadas até Maio de 2018. Após as quais, serão realizados seminários de consolidação para solidificar os ganhos obtidos e verificar a situação real da	50	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
					implementação dos Estados-Membros da Agenda 2063		
29	EX.CL/Dec.944(X XX) Decisão sobre o projecto de documento do quadro orçamental de 2018	SOLICITA à Comissão que elabore um relatório sobre a implementação da presente decisão na próxima sessão ordinária do Conselho Executivo em Julho de 2017.	Foi elaborado um relatório intercalar da implementação da Agenda 2063 para o Comité Ministerial de Acompanhamento.	Nenhum	O relatório final da reunião será submetido na 30.ª Cimeira da UA.	100	
30	EX.CL/Dec.953(X XX) Decisão sobre as Conclusões do 5.º Retiro do Conselho Executivo realizado em Adis Abeba, Etiópia, nos dias 8 e 9 de Dezembro de 2016	SOLICITA à Comissão que elabore um roteiro com base nas recomendações do Conselho Executivo através do Comité Ministerial de Acompanhamento da Agenda 2063, incluindo o reforço da apropriação da Agenda 2063.	Foi elaborado um relatório intercalar da implementação da Agenda 2063 para o Comité Ministerial de Acompanhamento.	Nenhum	O relatório final da reunião será submetido na 30.ª Cimeira da UA.	100	
GABINETE DO CONSELHEIRO JURÍDICO (OLC)							
DIRECÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE CIDADÃOS E DA DIÁSPORA (CIDO)							
31	EX.CL/Dec.904(X XVIII) Decisão sobre as actividades do	SOLICITA à Comissão, em colaboração com os Estados-Membros,	Os Estados-Membros prestaram apoio financeiro aos programas do ECOSOCC			100%	PBFA

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC)	que preste apoio político e material eficazes ao ECOSOCC para que este possa cumprir o seu mandato					
3 2	EX.CL/Dec.929(XIX) Decisão sobre o relatório do Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC)	<p>SOLICITA à Comissão e ao ECOSOCC que trabalhem em estreita colaboração para a superação de todas as dificuldades relacionadas com o acesso aos fundos do Banco Mundial e outros fundos de parceiros;</p> <p>SOLICITA IGUALMENTE à Comissão que:</p> <p>i) trabalhe, em estreita colaboração com o país anfitrião e o ECOSOCC para finalizar o processo de deslocalização do Secretariado do ECOSOCC para Lusaca,</p>	<p>A CIDO solicitou acesso aos Fundos do Banco Mundial ao abrigo da Decisão;</p> <p>Todas as partes trabalharam conjuntamente para finalizar a análise das implicações jurídicas, financeiras e estruturais para a apreciação dos Órgãos Deliberativos na Cimeira de Janeiro de 2018</p>	<p>Os fundos não foram disponibilizados;</p> <p>A coordenação entre as partes constituíram inicialmente um desafio, porém a questão foi resolvida</p>	<p>Foram identificadas outras fontes de financiamento;</p> <p>O processo de deslocalização deve continuar de acordo com os regulamentos e procedimentos existentes da União Africana</p>	<p>100%</p> <p>75%</p>	O ECOSOCC passou a depender do financiamento dos Estados-Membros

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Zâmbia;					
		ii) respeite as disposições da decisão dos órgãos deliberativos sobre a disponibilização de todos os fundos atribuídos para o ECOSOCC no orçamento da UA de 2016;	A CIDO solicitou acesso aos Fundos do Banco Mundial ao abrigo da Decisão	Os fundos não foram disponibilizados;	Foram identificadas outras fontes de financiamento	100%	O ECOSOCC passou a depender do financiamento dos Estados-Membros
		iii) forneça recursos financeiros para que o ECOSOCC possa realizar eleições na Assembleia Geral do ECOSOCC para todos os países que não estão representados antes do final de 2016.	A CIDO solicitou acesso aos Fundos do Banco Mundial ao abrigo da Decisão	Os fundos não foram disponibilizados;	Foram identificadas outras fontes de financiamento	100%	O ECOSOCC passou a depender do financiamento dos Estados-Membros
33.	EX.CL/Dec.975(X XXI) DECISÃO SOBRE O RELATÓRIO DO CONSELHO	SOLICITA à Comissão: i) i) em colaboração com o	Foi realizada uma reunião consultiva intersectorial em Seychelles, Outubro de 2017, que reuniu diferentes actores-chave	Não foi afectado qualquer dotação orçamental	O Secretariado solicitou um orçamento suplementar que está sujeito à aprovação do	50%	Espera-se a aprovação do orçamento suplementar antes da

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL (ECOSOCC)	ECOSOCC e os Estados-Membros, que implemente as Decisões Anteriores do Conselho Executivo, Decisão/EX.CL/Dec.833(XVII) sobre a função de secretariado no CIDO e Decisão/EX.CL/Dec.849(XXV), que exige um estudo aprofundado sobre o funcionamento do ECOSOCC desde o seu início para fornecer recomendações apropriadas sobre as modalidades para renovar as operações do órgão, em conformidade com os actuais reformas da UA que apoiem o princípio da	tais como os representantes do CRP, da diáspora, as organizações da sociedade civil fora do ECOSOCC, as CER, os representantes do próprio ECOSOCC e gabinetes técnicos da CUA e de outras partes interessadas. A reunião consultiva teve como objectivo consultar os vários actores de importância estratégica nas componentes do ECOSOCC para determinar os parâmetros, a natureza e o âmbito do estudo aprofundado, chegar a acordo sobre o quadro conceptual e elaborar termos de referências claros que descrevem de forma pormenorizada o calendário, a metodologia, o âmbito e a estratégia de execução do estudo.	no ano fiscal de 2017 para o recrutamento de um consultor para realizar o estudo aprofundado, em conformidade e com a decisão tomada após o ciclo orçamental.	subcomité de questões orçamentais e administrativa para assegurar a implementação plena da segunda fase do processo conforme previsto no primeiro semestre de 2018		Cimeira de Janeiro de 2018 para que a Comissão possa implementar totalmente a decisão

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		apropriação de África;					
		ii) submeter um relatório de avaliação sobre a deslocalização do ECOSOCC para o CRP para análise, bem como as implicações estruturais, jurídicas e financeiras da deslocalização do ECOSOCC, incluindo a nomeação de um director interino para posterior apresentação ao Conselho Executivo em Janeiro de 2018.	<p>O relatório de avaliação foi submetido para análise na Cimeira de Janeiro de 2017. Com referência à determinação das implicações estruturais, jurídicas e financeiras da deslocalização, foram tomadas as seguintes medidas:</p> <p>Implicação jurídica – o Artigo 14.º dos estatutos do ECOSOCC foi acionado através do CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos sujeito à aprovação final pela Cimeira.</p> <p>Implicação estrutural – a proposta de estrutura do pessoal para o Secretariado do ECOSOCC foi analisada em princípio a nível do Subcomité de Reformas Estruturais para posterior aprovação do CRP;</p> <p>Implicação financeira – foi efectuada a estimativa de custo de deslocalização com a participação plena de grupo de trabalho interdepartamental e a</p>	Condicionalismo do tempo para convocar os diversos subcomités e CTE para a análise de documentos relevantes	Orçamento suplementar a ser apresentado para análise na próxima reunião do subcomité de questões orçamentais e administrativas		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			mesma será submetida na próxima reunião do subcomité de questões administrativas e orçamentais para análise				
GABINETE DE AUDITORIA INTERNA (GAI/OIA)							
3 4	EX.CL/Dec.920(XIX) Decisão sobre as Questões Financeiras	SOLICITA IGUALMENTE à Comissão: i) que acompanhe todas as recomendações contidas no relatório de auditoria e uma matriz pormenorizada com prazos para a implementação;	A matriz foi actualizada por forma a incluir os prazos para a implementação.		100%		
		ii) que elabore a matriz de implementação das recomendações de auditoria de acordo com a decisão relevante da sessão do Conselho Executivo, realizada em Joanesburgo, África do Sul em Junho 2015.	A matriz tinha sido actualizado com a informação necessária conforme informação prevista na decisão		100%		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>NO QUE DIZ RESPEITO ÀS QUESTÕES DO CONSELHO DE AUDITORES EXTERNOS (BOEA)</p> <p>iii) SOLICITA à Comissão: que publique as demonstrações financeiras auditadas e aprovadas do exercício de 2014 da União de acordo com as normas contabilísticas IPSAS;</p>	<p>As demonstrações financeiras auditadas de 2014 foram publicadas no sítio Web da UA.</p>		100		
		<p>iv) que elabore um relatório sobre a implementação da presente decisão na Cimeira da UA de Janeiro de 2017</p>	<p>Contudo, não foi objecto de um relatório, embora as demonstrações financeiras tenham sido publicadas</p>		0		
3 5	EX.CL/Dec.967(X XXI) Decisão dos Subcomités do CRP	<p>i) o Gabinete de Auditoria Interna (GAI/OIA) deve ajudar a colocar a responsabilidade, ou seja, determinar os responsáveis</p>	<p>o Gabinete de Auditoria Interna (GAI/OIA) mostra agora as responsabilidades ao colocar os nomes dos departamentos e dos indivíduos envolvidos nos relatórios de auditoria</p>			100	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>pelas perdas causadas pela não cobrança das dívidas quando o funcionário desvincula-se (com base na lista de dívidas a eliminar) e em conformidade com as actuais políticas da UA. Medidas disciplinares devem ser tomada contra os culpados;</p>					
3 6	EX.CL/Dec.941(X XX) Decisão sobre as Questões de Auditoria	<p>SOLICITA à Comissão que:</p> <p>i) publique as demonstrações financeiras auditadas e aprovadas em 2015 no sitio Web da UA de acordo com as normas contabilísticas IPSAS e submeta um relatório sobre a implementação da presente decisão na</p>	<p>As demonstrações financeiras auditadas de 2014 e 2015 foram publicadas no Website da UA</p> <p>As demonstrações financeiras de 2016 serão publicadas logo que os Órgãos Políticos as tiverem aprovado</p>			100	PBFA

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Cimeira da UA de Julho de 2017.					
		RELATIVAMENTE À AUDITORIA DO FUNDO GERAL E DE RESERVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 ORIENTA a Comissão a abordar as questões levantadas pelo CRP, nomeadamente: i) abordar as questões levantadas no relatório de auditoria e implementar as recomendações em conformidade;	As acções estão relacionadas com os anos anteriores e foram aplicadas medidas correctivas desde 2016				PBFA
		ii) Realizar anualmente, uma auditoria completa dos dois Fundos acima mencionados e apresentar um relatório ao CRP através do seu Subcomité de Auditoria, em	Auditoria dos fundos está agora a ser efectuada anualmente			100	GAI/OIA

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		conformidade;					
		iii) Submeter sempre pedidos de aprovação ao CRP antes de passar para os Fundos de Gerais e de Reserva e de acordo com as exigências do Regulamento Financeiro da UA.	Implementada nos anos subsequentes a 2015				PBFA
DIRECÇÃO DA MULHER, GÉNERO E DESENVOLVIMENTO (DMGD)							
3 7	EX.CL/Dec.943(X XX)) Decisão sobre o Relatório Anual do Presidente da Comissão da UA sobre 2016	ORIENTA a Comissão que Alargue os indicadores da cartão de pontuação sobre o género para permitir maior inclusão;	A Comissão desenvolveu 3 edições de cartão de pontuação sobre o género. De acordo com a decisão do Conselho Executivo, a CUA está a envidar esforços para o estabelecimento de um comité directivo composto por membros do CRP e membros do CTE, bem como os parceiros das NU e os departamentos relevantes da Comissão sob a liderança da WGDD para desenvolver o quadro de monitorização e avaliação de cartão de pontuação sobre o género.	A recolha de dados dos Estados-Membros deve ser reforçada; A comparabilidade das diferentes edições constitui um desafio visto que cada edição é desenvolvida sob um tema	Finalizar os termos de referência do comité directivo. Desenvolver um quadro de monitorização e avaliação para a cartão de pontuação.	75%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
DIRECÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE (PBFA)							
40	EX.CL/Dec.899(XVIII) Decisão sobre Actividades do Comité de Representantes Permanentes	<p>No concernente à Questões Administrativas e orçamentais inerentes à solicitação de orçamento suplementar de 2015 a Comissão deve:</p> <p>i) Garanta que os Estados-Membros paguem as suas contribuições;</p>	São enviados lembretes numa base regular para os Estados Membros			100	Implementada por inteiro
		<p>ii) Enveredar pelo diálogo com parceiros com vista a levá-los a desembolsar os fundos prometidos para 2015;</p>	Implementada			100	Implementada por inteiro
		<p>iii) Garantir, em colaboração com o CRP, que haja comunicação efectiva para</p>	As propostas estão a ser revistas pela mesa do subcomité para as questões financeiras e administrativas no que concerne a agenda e				Implementada por inteiro

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		melhorar a partilha de informação sobre a situação financeira da União.	meios apropriados de comunicação				
		v) Apresentar relatório sobre a implementação desta decisão em Janeiro de 2017;					Implementada por inteiro
		NO QUE DIZ RESPEITO AOS PROGRAMAS E CONFERÊNCIAS SOLICITA à Comissão que: i) Destaque os pressupostos orçamentais sobre a forma como os programas e actividades em torno do tema da União Africana para 2017 teriam impacto sobre	Implementada				Implementada por inteiro

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		o orçamento;					
		ii) Garanta que o Documento do Quadro Orçamental tenha em consideração as prioridades identificadas na Agenda 2063;	Implementada				Implementada por inteiro
		iii) Inclua a operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA) e as suas implicações orçamentais no Documento do Quadro Orçamental.	Parcialmente implementada			50	Processo em curso
		NO CONCERNENTE AS CONTRIBUIÇÕES SOLICITA à Comissão que: i) Discuta com os Estados-Membros que estão com valores em atraso com	Foram levadas a cabo discussões a nível sénior com a maior parte dos EM que fizeram pagamento dos valores em atraso	Vontade de pagar	Os EM devem honrar as suas obrigações	75	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		vista a chegarem a consenso sobre um plano de amortização;					
		ii) Explore meios de abrir uma conta em África dedicada a e destinada a facilitar o pagamento atempado das contribuições atempadas por parte dos Estados-Membros	Implementada. Foi aberta uma conta no ECOBANK e foi dada informação sobre a mesma para as contribuições de 2017 e 2018	Não há desafios		100	Implementada por inteiro
4 1	EX.CL/Dec.911(XVIII) Decisão sobre as Actividades do Conselho Consultivo da União Africana para o Combate à Corrupção (AUABC)	SOLICITA à Comissão que, em colaboração com o Comité do Representantes Permanentes (CRP), que providencie os recursos necessários para tornar o Conselho Consultivo da União Africana para o Combate à Corrupção;	A estrutura aprovada foi preenchida	A estrutura aprovada é bastante pequena para oferecer apoio eficaz para o Conselho na execução do seu mandato.	O AUABC deverá formular propostas no âmbito das actuais reformas em curso		AUABC

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
<u>4</u> <u>2</u>	EX.CL/Dec.916(XVIII) Decisão sobre a Tabela de Avaliação e implementação das Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana	SOLICITA à Comissão que assista aos Representantes Permanentes do Comité Ministerial para a Tabela de Avaliação e Contribuições na revisão dos Termos de Referência do Subcomité relevante e mecanismos afectados pela reestruturação proposta;	Parcialmente Implementada	Não há desafios		90	
		O Comité Ministerial para a Tabela de Avaliação e Contribuições deve apresentar relatório sobre a implementação desta decisão à próxima sessão ordinária do Conselho Executivo marcada para Julho de 2016.	Implementada	Não há desafios		100	Implementada por inteiro
<u>4</u> <u>3</u>	EX.CL/Dec.919(XIX) Decisão sobre o Orçamento da União Africana para o Exercício	ORIENTA a Comissão que: i) actualize regularmente ao CRP sobre a implementação	A mesa do Subcomité está a trabalhar com o PBFA com vista a adoptar uma agenda padrão relacionada com questões financeiras				A ser implementada progressivamente

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Financeiro de 2017	dos orçamentos operacional e de programas, bem como sobre o pagamento das contribuições estatutárias pelos Estados-Membros numa base trimestral;					
		ii) aumente a percentagem do orçamento de programas em relação ao orçamento operacional, com incidência especial nos programas com impacto no continente;					A ser implementada progressivamente
		iii) realize uma reunião do Subcomité do CRP para Programas e Conferências antes disso o Subcomité do CRP para Questões Orçamentais, Financeiras e Administrativas					A ser implementada progressivamente

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		e reforçar o papel do Comité do Programa Interno e Orçamento no seu papel de supervisão no melhoramento do escrutínio orçamental;					
		v) acelere a operacionalização do Mecanismo de Prestação de Contas e Supervisão.					
<u>4</u> <u>4</u>	EX.CL/Dec.941(XX) Decisão sobre Questões relativas à Auditoria	NO QUE DIZ RESPEITO À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA COMISSÃO PARA O PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 30 DE JUNHO DE 2016 ORIENTA a Comissão a tratar das questões levantadas pelo CRP incluindo as seguintes questões: i) A implementação da decisão sobre o financiamento	Trabalho em curso	Não há desafios		50	Em colaboração com a SPPMERM

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		da União deve ser levada a cabo vigorosamente para o financiamento dos programas da União para garantir disponibilidade e previsibilidade dos fundos;					
		ii) Cumprimento rigoroso com as Regras Financeiras no que concerne à aprovação do orçamento suplementar.					
		iii) Interagir com os Parceiros em relação ao Orçamento do Programa em geral para apoiar a União ao invés do financiamento de projectos individuais e/ou rubricas orçamentais;	Trabalho em curso	Não há desafios		50	
		iv) Criar sistemas e medidas eficazes para melhorar a execução	Trabalho em curso	Não há desafios		50	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		orçamental;					
4 5	EX.CL/Dec.967(XXXI) Decisão sobre os Subcomités do CRP	<p>NO QUE DIZ RESPEITO ÀS QUESTÕES DE AUDITORIA SOLICITA à Comissão que:</p> <p>i) faculte orçamento apenas para aqueles programas que asseguraram financiamento e use orçamento suplementar se for assegurado financiamento adicional depois da aprovação do orçamento;;</p>	A ser implementada				Em colaboração com a SPPMERM
		<p>ii) considere modalidades para o financiamento de vários projectos Emblemáticos da Agenda 2063 consultando actores relevantes com vista a desenvolver meios de</p>	Os intervenientes estão a ser consultados: Trabalho em curso		As consultas devem continuar até que todos os projectos emblemáticos sejam financiados	40	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		investimento através dos quais a diáspora, o sector privado, e outros possam ser incentivados a participar no financiamento dos projectos emblemáticos da UA;					
		iii) exorte aos departamentos a fazerem os orçamentos de acordo com as áreas prioritárias para evitar orçamentar por excesso;	Implementada	Não há desafios		100	
		iv) interagir com os Parceiros com vista a entender porque é que não financiam os programas que se comprometeram a financiar.	Parcialmente implementada: as consultas estão em curso			60	
		v) ajustar a calendarização de programas para reflectir o	Parcialmente implementada: as consultas estão em curso			60	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		calendário da disponibilidade de fundos;					
		vi) empreender medidas concretas para lidar com casos de má gestão financeira, incluindo a implementação de medidas disciplinares e judiciais	Parcialmente implementada: as consultas estão em curso			60	
		ii) os Projectos transitórios devem ser excluídos do orçamento geral da UA e ser tratados em separado.	Parcialmente implementada: as consultas estão em curso			60	
		No que diz respeito à Implementação da Matriz de Recomendações da Auditoria: SOLICITA à Comissão: i) que aplique rigorosamente o regime de sanções providenciado nas Regras e					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Regulamento da União sobre qualquer membro do quadro de pessoal que não implemente as recomendações e que seja disciplinado em conformidade com as disposições do Regulamento do Pessoal da União, com vista a garantir prestação de contas/responsabilidade;					
		ii) que considerem o resultado das auditorias (i.e. índice de implementação das recomendações da auditoria) como parte do Sistema da UA para a Avaliação do Desempenho.					
		iii) que implemente rigorosamente a					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>Política para a Cobrança de Dívidas e Abates. A política deve ser implementada rigorosamente e qualquer proposta de abate deve ser feita com base em investigação, tendo em conta todas as opções de recuperação. Por enquanto, a Comissão continua a recuperar todos os valores a receber ainda pendentes;</p>					
		<p>iii) que melhore e informatize com vista a garantir que todos os registos sobre o quadro de pessoal, incluindo as dívidas/empréstimos sejam captados com precisão.</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		v) to Relatório sobre a Matriz das Recomendações da Auditoria para providenciar detalhes específicos de acção empreendida e declarar claramente o ponto de situação do que exactamente ainda está em curso, em comparação com o prazo estipulado.					
		v) que institua Sanções Financeiras para o não desempenho dos departamentos. A este respeito, os departamentos/órgãos devem ser dados dotações					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>financeiras com base em:</p> <p>a) Índice da sua anterior execução financeira;</p> <p>b) O índice de implementação das recomendações da auditoria.</p>					
4 6	EX.CL/Dec.969(XXXI) Decisão sobre a Proposta da Comissão sobre a Liquidação dos Passivos do Instituto Africano de Reabilitação (IAR)	O Conselho Executivo recebe o relatório da Comissão sobre a liquidação dos passivos do IAR na sua Sessão Ordinária de Janeiro de 2018, conforme o já solicitado em Janeiro de 2013					DAS
4 7	EX.CL/Dec.965(XXXI) Decisão sobre o Orçamento da União Africana para o Exercício Financeiro de 2018	<p>SOLICITA à Comissão:</p> <p>i) que remeta ao Conselho de Paz e Segurança a lacuna de financiamento de 81.84637</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		dólares americanos para a AMISOM criado devido à decisão tomada pela União Europeia de retirar 20% do seu financiamento anual;					
		ii) que coordene e supervisione o processo de orçamentação de todos os órgãos antes da sua apresentação ao Subcomité relevante do CRP para escrutínio e aprovação;	Implementada			100	
		iii) que use um novo formato na preparação do orçamento, que seja complementado por uma projecção sobre futuras remessas dos Estados-Membros e qualquer outra informação relevante em	Trabalho em curso				Processo em curso

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		conformidade com decisões conexas adoptadas pela UA com vista a facilitar a apreciação e adopção eficientes por parte pelos Estados-Membros					
		iv) que estipule todas as implicações jurídicas, estruturais e financeiras que afectam a relocação da ECOSOCC para Lusaca, Zâmbia e submeta ao CRP para apreciação do orçamento suplementar;	Implementada			100	
		v) que utilize as vantagens comparativas dos Estados-Membros para o financiamento da implementação de projectos ou					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		programas específicos aprovados através de contribuições financeiras ou em espécie recebidas dos Estados-Membros em causa, que tenham sido demarcadas pela UA para esse propósito;					
DIRECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (DAGRH)							
<u>4</u> <u>8</u>	EX.CL/Dec.899(XVIII) Decisão sobre as Actividades do Comité de Representantes Permanentes (CRP)	NO QUE DIZ RESPEITO ÀS REFORMAS ESTRUTURAIS SOLICITA à Comissão que: i) Finalize, em colaboração com o CRP, todas as propostas com vista a submeter um relatório final à próxima sessão ordinária do Conselho Executivo marcado para Julho de 2016;	Está a ser progressivamente implementada			20	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		ii) Apresente o relatório do ponto de situação ao CRP numa base regular e estipule prazos no plano de implementação	A reestruturação da União Africana deverá começar a ser implementada em 2018 com os seguintes departamentos: - OLC; - Secretariado-Geral - PMCD; e - DAGRH	A implementação tem estado a registar atraso	A Comissão deve dar início à implementação	15%	
		iii) Aplique rigorosamente as disposições do Estatuto e Regulamento do Pessoal da União Africana concernentes à reforma compulsiva do pessoal permanente e separação do pessoal com contractos a curto prazo, bem como implementar um sistema efectivo de planificação da sucessão;	A DAGRH está a aplicar as disposições do Estatuto e Regulamento do Pessoal da União Africana concernentes à reforma compulsiva do pessoal permanente e separação do pessoal com contractos a curto prazo. Um plano sobre a gestão da sucessão foi desenvolvido está sob processo de aprovação.	O período de transição atrasou o processo de aprovação.	A DAGRH apresentará o plano de sucessão à Comissão	70%	
		iv) Reduzir a sua dependência em fundos de parceiros na	A Comissão incidirá a sua atenção no financiamento dos cargos dos Estados-Membros, ao mesmo	Não foram encontrados desafios específicos	A Comissão deverá dar início à implementação	15%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		gestão de postos principais e sensíveis na estrutura proposta;	tempo que implementa as Decisões da DAGRH	até então;			
		v) Apresente um relatório detalhado sobre as implicações financeiras da estrutura proposta;	Foram apresentadas detalhadamente as implicações financeiras da estrutura proposta.	Não foram encontrados desafios específicos até então;	Concluída	100%	
		vi) Formular e submeter a estrutura macro para os Escritórios de Ligação para a Manutenção de Paz sob a estrutura do Departamento de Paz e Segurança;		Não foram encontrados desafios específicos até então;	A Comissão está em vias de receber propostas relevantes	50%	
		vii) Implementar as medidas para melhorar a eficiência e eficácia operacional que não acarrete reforma estrutural;	A Comissão implementou várias iniciativas para melhorar a eficiência operacional tais como a automatização dos processos, a reorganização das equipas para assegurar uma melhor prestação de serviços, a racionalização dos processos para	A aceitação dos intervenientes constituiu um desafio para a implementação atempada das iniciativas	A Comissão continuará a envidar esforços para melhorar a sua eficiência de forma permanente	80%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			reduzir o número de processos com assistência da Unidade Kaizen, incluindo a revisão dos manuais e das políticas. Foram igualmente desenvolvidos e implementados os procedimentos operativos normalizados				
		viii) leve a cabo, com apoio de consultores, um exercício abrangente no que concerne a outros Órgãos, os Escritórios de Ligação da Comissão, de Escritórios de Representação, Técnicos, Regionais e de Manutenção de Paz, na próxima fase do exercício até de Junho de 2016.	A Comissão da União Africana finalizou o Relatório e aguarda as aprovações necessárias para dar início à implantação. DAGRH	A disponibilização atempada dos fundos constituiu um desafio	A Comissão deve obter as aprovações necessárias dos principais intervenientes		
		ix) garanta que as implicações da estrutura proposta não seja mais do que o custo já	A Comissão teve em conta este elemento no relatório. DAGRH	Não foram encontrados desafios específicos	Foi finalizado	100%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		previsto de 1.5 milhões de Dólares Americanos					
49	EX.CL/Dec.902(XVIII) Decisão sobre as actividades da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP)	SOLICITA à Comissão que acelere o recrutamento em curso para os vários postos no Secretariado da CDHP e que considere o recrutamento para os restantes postos com vista a permitir que a CADHP desempenhe efectivamente o seu mandato;	15 postos estão sob processo de recrutamento	O recrutamento foi congelado durante seis meses durante o período de transição e registou-se um prolongamento do tempo de espera para a realização das sessões do Conselho de Nomeação e Promoção (APROB)	A DAGRH continuará a acelerar o processo de recrutamento	80%	DAP
50	EX.CL/Dec.922(XIX) Decisão sobre as Actividades da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP)	NOTA os esforços em curso envidados pela Comissão com vista a recrutar pessoal para os vários postos no Secretariado da CADHP e SOLICITA à Comissão que	15 postos estão sob processo de recrutamento	O recrutamento foi congelado durante seis meses durante o período de transição e	A DAGRH continuará a acelerar o processo de recrutamento	80%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		acelere o processo para permitir que a CADHP desempenhe o seu mandato com eficiência;		registou-se um prolongamento do tempo de espera para a realização das sessões do Conselho de Nomeação e Promoção (APROB)			
5 1	EX.CL/Dec.967(XXXI) Decisão sobre os Subcomités do CRP	NO QUE DIZ RESPEITO À SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DAS QUESTÕES ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS SOLICITA à Comissão que: i) providencie informação detalhada sobre o processo de transferência do Fundo de Pensões da ALICO para outra empresa;	O processo de transferência do Fundo de pensão da ALICO está em curso, os passos dados são: - A CUA contratou um consultor para assistir no processo de retirada e selecção de uma outra empresa; - Todos os órgãos da UA e agências técnicas especializadas estão envolvidos no processo; - O novo plano de pensão foi redigido e está a ser finalizado; - Um relatório pormenorizado de contribuições será enviado pela ALICO e a reconciliação será feita pela PBFA.	Não foram encontrados desafios específicos	A DAGRH continuará a acelerar o processo de recrutamento	50%	PBFA

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			- Todos os principais intervenientes foram comunicados para deixarem de enviar as contribuições para a ALICO; O processo de adjudicação de contractos está igualmente em curso.				
		ii) Implemente um sistema efectivo de gestão de desempenho, Plano de Desenvolvimento e Progressão de Careira com vista a melhorar a retenção de pessoal, bem como a provisão de prestação de serviços de qualidade;	A DAGRH desenvolveu um novo sistema de gestão de desempenho a ser aprovado pela Comissão	O período de transição da antiga para a nova Comissão atrasou o processo	Obter aprovação da Comissão	25%	
		iii) Implementar a política de gestão para a avaliação do pessoal de acordo com as normas internacionais e melhores práticas, tal como são aplicadas em	A DAGRH desenvolveu um novo sistema de gestão de desempenho a ser aprovado pela Comissão	O período de transição da antiga para a nova Comissão atrasou o processo	Obter aprovação da Comissão	25%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		outras organizações internacionais ou multilaterais;					
		iv) fazer uma gestão efectiva dos membros do quadro de pessoal com vista a garantir que o pessoal bom seja recompensado e os que não têm boa prestação de acordo com as normas sejam devidamente afastados.	A DAGRH desenvolveu um novo sistema de gestão de desempenho a ser aprovado pela Comissão	O período de transição da antiga para a nova Comissão atrasou o processo	Obter aprovação da Comissão	25%	
DIRECÇÃO DE GESTÃO DE CONFERÊNCIAS E PUBLICAÇÕES (DCMP)							
5 2	EX.CL/Dec.901(XVIII) Decisão sobre a introdução do Sistema de Ciberconferência na Comissão da União Africana	SOLICITA à Comissão, em colaboração com todos os Estados-Membros que tirem o máximo proveito do sistema informatizado de reuniões e DECIDE que doravante não serão utilizados documentos com suporte em papel nas	O sistema informatizado de reuniões tem sido implementado com sucesso pela Direcção de Gestão de Conferências e Publicações durante todas as Cimeiras da UA realizadas na sede desde 2016. Além disso, 86 reuniões, incluindo os CTE, beneficiaram do sistema informatizado utilizando um total de	Houve problema de sinal baixo de Wi-Fi. - Alguns participantes ainda mostram-se resistentes e ainda não estão familiarizados com o	Melhorar o sinal de Wi-Fi em todas as salas de reuniões da UA. - Instalar cabos para a conexão de todos os aparelhos do sistema informatizado de reuniões; -Formar os utentes.	100%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>reuniões das Cimeiras realizadas na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia, excepto quando houver necessidade;</p> <p>SOLICITA à Comissão que cumpra com esta decisão e apresente relatório à Sessão Ordinária do Conselho Executivo marcado para Janeiro de 2017.</p>	<p>1.996 documentos electrónicos com um total de 32.719 páginas.- Nas últimas 4 Cimeiras, economizou-se um total de 3.459.690 páginas de papel, o que equivale a 38.748 dólares americanos.</p> <p>- Todas as salas de conferência foram equipadas com sistema informatizado de reuniões e foram implementadas cimeiras tendo em conta o conceito "Paper Smart", nas quais cópias electrónicas de documentos são exibidas em dispositivos inteligentes interactivos.</p> <p>O sistema informatizado de reuniões foi reforçado com o aumento da capacidade da rede através do assentamento de cabos / e conexão da Sala de Conferências Nelson Mandela e da sala média "Medium Conference Hall".- A DCMP melhorou ainda mais o sistema de exibição de documentos</p>	<p>sistema informatizado o de reuniões.</p> <p>- O sistema utilizado no Antigo Centro de Conferências utiliza Wi-Fi e precisa da instalação de cabos para obter uma boa conexão.</p>			

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			para torná-lo de fácil utilização – O sinal Wi-Fi foi reforçado pela Divisão MIS para melhorar o sinal. - A cifragem foi adicionada passando de http://portal.africa-union.org para https://portal.africa-union.org				
DEPARTAMENTO OF PEACE AND SECURITY (PSD)							
53	EX.CL/Dec.928(XIX) Decisão sobre o combate à Violência Contra a Mulher e a Rapariga em África, Particularmente o Papel dos Órgãos de Segurança no processo de pôr termo à mesma	SOLICITA à Comissão, em colaboração com os parceiros de desenvolvimento, bem como outros actores, para lançar uma campanha sobre a sensibilização relativa à violência contra mulheres e raparigas, particularmente no espaço para mitigar o seu impacto nos potenciais alvos.	Em Novembro de 2017 o TADHP lançou as directrizes sobre o combate à violência sexual e suas consequências em África com a participação do Enviado Especial para as Mulheres, Paz e Segurança; A WGDD está em vias de desenvolver uma estratégia de comunicação sobre a igualdade do género e o empoderamento da mulher, tendo a “violência contra as mulheres e as raparigas” como um dos temas prioritários.	Proceder a divulgação adequada das directrizes a nível continental; A estratégia de comunicação sobre o género aguarda a finalização da nova estratégia da UA sobre igualdade do género e empoderamento da mulher.	Os Estados-Membros devem apoiar a utilização das directrizes para o combate à violência sexual; Finalizar a nova estratégia da UA sobre a igualdade do género e empoderamento da mulher com vista a servir de base para a estratégia de comunicação	100%	DSA, WGDD em colaboração com a DIC,

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
DEPARTAMENTO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS (DAP)							
5 4	EX.CL/Dec.899(XVIII) Decisão sobre as Actividades do Comité de Representantes Permanentes	<p>NO QUE DIZ RESPEITO AOS REFUGIADOS, REPATRIADOS E DESLOCADOS INTERNOS EM ÁFRICA – Doc. EX.CL/928(XXVIII) vi</p> <p>SOLICITA nos seguintes termos:</p> <p>i) Que os Estados-Membros ajudem ao CRP a organizar e levar a cabo missões de avaliação lideradas pela Comissão para países afectados por crises humanitárias graves, providenciando</p>	Foram realizadas cinco missões de avaliação no segundo semestre de 2017	Alinhar o programa da divisão com os Estados-Membros	Envolvimento contínuo com os Estados-Membros	80%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		informação mediante solicitação para levar a cabo missões de avaliação para as respectivas capitais em tempo útil;					
		ii) Que os Decanos Regionais nomeiem chefes de delegações a tempo para garantir que as missões de avaliação sejam levadas a cabo de acordo com o plano;	As nomeações foram decididas dentro dos prazos	Disponibilidade de Embaixadores para conduzirem missões	Envolvimento dos Decanos mais cedo	80%	
		ii) Que a Comissão garanta que seja empreendida acção apropriada de acompanhamento o em relação às missões de avaliação envolvendo actores nacionais, organizações da sociedade civil e parceiros	Envolvimento com os actores nacionais, as organizações da sociedade civil e os parceiros internacionais em curso	Necessidade e de dar seguimento às missões a nível nacional	Necessidade de identificar países para acções de acompanhamento	80%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		internacionais					
		v) Que a Comissão apresente relatório sobre a implementação desta decisão à sessão ordinária do Conselho Executivo marcada para Janeiro de 2017;	Relatório elaborado			100%	
		NO QUE DIZ RESPEITO AO FUNDO DE EMERGÊNCIA PARA A SECA E FOME EM ÁFRICA SOLICITA à Comissão: i) Que apresente o ultimo projecto do documento para implementação da decisão do Conselho Executivo sobre a expansão do mandato do Fundo e para organizar, em 2016, uma sessão especial	Projecto de Documento de Síntese pronto	Falta de tempo para acomodar o programa durante o semestre	O evento deve ter lugar no primeiro semestre de 2018		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		do CRP a respeito do assunto;					
		ii) Que encontre formas e meios de expandir a base de doadores do Fundo para incluir o sector privado, e indivíduos, inclusive da Diáspora, bem como doadores não tradicionais;	Medidas estão a ser aplicadas	Necessidade de acções a partir do primeiro semestre e de 2018	Conferência de Doadores		
		ii) Que harmonize os mecanismos conjuntos de trabalho entre o Subcomité do CRP para SEAF e o Subcomité do CRP para Refugiados Repatriados e Deslocados Internos;	Realização de reuniões conjuntas das mesas regularmente e avaliações conjuntas	Necessidade de mais avaliação conjunta	Mais avaliação conjunta	50%	
		v) SOLICITA à Comissão que apresente relatório sobre a implementação desta decisão na sua sessão	O relatório não está pronto visto que a Conferência de Doadores ainda não foi realizada				

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		ordinária marcada para Janeiro de 2017					
5 5	EX.CL/Dec.908(XVIII) Decisão sobre o Retiro de Mekele, do Conselho Executivo	NO QUE CONCERNE À LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E O PASSAPORTE AFRICANO SOLICITA à Comissão que apresente o passaporte Africano normal aos Chefes de Estado e de Governo na próxima sessão ordinária da Assembleia, marcada para Julho de 2016 e os passaportes para outras categorias, como é o caso dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Chefes de Estado e pessoal dos Órgãos da UA e Membros do CRP.	Conclusão da elaboração do projecto de Protocolo e mecanismo de implementação. Os Passaportes Diplomáticos da União Africana foram emitidos para os Chefes de Estado e de Governo, os Ministros dos Negócios Estrangeiros/das Relações Exteriores, os Representantes Permanentes e os Directores dos Órgãos	Natureza complexa das negociações. É necessário que a Conferência de Chefes de Estado sublinhe a necessidade de alguns Estados-Membros aplicarem plenamente as disposições da Decisão Assembly(AHG/OAU/AE C/DEC.1(II)).	Adopção do Protocolo A Comissão sensibilizará os Estados-Membros a aplicar a Decisão	100%	DAGRH/DAP
5 6	EX.CL/Dec.917(XVIII) Decisão sobre	DECIDE AINDA sobre a criação de um Subcomité no	Estão a ser feitas	Reunião o do CRP	A questão será levada à atenção do	50%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Candidaturas Africanas para postos no Sistema Internacional	Comité dos Representantes Permanentes (CRP), responsável pelo acompanhamento das candidaturas aprovadas pelo Conselho Executivo e SOLICITA à Comissão, em colaboração com o CRP, através do seu Subcomité relevante, que apresente relatório sobre a implementação desta decisão, onde for aplicável, à próxima sessão ordinária do Conselho Executivo marcada para Julho de 2016.	consultas sobre a questão. O DAP submeteu uma nota à Mesa do CRP a este respeito.	para criar o subcomité solicitado.	Presidente do Comité para facilitar o processo.		
5 7	EX.CL/Dec.943(X XX) Decisão sobre o Relatório Anual do Presidente da Comissão da UA de 2016	ORIENTA a Comissão que prepare e submeta um Relatório sobre o Progresso na implementação do Tema da UA de 2016: “Ano Africano dos Direitos Humanos, com particular incidência sobre os Direitos da Mulher”;	Foi elaborado um relatório sobre a implementação dos temas de 2015 e 2016 dedicados às mulheres, que destacam as conquistas em relação a igualdade	Fatiga na elaboração de relatórios			WGDD

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
58	EX.CL/Dec.958(XXX) Decisão sobre as Candidaturas no Sistema Internacional	i) SOLICITA à Comissão e aos Estados-Membros que disseminem as decisões tomadas pelos órgãos da União Africana sobre as candidaturas no sistema internacional e os postos comuns acordados, logo que tiverem sido adoptados, para todas as missões diplomáticas no mundo e exortá-las a respeitar as decisões;	A divulgação das Decisões da UA foi feita por intermédio das Missões Permanentes da UA	Falta de mecanismos apropriados de coordenação entre as Missões Permanentes da UA e os Grupos de África / Ausência de um Mapeamento Oficial das Missões Permanentes	Manter consultas com as Missões Permanentes da UA para abordar esses desafios/formular recomendações ao Gabinete do Presidente		GSGC/ DAP/OLC
		ii) SOLICITA AINDA ao Comité Ministerial, em colaboração com o CRP e a Comissão, bem como os Grupos Africanos em Nova Iorque, Genebra e outras cidades capitais, que	Estão a ser feitas consultas e foi enviada uma carta ao CRP a este respeito	Aguarda-se decisão do CRP	Será organizada uma reunião entre o Presidente do Comité e o Presidente do CRP.		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>reflecta sobre os mecanismos apropriados que facilitarão a monitorização e implementação das decisões e fazer recomendações a respeito das mesmas para a próxima sessão do Conselho Executivo em Julho de 2017.</p>					
59	EX.CL/Dec.967(XXXI) Decisão sobre Subcomités do CRP	<p>DECISÃO SOBRE A SITUAÇÃO HUMANITARIAN EM ÁFRICA SOLICITA à Comissão:</p> <p>i) que melhore os métodos de apresentação de relatório sobre a situação dos refugiados e que dependa e fontes credíveis de dados, especialmente dos Estados-Membros, com vista a reflectir informação actualizada e</p>	<p>Mecanismo de elaboração de relatórios melhorado;</p> <p>Seminário organizado sobre recolha de dados para os Estados-Membros</p>	Número limitado de Estados-Membros presentes no seminário.	Necessidade de o seminário cobrir o número restante de Estados-Membros	60%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		fiável sobre a situação dos refugiados em África;					
		ii) que em colaboração com o Subcomité do CRP para Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos e o Subcomité para o Fundo Especial de Emergência, tome todas as medidas necessárias para convocar uma Conferência de doadores, que deve incluir o sector privado, com vista a mobilizar apoio financeiro para os refugiados;	Conferência de Doares para anúncio de contribuições por se realizar	Houve falta de tempo para realizar as tarefas de forma eficaz e atempada	A Conferência de Doadores deve ter lugar no primeiro trimestre de 2018	20%	
		iii) que, em colaboração com o CRP, faça mais reflexões sobre	Medida lançada para a criação da Agência Humanitária	Necessidade de acelerar o processo de criação	Decisão sobre as implicações financeiras para a criação da Agência	30%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		a situação dos refugiados para formular modalidades práticas para prestar assistência aos refugiados em África;					
		v) com parceiros internacionais relevantes com vista a lidar com os fluxos de migração de Africanos através do Mar Mediterrâneo e outros canais.	Visita de trabalho à Tunísia e à Líbia para efectuar o exercício de evacuação voluntária	Ambiente de conflito	Manter o diálogo com as autoridades da Líbia	50%	
60	EX.CL/Dec.974(X XXI) Decisão sobre o Quadragésimo Segundo Relatório de Actividades da Comissão dos Direitos Humanos e dos Povos	SOLICITA i) à Comissão da UA que leve a cabo uma missão para avaliar as questões inerentes à governação e prestação de contas na CADHP com vista a facilitar uma reunião subsequente	i. Um estudo sobre prestação de contas, governação e estrutura foi realizado, os resultados serão apresentados aos Órgãos Deliberativos após a Cimeira de Janeiro de 2018; ii. A primeira reunião técnica entre a	Não foram encontrados desafios específicos	Relatório a ser apresentado aos Órgãos Deliberativos para análise e recomendação	50%	DAGRH

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>entre a Liderança da Comissão [da UA] com a CADHP para lidar com as constatações;</p> <p>ii) que a Comissão da UA, em estreita colaboração com a CADHP e o país anfitrião acelere o processo de construção das novas instalações da Comissão em Banjul e apresente ao Conselho Executivo em Janeiro de 2018, o relatório sobre o Progresso feito.</p>	<p>CADHP, o Governo da Gâmbia e a Comissão está prevista para Fevereiro de 2018. Por conseguinte, o projecto iniciará em meados de 2018.</p>				

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E ENERGIA (DIE)							
6 1	EX.CL/Dec.900(XVIII) Decisão sobre as Actividades dos Comités Técnicos Especializados	<p>No concernente ao Comité Técnico Especializado para a Comunicação e Tecnologias de Informação e Comunicação (CTE – CTIC-1))</p> <p>SOLICITA à Comissão que:</p> <p>i) Crie estruturas de governação responsáveis pela gestão do PAeN em conformidade e com a OPÇÃO 1 depois do seu trespassar para a Parte Africana em colaboração com a Mesa do CTE – CTIC);</p> <p>a) Acelerar a assinatura e ratificação</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>pelos Estados-Membros da Convenção da União Africana sobre a Segurança Cibernética e Protecção dos dados Pessoais;</p> <p>b) Submeter relatórios Ad-hoc sobre (a) sistemas de endereçamento e códigos postais para outros CTE nomeadamente para o Comité de Fianças, Planificaç</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>ão Económic a e integração e/ou o Comité da Função Pública, Governo Local e Desenvolv imento Urbano e Descentra lização para o apoio adicional, (b) a electrificaç ão e conectivid ade dos Serviços Postais para o Comité de Finanças, Planificaç ão Económic a e Integração , e o Comité de Transconti</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>mentais e Inter-regionais, Energia e Turismo;</p> <p>ii) Participar no Fórum Regional de Governação da Internet (FGI) em colaboração com a CENUA e as CER.</p>					
6 2	EX.CL/Dec.913(XVIII) Decisão sobre as Actividades da Comissão da União Africana no período de Janeiro a Dezembro de 2015	<p>SOLICITA à Comissão que:</p> <p>i) Acelere a implementação da Estratégia Integrada de Segurança Marítima de África de 2050, em colaboração com os Estados-Membros;</p> <p>ii) Apresente relatório sobre a</p>	O exercício está de acordo com o que o Grupo Estratégico estabeleceu, Carta Marítima desenvolvida e aprovada pela Conferência e outras actividades de implementação estão em andamento.	N/A	N/A		Mantha/OLC

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		implementação da presente decisão à sessão ordinária do Conselho Executivo, marcada para Janeiro de 2017					
63	EX.CL/Dec.970(XXXI) Decisão sobre os Comitês Técnicos Especializados	<p>NO QUE DIZ RESPEITO À PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO EM TRANSPORTE, INFRA-ESTRUTURA TRANSCONTINENTAL E INTER-REGIONAL, ENERGIA E TURISMO (CTE-TTIIET) SOLICITA à Comissão que:</p> <p>i) submeta o Regulamento do Comité Técnico Especializado em Transporte, Infra-estrutura</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>Transcontinent al e Inter-regional, Energia e Turismo para a próxima Sessão do CTE para a Justiça e Assuntos Jurídicos para obter o aval e, em seguida, ao Conselho Executivo para a sua apreciação;</p>					
		<p>ii) submeta os Textos legislativos da Decisão de Yamoussoukro sobre a liberalização dos mercados de transporte aéreo em África à próxima Sessão do CTE em Justiça e Assuntos Jurídicos para obter o aval e, em seguida, ao Conselho</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Executivo para a sua apreciação					
		iii) Divulgue as versões aprovadas dos seguintes documentos: (i) Relatório da Primeira Reunião Ordinária do Comité Técnico Especializado em Transporte, Infra-estruturas Transcontinentais e Intercontinentais, Energia e Turismo (CTE – TITIET);(a Declaração do CTE – TITIET; (iii) os Planos de Acção da União Africana sobre a Energia, Transporte (Aéreo, Marítimo, Ferroviário e Rodoviário), e Turismo e					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>PIDA; e iv) e a Declaração Ministerial de Windhoek e Metas sobre a Facilitação da Segurança da Aviação em África para todos os Estados-Membros e outros actores, bem como facilitar a sua melhor implementação através de medidas de capacitação sempre que necessário</p>					
		<p>iv) Tome todas as medidas necessárias dentro do mandato em colaboração com as Comunidades Económicas Regionais, instituições especializadas, Estados-</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>Membros, parceiros internacionais e outros actores com vista a acelerar a implementação dos Planos de Acção sobre a Energia, Transporte (Aéreo, Marítimo, Ferroviário e Rodoviário), Turismo e PIDA com vista a melhorar a integração desenvolvimento socioeconómico de África;</p>					
		<p>v) garantir a elaboração e priorização da implementação de programas de infra-estruturas de energia apropriada, transporte, turismo, incluindo a</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		facilitação do acesso a infra-estruturas para zonas rurais e remotas, que sejam cruciais para a consecução bem sucedida da Agenda 2063 e da Agenda 2030.					
DEPARTAMENTO DOS ASSUNTOS SOCIAIS (DSA)							
64	EX.CL/Dec.913(XVIII) Decisão sobre as Actividades da Comissão da União Africana para o período de Janeiro a Dezembro de 2015	SOLICITA à Comissão que acelere a operacionalização, em colaboração com os actores relevantes do Centro Africano de Controlo de Doenças (CDC);					
65	EX.CL/Dec.947(XX) Decisão sobre a relocação do Secretariado do Comité Africano de Peritos em Direitos e Bem-estar da Criança (ACERWC)	ENCORAJA ao reino do Lesoto e a República do Sudão que continuem com as consultas e SOLICITA à Comissão que facilite tais consultas;					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
6	EX.CL/Dec.956(X XX) Decisão sobre o Acesso Universal à Imunização como Pedra Angular para a Saúde e Desenvolvimento em África	SOLICITA AINDA à Comissão, Estados- Membros, OM e aos parceiros que facilitem a implementação da Declaração e criem mecanismos para o acompanhamento e relatórios regulares para a Cimeira com vista a incluir um quadro correspondente de prestação de contas.					
6 7	EX.CL/Dec.970(X XXI) Decisão sobre Comitês Técnicos especializados	NO QUE CONCERNE À SEGUNDA REUNIÃO DO CTE EM SAÚDE, POPULAÇÃO E CONTROLO DE MEDICAMENTOS, ADIS ABEBA, 20-24 MARÇO DE 2017 SOLICITA à Comissão que leve a cabo mais uma ronda de consultas continentais sobre o Projecto de Tratado e a implementação de etapas rumo ao estabelecimento da Agência Africana de Medicamentos					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>(AAM/AMA); e submeter o projecto de tratado a uma reunião de Ministros da Saúde, como um Grupo de Trabalho do CTE – SPCM para que subsequentemente seja submetido ao CTE em Assuntos Jurídicos</p>					
		<p>NO QUE DIZ RESPEITO AO RELATÓRIO DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DA UNIÃO AFRICANA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO SOLICITA à Comissão: i) que em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), OIT e CENUA defina modalidades, âmbito de</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>trabalho, implicações jurídicas e institucionais do Emprego e que o Fundo para a Coesão Social busque o apoio do CTE em Assuntos Financeiros e Monetários, Planificação Económica e Integração para o estabelecimento, financiamento e implementação do Fundo;</p>					
		<p>ii) que reveja a implementação da iniciativa conjunta da CUA/BAD/OIT/CENUA sobre o Emprego dos jovens para que esteja em conformidade com o Roteiro relativo ao Dividendo Demográfico e</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		incorpore a nova Estratégia do BAD sobre o Emprego dos Jovens em África					
DEPARTAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS CIÊNCIA E TECNOLOGIA (HRST)							
68	EX.CL/Dec.921(XIX) Decisão sobre os Comitês Técnicos Especializados (CTE)	<p>No que diz respeito à Juventude, cultura e Desporto – Doc. EX.CL/974(XXIX) SOLICITA à Comissão que:</p> <p>i) acelere a criação do Fundo para o Desenvolvimento da Juventude Africana e desenvolva iniciativas e programas claros para lidar com assuntos emergentes que afectam aos jovens, incluindo a migração</p>	<p>PNUD e BAD totalmente integrados como parceiros técnicos para a operacionalização do Fundo.</p> <p>Um projecto de quadro sobre a operacionalização, descrevendo em pormenores das possíveis opções do Fundo foi proposto para um maior controlo por parte de parceiros internos e externos</p>	Disponibilidade de recursos, tanto técnicos como financeiros.	Envolver mais parceiros para a obtenção de recursos e de apoios técnicos e financeiros	30%	
		ii) Convoque uma sessão	A Sessão Extraordinária do 2.º Comité Técnico	É necessária	Projecto de Estatuto da Comissão Africana	90%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		extraordinária do Comité Técnico Especializado do Comité Técnico Especializado para a Juventude, Cultura e Desporto (CTE-JCD) em Setembro de 2016 para apreciar o Projecto de Estatutos da Comissão Africana do Audiovisual e do Cinema.	Especializado da Juventude, Cultura e Desporto (STC-YCS2) foi realizada em Nairobi, Quénia, de 13 a 15 de Setembro de 2017. O objectivo foi proporcionar aos Estado-Membros da UA a oportunidade de rever o Projecto de Estatuto da Comissão Africana do Áudio Visual e do Cinema (AACC).	mais sensibilizaçã o para a participação dos Estados-Membros	do Audiovisual e do Cinema (AACC) a deve ser submetido ao CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos		
DEPARTAMENTO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA (DTI)							
6	EX.CL/Dec.899(XVIII) Decisão sobre as Actividades do Comité de Representantes Permanentes	NO QUE DIZ RESPEITO A QUESTÕES ECONÓMICAS COMERCIAIS Comissão deve: i) Levar a cabo um estudo continental para investigar as causas das falhas no	Em 2017, o Fórum AGOA foi realizado no Togo no quadro do diálogo contínuo entre países elegíveis e os Estados Unidos, porém o estudo ainda não foi encomendado; Prevê-se a realização de um seminário sobre a AGOA com a CEA para a	O Departamento precisa mobilizar recursos para envidar um esforço idêntico. Entretanto, vários estudos foram	O Dpt de Comércio e Indústria (DTI) deve desenvolver termos de referência e identificar um parceiro técnico para realizar este importante estudo em 2018.	30% Implementado de forma parcial	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>processo relativo à Lei sobre a Oportunidade de Crescimento para África (AGOA) e tirar proveito máximo das experiências dos países que tiveram melhor desempenho económico e comercial neste processo;</p>	<p>partilha de informações sobre as melhores práticas e o apoio aos países com vista ao desenvolvimento de estratégias nacionais / regionais de implementação da AGOA.</p>	<p>realizados pelo Centro Africano de Política Comercial, que inclui alguns elementos contidos na Decisão;</p>			
		<p>ii) Continuar a interagir com os Estados Unidos da América (EUA) para garantir que não haja erosão das preferências disponíveis para os Estados-Membros no âmbito da AGOA.</p>	<p>O compromisso contínuo com os EUA é liderado pelo Grupo de Embaixadores Africanos em Washington DC, apGAI/OIA do Comissário para o Comércio e Indústria.</p>	<p>A posição da política comercial da administração americana indica desafios em ter um ambiente previsível para acesso contínuo às preferências da AGOA. A versão actual da Lei também</p>	<p>Sensibilização e diplomacia contínuas</p>	<p>90% Quase plenamente implementada</p>	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
				<p>prevê a retirada unilateral de benefícios por razões não relacionadas ao comércio. Alguns Estados-Membros da UA foram retirados da lista de países beneficiários.</p>			
		<p>iii) Colaborar com a China no âmbito do Fórum de Cooperação China – África (FOCAC) e o Memorando assinado com a China para a industrialização;</p>	<p>Participação na Conferência de redução da pobreza África – China em Shangai, em 2016, juntamente com os Estados-Membros da UA. A Maurícia acolheu a edição de 2017 e a Comissão não pôde participar devido ao calendário de actividades; O DTI participou na concepção de um Programa Abrangente de Desenvolvimento de Capacidades AU-China que foi coordenado pelo</p>	<p>Falta de uma estratégia clara para a China a nível da Parceria Estratégica ; O envolvimento <i>ad-hoc</i> não é benéfico daí a proposta de abrir um</p>	<p>Envolvimento contínuo no processo de parceria e implementação das actividades conjuntas, no quadro de monitorização do FOCAC.</p>	<p>40% Não obstante os esforços envidados, há muito trabalho por se fazer de modo a tirar proveito dos benefícios da Cooperação.</p>	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			<p>Gab. do Presidente que inclui o Subprograma sobre Reforço de Capacidades para a parceria efectiva de industrialização entre África e a China;</p> <p>O Departamento do Comércio e Indústria organizou o 1.º Simpósio sobre Zonas Económicas Especiais e Desenvolvimento Industrial sob o tema “Zonas Económicas Especiais (ZEE) como Motor para a promoção de Empregos, Crescimento e Economia Verde”, de 7 a 10 de Novembro de 2017 em Lusaca, Zâmbia.</p>	<p>escritório da UA em Pequim que permitiria um acompanhamento eficaz dos projectos e das iniciativas conjuntas de uma forma mais eficiente;</p> <p>Capacidade limitada do DTI de dar seguimento às actividades de implementação com a China de forma mais consistente</p>			
		<p>iv) Organizar uma Mesa Redonda sobre os desafios económicos, financeiros,</p>	<p>Esta actividade ainda não foi implementada.</p>	<p>Recursos e capacidade centrados nos programas emblemáticos da</p>		0%	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		agrícolas e humanitários com que o continente se debruça actualmente com visita criar resiliência a longo prazo;		Agenda 2063			
		v) Acelerar, em colaboração com os Estados-Membros, a implementação de programas emblemáticos da Agenda 2063 tais como o projecto da Barragem do Grande Inga para despoletar o potencial económico do Continente.	O DTI centrou as suas actividades na Zona de Comércio Livre Continental e na Estratégia da UA relativa a Produtos de Base	Recursos limitados para participar significativamente nas iniciativas emblemáticas. O Projecto Integrado do Comboio de Alta Velocidade abarca uma component e industrial que foi suprimida pelos Estados-Membros da UA de todas as propostas	Atenção contínua na ZCLC e na Estratégia em relação aos Produtos de Base para alcançar um impacto com recursos limitados à disposição do departamento.	90% Quase plenamente implementado	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
				orçamentais.			
		vi) SOLICITA à Comissão que preste contas sobre a implementação desta decisão à sessão ordinária do Conselho Executivo de Julho de 2017.	Esta decisão não foi possível implementar devido à racionalização da agenda da Cimeira (Dec582)				
7	EX.CL/Dec.921(XIX) Decisão sobre o Comitês Técnicos Especializados (CTE)	No que diz respeito ao Comércio, Indústria e Recursos Minerais SOLICITA à Comissão que mobilize os recursos necessários para levar a cabo as seguintes actividades: i) Organizar reuniões do subcomité para o Comércio, Indústria, Minerais e Directores Gerais das Pesquisas	Houve planeamento mas não foi possível a implementação das reuniões	Não foi implementada a decisão devido aos recursos financeiros limitados e do calendário sobrecarregado.	Convocar a Sessão Ordinária do CTE de Comércio, Indústria e Recursos Minerais em 2018 e analisar os Termos de Referência dos Subcomités.	25%	25% Não obstante os esforços envidados, os resultados só serão alcançados quando o CTE de Comércio, Indústria e Minérios atingir a meta.

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Geológicas;					
		ii) Levar a cabo estudos técnicos com dados pertinentes realçando o potencial de África nos sectores do comércio, indústria e mineração com vista a impulsionar investimentos na identificação de sectores prioritários, incluindo fármacos	A única actividade levada a cabo relaciona-se com o estudo realizado pela UNECA, em colaboração com a CUA sobre a situação do sector farmacêutico em África – desafios e oportunidades com base nos dados disponíveis; Um Documento de Síntese foi elaborado em parceria com o Centro Internacional do Comércio para estabelecer o Observatório do Comércio para as estatísticas comerciais, industriais e minerais. Actualmente estão em curso negociações com o Banco Mundial para financiar as actividades em 2018. Esta estrutura foi aprovada na Decisão de Janeiro de 2012 sobre a Promoção do Comércio Intra-africano e a Aceleração do estabelecimento da Zona de Comércio Livre Continental.	Este é um aspecto do trabalho do Departamento em andamento que requer um fluxo consistente de recursos que pode ser providenciado através do Orçamento Anual.	Um pedido orçamental suplementar será elaborado quando forem confirmadas as negociações para o financiamento do Observatório do Comércio. Trata-se de um pilar crucial de apoio aos Estados-Membros da UA nas negociações da ZCLC, bem como fornecer informação aos decisores, operadores do sector privado e mundo académico na comunidade comercial e de investimento.	25%	25% Resultados limitados no domínio farmacêutico. O enfoque deve recair no Observatório do Comércio que pode ser estabelecido e mantido por forma a fornecer informações actualizadas aos investidores e decisores sobre as oportunidades em África.

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		iii) Em colaboração com a CENUA, levar a cabo um estudo que permitirá que África formule uma abordagem comum para futuros relações de comércio e investimento entre África e EUA, incluindo a análise sobre a fraca utilização da AGOA.	O estudo está previsto para 2018			0%	
71	EX.CL/Dec.943(X XX) Decisão sobre o Relatório Anual do Presidente da Comissão da UA de 2016	ORIENTA a Comissão a acelerar o estabelecimento do Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes para promover a aceleração da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC);	Foram elaborados Termos de Referência e o Orçamento; Entretanto, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo nomeou S.E. Issoufou Mahamadou, Presidente da República do Níger para promover o processo.	O Promotor da ZCLC foi fundamenta l na conclusão da primeira fase das negociações sobre a ZCLC e a próxima fase requer	Recomenda-se que os Termos de Referência das Personalidades Eminentes sejam ajustados por forma a incidir nas actuais necessidades e por forma a trabalharem sob a liderança do Promotor da ZCLC;		BCP

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
				um amplo envolvimento das partes com vista criar condições para a assinatura e ratificação do Acordo sobre a ZCLC pelos Estados partes.	Este ponto será objecto de um relatório na Cimeira de Janeiro de 2018.		
72	EX.CL/Dec.953(X XX) Decisão sobre as Conclusões do 5.º Retiro do Conselho Executivo realizado em Adis Abeba, Etiópia, nos dias 8 e 9 de Dezembro de 2016	SOLICITA à Comissão que formule um Roteiro sobre as recomendações e apresente relatório à próxima Sessão do Conselho Executivo através do Comité Ministerial de Acompanhamento da Agenda 2063, incluindo as seguintes áreas: a) Criação da Zona de Comércio Livre	O Roteiro para o estabelecimento foi preparado, aprovado e implementado, tendo por objectivo alcançar um marco de Dezembro de 2017; O projecto de Estratégia Africana em matéria de Produtos de Base deve ser melhorado com a assistência de um Consultor que será recrutado. A Campanha da <i>Marca Made in Africa</i> ainda não foi desenvolvida. Há trabalho em curso sobre as medidas para	Nenhum A consultoria divulgada não recebeu qualquer resposta; A capacidade	90% A CUA deve voltar a divulgar a consultoria; Identificar recursos específicos para esta Campanha com vista a promover a industrialização de África e promover o	Concretização em 90% para a ZCLC e em 50% para o restante das actividades	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>Continent al até o fim de 2017</p> <p>b) Rumo à Estratégia Africana de Produtos;</p> <p>c) Desenvolvimento da Campanh a da Marca <i>Made in Africa</i>;</p> <p>d) Industrialização acelerada rumo à meta continent al de 20% de valor acrescent ado até 2020, incluindo medidas para promover conteúdo local nos contractos de mineração</p>	<p>promover o conteúdo local no conteúdo mineiro no quadro da implementação do Plano de Acção da Visão Mineira Africana que está a progredir bem.</p>	<p>do departamen to é limitada neste domínio.</p>	<p>comércio.</p>		

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		e) ; Desenvolvimento de linhas de orientação para promover e proteger investimento e companhias Africanas, incluindo países em transição política.					
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA (DERA)							
73	EX.CL/Dec.943(XXX) Decisão sobre o Relatório Anual do Presidente da Comissão da União de 2016	INSTRUI a Comissão a elaborar um roteiro para a implementação da campanha para “Relegar a Enxada ao Museu” até 2015.	1. O DREA estabeleceu parceria com a FAO para desenvolver um Quadro para a Mecanização Sustentável da Agricultura em África (SAMA). Este foi aprovado pela 2.ª Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado da Agricultura, Desenvolvimento	Dificuldade em garantir recursos adequados para apoiar o desenvolvimento e a implementação das estratégias de mecanização nacional, incluindo as	1. Implantação/popularização do Quadro para a SAMA; 2. Desenvolvimento de directrizes pormenorizadas para ajudar os Estados-Membros na formulação e implementação de estratégias nacionais para a SAMA; 3. Mobilização		Foi desenvolvida uma proposta sobre a mecanização agrícola e submetida às parcerias da UA mas ainda não foi financiada; A DREA desenvolveu um quadro

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			<p>Rural, Água e Ambiente, em Outubro de 2017. O Quadro permitirá assistir os Estados-Membros no desenvolvimento e implementação das suas estratégias nacionais sobre a mecanização e, portanto, ajudar a “Relegar a Enxada ao Museu”.</p> <p>2. O DREA, em parceria com a Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA) desenvolver igualmente uma proposta com o objectivo de mobilizar recursos para ajudar a identificar e implementar abordagens inovadoras para ampliar a mecanização sustentável de modo a ajudar a transformar a produção agrícola de pequena escala e o tratamento após colheita.</p>	<p>abordagens inovadoras.</p>	<p>ode recursos/parcerias para apoiar os Estados-Membros na formulação e implementação das estratégias nacionais para a SAMA;</p> <p>4. Apoiar o estabelecimento e/ou o reforço de centros de excelência, bem como mecanismos de coordenação a nível nacional, sub-regional e regional.</p>		<p>abrangente para a SAMA, com um plano de implantação, que aborda a questão de relegar a enxada para o museu.</p>

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>NO CONCERNENTE À IMPLEMENTAÇÃO DO QUADRO DE SENDAI PARA A REDUÇÃO DE RISCOS EM ÁFRICA</p> <p>SOLICITA à Comissão, em consulta com os Estados-Membros e as Comunidades Económicas Regionais (CER) a formular uma Posição Comum Africana para a Plataforma Global para a Redução de Risco, marcada para ter lugar em Cancun, México, em Maio de 2017</p>	<p>O Departamento de Economia Rural e Agricultura, em consulta com as Comunidades Económicas Regionais e os Estados-Membros, desenvolveu a Posição de África sobre a Redução de Risco de Catástrofes que foi apresentado com sucesso na Plataforma Mundial para a Redução do Risco de Catástrofes em Cancun, México, a 25 de Maio de 2017.</p> <p>O Grupo de Trabalho de África (AWG) sobre Redução do Risco de Catástrofes desenvolveu o projecto inicial. O segundo projecto foi desenvolvido durante às sextas-feiras dedicados da Comissão que foram organizadas pela DREA e contou com a participação dos Estados-Membros, representantes das CER e parceiros a 4 de Maio de 2017.</p> <p>Antes da sua apresentação, a posição foi aprovada pelos Delegados de África à margem da Plataforma</p>	<p>Atribuição inadequada de recursos por parte dos Estados-Membros para implementar os compromissos assumidos por África na Posição de África para a Redução do Risco de Catástrofes.</p>	<p>É necessário maior atribuição de recursos por parte dos Estados-Membros para implementar os compromissos assumidos por África na Posição de África para a Redução do Risco de Catástrofes.</p> <p>Apresentação do relatório no 2.º CTE de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente.</p> <p>O relatório do 2.º CTE será submetido na 30.ª Cimeira Extraordinária da UA para aprovação.</p>	<p>100%</p>	

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			Mundial em Cancun.				
74	EX.CL/Dec.971(XXXI) Decisão sobre a Transferência do Programa Integrado de Recursos Naturais do Planalto de Fouta Djallon de Conacri para a Comissão da CEDEAO	SOLICITA à Comissão da UA e à CEDEAO que trabalhe em sinergia no sentido de garantir uma transferência amena do Programa no espírito do Processo das Reformas da UA, incluindo as implicações financeiras;	A CUA e a CEDEAO realizaram uma série de consultas para implementar a transferência do Programa sobre o Planalto de Fouta Djallon. Os dois comissários das duas instituições reuniram em Outubro de 2017 para finalizar os acordos para a transferência em Janeiro de 2018. Todos os documentos, arquivos e relatórios relevantes foram reunidos para a preparação da transferência em Janeiro, a ter lugar na sede da UA ou na CEDEAO em Abuja.		Em conformidade com a Decisão EX.CL, que mandata a CUA a manter o seu escritório em Conacri, foram redigidos novos termos de referência para o escritório com vista a servir os objectivos da União Africana de forma mais coordenada e sinérgica no domínio da agricultura, alterações climáticas e gestão dos recursos naturais. A Comissão da UA recrutará brevemente o chefe do escritório e um número mínimo de peritos técnicos para o funcionamento eficaz do escritório. As vagas para estes postos estão por preencher há cinco anos.		Não existem implicações financeiras adicionais uma vez que todas as medidas serão tomadas para evitar custos suplementares.

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
DIRECÇÃO DOS ASSUNTOS ECONÓMICOS (DEA)							
75	EX.CL/Dec.935(XIX) Decisão sobre o Acompanhamento do Retiro Realizado em Nairobi, Quénia	<p>No que diz respeito ao índice de integração Africana</p> <p>SOLICITA à Comissão que organize um seminário de validação que inclua a Comissão da UA, CENUA e BAD com as CER e a Agência da NEPAD, para a apresentação do índice à Cimeira de Janeiro de 2017;</p> <p>No que diz respeito ao Reforço das Posições Comuns Africanas</p> <p>SOLICITA à Comissão que dê o retorno à reunião do Conselho Executivo sobre a decisão tomada na Cimeira de Joanesburgo relativa ao ponto de situação da Missão de Observação junto das Nações Unidas;</p>					

NO	DECISÃO N.º	MEDIDA EXIGIDA	MEDIDA TOMADA	DESAFIOS	Passos a seguir	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>No que diz respeito à Recomendações Gerais dos Retiros do Conselho Executivo Providenciar as implicações financeiras das recomendações adoptadas pelo Conselho nos seus retiros com vista a garantir a realização dos objectivos da Agenda 2063;</p>					
76.	<p>EX.CL/Dec.945(XX X) D Decisão sobre a Nona Reunião Anual Conjunta do CTE em Assuntos Financeiros e Monetários, Planificação Económica e Integração e a Conferência dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, Etiópia, 4-5 Abril de 2016</p>	<p>EXORTA os Estados-Membros a alocarem pelo menos 0.015 por cento (0.015%) do seu Orçamento ao desenvolvimento de estatística;</p> <p>SOLICITA à Comissão que apresente relatório sobre a implementação da presente decisão numa base regular.</p>					

B. DECISÕES DA CONFERÊNCIA**Assembly/AU/Dec.588(XXVI) – Assembly/AU/Dec.664(XXIX)****Jan de 2016, Julho de 2016, Jan de 2017, Julho de 2017**

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
GABINETE DO PRESIDENTE							
1.	Assembly/AU/Dec.602(XXVI) Decisão sobre a Tabela de Avaliação e Implementação de fontes alternativas de financiamento da União Africana	(i) SOLICITA à Comissão que organize um Retiro dos Chefes de Estado e de Governo, Ministros dos Negócios Estrangeiros, Ministros das Finanças para analisar o financiamento da União antes da Cimeira de Julho de 2016, por ser realizado em N'Djamena, Chade;	Implementada: O Retiro foi organizado e elegeu o presidente do Ruanda para liderar o processo	Não foram registados desafios		100%	GSGC
		(ii) SOLICITA IGUALMENTE à Comissão que apresente Relatório sobre a implementação desta decisão à próxima sessão ordinária da Assembleia através do Conselho Executivo em Julho de 2016.	Implementada: O relatório foi preparado e submetido à Cimeira	Não foram enfrentados desafios		100%	
2.	Assembly/AU/Dec.605(XXVII) Decisão sobre o Retiro da Assembleia relativo Ao Financiamento da União	<u>No que concerne ao Fundo para a Paz</u> (i) Solicita ao Presidente da Comissão que implemente todos os aspectos relacionados com a operacionalização do Fundo para a Paz, de modo particular a componente jurídico-legal, operacional, regras e regulamento financeiro;					

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Africana	<p>(ii) Solicita ao Presidente da Comissão que leve a cabo consultas com o Secretário-geral das Nações Unidas (ONU), a Assembleia Geral das Nações Unidas, o Conselho de Segurança das Nações Unidas e outros parceiros relevantes, sobre os mecanismos previstos de financiamento para a provisão das contribuições estatutárias para operações de paz lideradas pela UA, tendo em conta os mecanismos de financiamento para o fundo de paz conforme o acima delineado;</p>	Consultas em curso com os departamentos		Acelerar o processo	30	
		<p>(iii) SOLICITA AINDA ao Presidente da Comissão que em Janeiro de 2017 preste relatório à Assembleia sobre o progresso feito na implementação desta Decisão.</p>					
3.	Assembly/AU/Dec.635(XXVIII) Anexo à Decisão da Assembleia sobre os Resultados do Retiro da Assembleia da União sobre a	<p>No que diz respeito ao realinhamento das instituições da União Africana com vista a responder a essas prioridades</p> <p>(i) As Estruturas da Comissão devem ser reavaliadas para garantir que tenham a dimensão e capacidades correctas para responderem às prioridades acordadas;</p>	<p>A reestruturação da União Africana começará a ser implementada em 2018 com os seguintes departamentos:</p> <p>African Union restructuring will start being implemented in</p>	A implementação sofreu um atraso	A Comissão deve iniciar a implementação	15%	GVPGVP/DAG RH/

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Reforma Institucional da União Africana		2018 with the following Departamentos: -OLC; -Secretariado-Geral, -PMCD; e -DAGRH				
		(ii) A equipa de liderança sénior da Comissão deve ser simples e orientada para o desempenho.	Todos os Directores estão a ser avaliados para avaliar a sua capacidade de assumir os postos que ocupam			50	
		(iii) Pode se reconsiderar a designação do Presidente e Vice-Presidente;					
		(iv) Deve ser feita uma revisão fundamental da estrutura e necessidades de pessoal por parte da organização, bem como as condições de serviço para garantir o alinhamento com as áreas prioritárias acordadas	Processo de reestruturação em curso			60	
4.	Assembly/AU/Dec.639(XXVIII)) Decisão sobre a Admissão do Reino de Marrocos na	SOLICITA ao Presidente da Comissão que comunique esta Decisão da Assembleia ao Reino de Marrocos e solicita ao Marrocos que deposite o seu instrumento de Adesão ao Acto Constitutivo.	Decisão comunicada ao Reino de Marrocos que depositou o seu instrumento de adesão ao Acto	N/A	N/A	100%	OLC

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	União Africana		Constitutivo				
5.	Assembly/Au/Dec.643(XXIX) Decisão sobre o Relatório relativo à Plataforma Económica Inaugural Africana realizada em Port Louis, Maurícias, 20 – 22 de Março de 2017	<p>i) SOLICITA à Comissão da União Africana e à Fundação da União Africana que trabalhem em estreita colaboração com o país anfitrião (Maurícias) para garantir uma segunda Plataforma Económica Africana bem-sucedida;</p> <p>ii) A Comissão e a Fundação da União Africana devem garantir que os Estados-Membros sejam convidados para a Plataforma Económica Africana e que o nível de representação seja à descrição dos Estados-Membros;</p> <p>iii) T A Comissão, em colaboração com a Fundação da União Africana, deve elaborar um roteiro para a implementação das recomendações sobre a Plataforma Económica Africana Inaugural, e submetê-lo à consideração na Cimeira de Janeiro de 2018;</p> <p>iv) A Comissão, em colaboração com a Fundação da União Africana e os Estados-Membros deve levar a cabo uma avaliação</p>	<p>Os preparativos estão em curso e as consultas com o país anfitrião estão a correr perfeitamente e 21-22 de Março de 2018 são os dias propostos para 2ª PEA</p> <p>Trabalho em curso e os convites serão enviados subsequentemente</p> <p>Trabalho em curso</p>	<p>Não há desafios até ao momento</p> <p>Não há desafios</p>		<p>100</p> <p>Em curso</p>	GSGC, DEA, DTI, GVPGVP

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		abrangente da Plataforma Económica Africana Inaugural, e submeter um relatório com recomendações à Cimeira de Janeiro de 2018;					
6.	Assembly/AU/Dec.653(XXIX) Decisão sobre a Questão do Sara Ocidental	SOLICITA aos Presidentes da União Africana e da Comissão da UA que, em consulta com o Conselho de Paz e Segurança da UA, tomem as medidas pertinentes (incluindo a possível revitalização do Comité de Chefes de Estado decorrente de uma decisão emanada em 1978) para apoiar os esforços das Nações Unidas e encorajar as partes, que são agora membros da União Africana, a cooperar de boa-fé para garantir o que se leve a bom porto o processo;	Foram feitas consultas entre a Comissão da UA e a ONU, particularmente o secretariado e alguns membros individuais do Conselho de Paz e Segurança no que concerne à implementação das decisões da OUA/UA e ONU concernentes à Sahara Ocidental. Haverá consultas relativas à reactivação do Comité Ad-hoc de Chefes de Estado decidido em 1978, à margem da 30ª Sessão Ordinária da Conferência que terá lugar de 28 a 29 de Janeiro de 2018 A Comissão da UA	As pré-condições estipuladas por Marrocos para retomar conversações directas que são a causa do impasse no processo de paz Falta de acção colectiva decisiva pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para formalmente lidar com a Questão	Encorajar as duas partes a retomarem conversações directas com apoio do Alto Representante da UA para o Sahara Ocidental Exortar ao Conselho de Segurança que formalmente lide com a questão do Sahara Ocidental com a participação		PSD

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			tem estado a solicitar às partes que deem apoio ao Enviado Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para Sahara Ocidental no que concerne ao relançamento do processo de paz no Sahara Ocidental em Outubro de 2017		o do Alto Representante da UA para o Sahara Ocidental Acelerar a finalização das consultas sobre a reactivação do Comité Ad-hoc de Chefes de Estado		
		iii) SOLICITA IGUALMENTE ao Presidente da Comissão da UA que informe à Conferência, em Janeiro de 2018, sobre as medidas e iniciativas que poderá tomar sobre esta questão, a título individual ou com o Presidente da União Africana, em parceria com as Nações Unidas;	A actualização sobre a matéria será submetida à 30ª Sessão Ordinária da Assembleia com o Relatório de Actividades do Conselho de Paz e Segurança e o Ponto de Situação da Paz e Segurança em África	Nenhum	O relatório será apreciado pelos Estados Membros durante a 30ª Sessão Ordinária da Assembleia	Em curso	O CPS fará o acompanhamento
7.	Assembly/AU/Dec.663(XXIX) Decisão sobre	i) SOLICITA ao Presidente da Comissão que assegure que seja fornecido o apGAI/OIA	Foi providenciado apoio e o Painel tem estado a actualizar	Pessoal de apoio e financiamento	Providenciar financiamen	95%	PSD

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	a Nomeação dos Novos Membros Do Painel dos Sábios	necessário ao Painel dos Sábios para permitir o cumprimento pleno do seu mandato, particularmente através de um envolvimento preventivo pró-activo.	ao CPS sobre as suas actividades	inadequados	nto sustentável para as actividades do Painel e recrutar pessoal de apoio adicional		
		ii) SOLICITA IGUALMENTE a Comissão que tome as medidas necessárias para melhorar os recursos humanos do Secretariado do Painel dos Sábios.	A Comissão está a trabalhar no envio de pessoal em Comissão de Serviço, vindo dos Estados Membros e actores relevantes enquanto se espera pelo processo de recrutamento do pessoal necessário	Processo de recrutamento lento na Comissão da UA	A Comissão da UA deve acelerar o recrutamento	50%	A DGRH e o CPS devem acompanhar o processo
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL DA COMISSÃO (GSGC)							
8.	Assembly/AU/Dec.597(XXVI) Decisão sobre a Racionalização das Cimeiras da União Africana e os	DECIDE solicitar à Comissão que elabore um roteiro sobre a implementação das Decisões das Cimeiras da UA, incluindo o uso da abordagem do Quadro de Resultados sobre a implementação das decisões, e apresente à Conferência, através do Conselho Executivo.	Parcialmente implementada. TdR para o consultor elaborados, O roteiro ainda não foi elaborado. O mesmo será elaborado após	Défi ce de Financiamento		50%	Todos departamentos

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	métodos de trabalho da União Africana		consultas com todos os departamentos e o CRP.				
GABINETE DO CONSELHEIRO JURÍDICO (GCJ)							
9.	Assembly/AU/Dec.590(XXVI) Decisão sobre o Tribunal Penal Internacional	DECIDE apoiar plenamente a acção iniciada pelo Governo da República da Maurícia a nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, com vista a assegurar a conclusão da descolonização da República da Maurícia e permitir que a esta exerça efectivamente a sua soberania sobre o Arquipélago de Chagos, incluindo Diego Garcia e SOLICITA à Comissão para dar seguimento a esta questão, em colaboração com todas as partes interessadas, a fim de garantir que as propostas e preocupações africanas sejam atendidas, e que apresente um relatório à Sessão Ordinária da Conferência cuja realização esta prevista para Janeiro de 2017, através do Conselho Executivo.	A Comissão exortou os Estados-Membros dispostos a fornecer informações relevantes sobre a questão perante o Tribunal Internacional de Justiça para apresentarem declarações escritas até 30 de Janeiro de 2018.	O financiamento desta actividade não está previsto em 2018.	A Comissão deve submeter ao Tribunal Internacional de Justiça em nome da União.	50%	
10.	Assembly/AU/Decl.2(XXVI) Declaração sobre a Suspensão das Sanções Unilaterais Prolongadas	SOLICITA à Comissão que apresente um relatório sobre o mecanismo para a implementação da decisão da Conferência de exortar os Estados Unidos da América (EUA) a suspender as sanções unilaterais de longa data impostas ao Sudão, à Sessão Ordinária da Conferência cuja realização está	As sanções contra o Sudão foram levantadas	Não há desafios		100	DAP

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Impostas pelos Estados Unidos da América ao Sudão	prevista para Janeiro de 2017, através do Conselho Executivo.					
11.	Assembly/AU/Dec.615 (XXVII) Decisão sobre o caso Hissene Habre	SOLICITA à Comissão que, em colaboração com o Governo do Chade, organize uma conferência de doadores com a participação dos Estados-Membros, países parceiros, organizações internacionais, organizações não-governamentais e outras entidades para solicitar contribuições voluntárias para o fundo para as vítimas;	A Conferência de anúncio de contribuições será organizada em 2018, em colaboração com o Governo do Chade.	N/A	N/A	0%	
12.	Assembly/AU/Dec.616(XXVII) Decisão sobre o Tribunal Penal Internacional	A Comissão, através da Missão Permanente da UA em Bruxelas, na Bélgica, servirá de secretariado do Comité Ministerial Aberto e prestará apoio institucional ao Grupo Africano em Haia, Holanda, para assegurar uma coordenação efectiva de suas actividades. SOLICITA à Comissão que dê seguimento a esta questão, em colaboração com todas as partes interessadas, para garantir que as propostas e preocupações africanas sejam atendidas e que apresente relatórios regulares à Conferência,	Não implementada	Défice de financiamento			OLC/DAP

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		através do Conselho Executivo.					
13.	Assembly/AU/Dec.622(XXVIII)) Decisão sobre o Tribunal Penal Internacional	SOLICITA à Comissão que apoie a Missão da UA em Bruxelas e Haia no cumprimento das suas atribuições, prestando serviços de secretariado ao Grupo Africano em Bruxelas.		Défice de financiamento			
14.	Assembly/AU/Res.1(XXVIII) Resolução sobre o Arquipélago de Chagos Doc. Ex.CI/994(XXX))	DECIDE continuar atento à questão e SOLICITA à Comissão que apresente um relatório sobre a evolução e a implementação desta decisão à Conferência em Julho de 2017	Relatório actualizado preparado no relatório anual do Presidente a ser submetido aos Órgãos Deliberativos.	N/A	N/A		
15.	Assembly/AU/Dec.622(XXVIII)) Decisão sobre o Tribunal Penal Internacional (TPI)	SOLICITA: i) Ao Grupo dos Estados Partes Africanos em Nova Iorque para, em colaboração com a Comissão, participarem activamente das deliberações do Grupo de Trabalho sobre as Emendas, com vista a garantir que as propostas africanas sejam adequadamente consideradas e atendidas; ii) À Comissão que apoie a missão da UA em Bruxelas e Haia no cumprimento das suas	Em curso	Défice na Fundação Défice de financiamento		Em curso	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		atribuições, prestando serviços de secretariado ao Grupo Africano em Bruxelas;					
		iii) Ao Comité Ministerial Aberto que apresente um relatório sobre a implementação desta decisão à próxima Sessão Ordinária da Conferência, através do Conselho Executivo.	Relatório a ser submetido em Janeiro de 2018	N/A	N/A	100%	
DIRECÇÃO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS (SPPMERM)							
16.	Assembly/AU/Dec.588(XXVI) Decisão sobre a Incorporação do Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda 20163 no Quadro Jurídico Nacional	SOLICITA à Comissão que: i) facilite, em colaboração com a CEA e o BAD, as reformas estatísticas nos países, reformas legislativas específicas, desenvolvimento de recursos humanos e recursos financeiros no contexto da implementação do PPID da Agenda 2063 e dos ODM;	A Estratégia de Mobilização de Recursos Internos da Agenda 2063 foi aprovada pelo CTE e submetida ao Conselho Executivo para apreciação.	Apresentação tardia para aprovação pelo CTE resultante do adiamento da reunião do CTE em Março de 2017 em Dakar, Senegal;	A implementação do Roteiro e desenvolvimento do manual operacional e da plataforma da Agenda 2063, em colaboração com o BAD.	100%	
		ii) Conclua o Projecto de Quadro de Monitoramento e Avaliação da Agenda 2063 e agilize a sua institucionalização, e apresente um relatório na próxima Sessão Ordinária da Conferência, através do Conselho Executivo, em Julho de	Quadro de Monitorização e Avaliação da Agenda 2063 aprovado pelo CTE e submetido ao Conselho Executivo	Apresentação tardia para aprovação pelo CTE resultante do adiamento da reunião do CTE em Março de 2017 em	Implantação do quadro de monitorização e avaliação aos	100%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		2016;	para apreciação.	Dakar, Senegal;	Estados-Membros e às CER.		
		iii) Elabore propostas pormenorizadas dos Projectos Emblemáticos, suas modalidades de execução e suas implicações financeiras;	A actualização pormenorizada sobre os progressos dos projectos emblemáticos foi submetida ao comité de acompanhamento ministerial na Namíbia.	Ausência dos departamentos focais para a reunião ministerial de acompanhamento na Namíbia.	Envolvimento contínuo dos departamentos focais para obter progressos nos acordos de implementação.	100%	
		iv) Garanta a divulgação contínua bem como a consciencialização da Agenda 2063, através de todas as plataformas disponíveis	- mais de 80% dos Estados-Membros receberam missões de integração do PPID. As apresentações da Agenda 2063 foram feitas aos jovens e outras partes interessadas - apoio ao Projecto da Enciclopédia Africana, o Estabelecimento de uma Rede Interactiva de Pontos Focais Preocupados com Parcerias	recursos limitados em termos de financiamento e de pessoal; lenta confirmação dos Estados-Membros para receber missões de integração.	Envolvimento contínuo dos Estados-Membros na integração e popularização da Agenda 2063.	80%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			Estratégicas da União Africana e Cooperação Internacional e sobre o Quinto Retiro da Rede Pan-Africana de Sábios (PanWise).				
		v) Todos os Órgãos da União Africana (AU) incorporem o Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda nos seus quadros operacionais e alinhem-no com os seus respectivos programas;	Apoio técnico alargado para os Órgãos e as CER;	Diferentes calendários em termos de ciclo de planeamento.	Envolvimento contínuo com as CER e os Órgãos da UA.	80%	
		vi) O Parlamento Pan-Africano (PAP) trabalhe em colaboração com os Parlamentos Nacionais e Regionais e o Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC) no sentido de mobilizar seu eleitorado para assegurar o alinhamento de sua agenda com a Agenda 2063;	A ser implementada; as consultas estão em curso			Em curso	
		vii) SOLICITA à Comissão a apresentar, regularmente, um relatório à Conferência sobre a implementação desta decisão, através do Conselho Executivo					
DIVISÃO DE GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PARCERIAS (PMCD)							
17.	Assembly/AU/Dec.626(XXVIII) Decisão sobre a data	CONVIDA a Comissão a, em estreita colaboração com o país de acolhimento, efectuar os preparativos para a Cimeira; SOLICITA à Comissão que apresente	Implementada: Foram realizadas missões de avaliação e foi rubricado o acordo de	Não houve registo de desafios		100%	GSGC

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	da realização da 5. ^a Cimeira União Africana- União Europeia em 2017	um relatório sobre o assunto ao Comité de Representantes Permanentes (CRP).	acolhimento. A questão do acolhimento foi debatida tanto a nível do Subcomité quanto a nível do CRP.				
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DA NEPAD							
18.	Assembly/AU/ Dec.651 Decisão sobre a Plena Integração da NEPAD na Comissão da União Africana	SOLICITA à Comissão que, em consulta com a Agência de Planeamento e Coordenação da NEPAD (NPCA), tome todas as medidas necessárias visando a plena integração da NEPAD na Comissão e informe a Trigésima Sessão Ordinária da Conferência em Janeiro de 2018.	A questão da estrutura de governação da NEPAD será colocada antes da Assembleia para apreciação durante a Cimeira de Janeiro de 2018				BCP
GABINETE DE AUDITORIA INTERNA (GA/OIA)							
19.	Assembly/AU/ Dec.635(XXVIII) Decisão sobre o Resultado do Retiro da Conferência da União Africana sobre a Reforma Institucional	Relativamente ao realinhamento das Instituições da União Africana, a fim de produzir resultados sobre as prioridades referidas: i) A Comissão deve iniciar, sem delongas, uma auditoria profissional sobre os nós de estrangulamento relacionados com questões burocráticas e as ineficiências que impedem a produção de resultados e as respectivas recomendações;	Foi apenas auditado o andamento dos trabalhos durante a transferência das pastas pela nova comissão mas não o sistema todo	Condicionalismos financeiros uma vez que é necessário uma empresa profissional de auditoria para o exercício da auditoria		50%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	da União Africana						
DIRECÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DE CIDADÃO E DA DIASPORA (CIDO)							
20.	Assembly/AU/Dec.591 (XXVI) Decisão sobre os pontos propostos pelos Estados-Membros	RELATIVAMENTE À CANDIDATURA PARA O ACOLHIMENTO DO SECRETARIADO DE ECOSOCC SOLICITA à Comissão que realize uma missão de avaliação adequada e apresente um relatório pormenorizado na próxima Sessão Ordinária da Conferência, através do Conselho Executivo, agendada para Julho de 2016;	A missão de avaliação foi realizada e um relatório foi submetido à análise na Cimeira de Janeiro de 2018.	Não há desafios		100%	
21.	Assembly/AU/Dec.642(XXIX) Decisão sobre o Orçamento da União Africana Para o exercício de 2018	SOLICITA à Comissão que identifique todas as implicações jurídicas, estruturais e financeiras inerentes à deslocalização do ECOSOCC para Lusaca, Zâmbia, e apresente ao CRP para a consideração de um orçamental suplementar;	Uma proposta da estrutura organizacional foi submetida ao Subcomité de Reformas Estruturais para aprovação do CRP.	Não houve registo de desafios.	O Relatório será apresentado ao CRP	Em curso	OLC, DAGRH, PBFA
DIRECÇÃO DA MULHER, GÉNERO E DESENVOLVIMENTO (WGDD)							
22.	Assembly/AU/Dec.621(XXVIII) Decisão sobre o	DECIDE: Conceder o estatuto de Agência Especializada à Organização Pan-Africana da Mulher (PAWO) e à	Após consulta e aconselhamento do OLC, a PAWO será assistida na	Tempo que será necessário para o tratado ser negociado,	Estabelece r um Comité Ministerial	0%	BCP

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	<p>Relatório Anual do Presidente da Comissão da União Africana referente à 2016</p>	<p>Fundação Africana de Reforço de Capacidades (ACBF). SOLICITA à Comissão que apresente relatórios regulares sobre a implementação da presente decisão à Conferência, através do Conselho Executivo.</p>	<p>elaboração do seu novo tratado / acordo / constituição / estatuto em conformidade com o seu novo estatuto, a ser negociado pelos Estados-Membros da UA. O tratado abrangerá, entre outros, o estatuto jurídico, estrutura de governação, secretariado, sede, finanças e ratificação. O texto negociado será adoptado pela Conferência após análise do Conselho Executivo. O tratado será submetido à assinatura e ratificação pelos Estados-Membros.</p>	<p>adoptado e entrar em vigor, o que pode demorar a operacionalização da PAWO em Agência Especializada da UA.</p>	<p>sobre a operacionalização da PAWO com mandato para apoiar a expedição da transformação da PAWO em agência especializada. Convocar uma reunião de consulta com a liderança da PAWO para explorar estratégias que visam acelerar o processo de elaboração</p>		

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
					de tratados.		
23.	Assembly/AU/Dec.635(XXVIII) Decisão sobre o Resultado do Retiro da Conferência da União Africana sobre a Reforma Institucional da União Africana	A Comissão deve estabelecer quotas de mulheres em todas as suas instituições e identificar formas e meios adequados para assegurar a participação do sector privado;	A WGDD está a trabalhar com a Unidade de Reforma e a DAGRH para desenvolver um conceito sobre a cota das mulheres. Um projecto já foi desenvolvido com base nos dados e posições actuais das mulheres. O objectivo é assegurar a igualdade de representação das mulheres em todas os postos da UA, especialmente a nível de gestão (nível P e D).		Organizar consultas com os principais intervenientes e finalizar o documento de síntese e o plano de implementação.	50%	
DIRECÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, ORÇAMENTAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE (PBFA)							
24.	Assembly/AU/Dec.605(XXVII) Decisão sobre	DECIDE o seguinte: <u>Relativamente ao financiamento da</u>	Implementada				BCP/GVPGVP/DEA

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	o resultado do Retiro da Conferência sobre o Financiamento da União Africana	<p>União:</p> <p>i) Instituição e implementação da cobrança de 0,2% sobre todos os bens importados elegíveis para o continente, para financiar os Orçamentos Operacional, de Programas e de Apoio à Paz da União Africana a partir do ano de 2017;</p> <p>ii) Que os montantes decorrentes da cobrança serão automaticamente pagos pela administração nacional numa conta da União Africana aberta nos Bancos Centrais de cada Estado-Membro para a respectiva transferência para a UA, de acordo com a contribuição estatutária de cada Estado-Membro;</p> <p>iii) Que a Comissão crie um mecanismo forte de supervisão e responsabilização para assegurar o uso efectivo e prudente dos recursos;</p> <p>iv) Que a Comissão conclua a reforma institucional da UA em curso para assegurar uma realização mais efectiva dos objectivos da União e o uso prudente de todos os recursos;</p>	Foi tomada decisão, a ser implementada (fazer referência ao relatório sobre o ponto de situação da implementação)				

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		v) Que se institua um Comité de Ministros das Finanças que inclua [dez] Estados-Membros, representando as cinco (5) regiões [dois por região] para participarem da elaboração do orçamento anual.					
25.	Assembly/AU/Dec.641(XXVIII)) Decisão sobre a Implementação do Financiamento da União	TOMA NOTA do Relatório de Progresso do Presidente sobre a implementação da Decisão Assembly/AU/Dec.605(XXVII) sobre o Financiamento da União aprovada em Kigali, Ruanda, em Julho de 2016; i) SOLICITA à Comissão que apresente um relatório sobre a implementação da presente decisão à Sessão Ordinária da Conferência, em Janeiro de 2018.	Em progresso				BCP/GVPGVP
26.	Assembly/AU/Dec.642(XXIX) Decisão sobre o Orçamento da União Africana par o exercício financeiro de 2018	SOLICITA à Comissão que: i) Apresente ao Conselho de Paz e Segurança um relatório sobre o défice de financiamento na ordem de 81.846.337 dólares americanos para a AMISOM criado devido à uma decisão da União Europeia de retirar 20% do seu financiamento anual;					PSD
		ii) coordene e supervisione o processo orçamentário de todos os Órgãos antes da submissão ao Subcomité competente do CRP para a respectiva análise e aprovação;	Tomada em consideração para o orçamento de 2019				

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		iii) Use um novo formato na elaboração do orçamento da UA, que deve ser sustentado por uma projecção sobre a remessa futura dos Estados-Membros e qualquer outra informação relevante de acordo com as decisões relevantes aprovadas pela UA, a fim de facilitar a análise e aprovação eficazes pelos Estados-Membros.					
		iv) INSTA a Comissão a aperfeiçoar e reforçar o processo orçamentário, através da introdução de um orçamento centrado nas prioridades, bem como através da criação de um mecanismo para permitir a avaliação e a monitorização dos resultados;	Tomada em consideração para orçamento de 2019 Foi enviado um Memo do VP para todas as estruturas em relação aos novos requisitos				
		v) CONVIDA a Comissão a harmonizar todos os subsídios em todos os órgãos da UA e levar a consideração do CRP para aprovação;					
		vi) SOLICITA à Comissão que utilize a vantagem comparativa dos Estados-Membros para financiar a implementação de projectos ou programas específicos aprovados, através da contribuição financeira ou em espécie recebida de um Estado-Membro, especificamente identificado pela UA para esse fim.					

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
DEPARTAMENTO DE PAZ E SEGURANÇA (PSD)							
	Assembly/AU/Dec.589(XXVI) Decisão sobre os Comitês Especializados (CTE)	<p>SOLICITA à Comissão que:</p> <p>a) tome todas as medidas necessárias para a operacionalização do AFRIPOL;</p> <p>b) apresente um relatório, através do Conselho Executivo, sobre os progressos realizados na implementação da presente decisão, na próxima Sessão Ordinária da Conferência, em Julho de 2016.</p>	<p>A AFRIPOL está totalmente operacional com a realização da reunião da Assembleia Geral da AFRIPOL em Argel em 2017 e a assunção das funções pelo Director da AFRIPOL em Julho de 2017;</p> <p>A 10.^a Reunião Ordinária do Comité Especializado de Defesa, Segurança e Protecção (CTE-DSP), realizada em Adis Abeba, Etiópia, a 09 de Janeiro de 2018, aprovou o Regulamento Interno da Assembleia Geral da AFRIPOL.</p>	<p>- Recrutamento do pessoal;</p> <p>- Mobilização de financiamento para as actividades da AFRIPOL.</p>	<p>Os Estados-Membros devem apoiar as actividades da AFRIPOL, incluindo através do destacamento do pessoal;</p> <p>- Os órgãos policiais dos Estados-Membros devem participar activamente e nas actividades da AFRIPOL;</p> <p>- O CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos deve analisar o Regulamento</p>	80%	O PSD e o Gab Jurídico devem dar seguimento à questão

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
					to Interno da Assembleia Geral da AFRIPOL.		
27.	Assembly/AU/Dec.593(XXVI) Decisão sobre a Cimeira Extraordinária da União Africana sobre Segurança e Protecção Marítima e Desenvolvimento na África	SOLICITA à Comissão que agilize os preparativos, em colaboração com peritos dos governos e com os Comitês Técnicos Especializados relevantes, incluindo a revisão de documentos relevantes com vistas a garantir a aprovação e assinatura de uma Carta Africana sobre Segurança e Protecção Marítima e Desenvolvimento na referida Cimeira.	A Carta Africana da Segurança e Protecção Marítimas e do Desenvolvimento foi submetida e aprovada durante a Cimeira Especial.	N/A	N/A	100%	GCJ
28.	Assembly/AU/Dec.614(XXVII) Decisão sobre o Fundo Especial da União Africana para Prevenção e Combate ao Terrorismo e o Extremismo Violento em África	DECIDE estabelecer um Fundo Especial da UA para Prevenção e Combate ao Terrorismo e ao Extremismo Violento, a ser financiado através de contribuições voluntárias. A este respeito, a Conferência solicita à Comissão da UA que estabeleça as modalidades necessárias para esse efeito, bem como seu mecanismo de funcionamento;	O Estatuto do Fundo foi aprovado pela 10.ª Reunião Ordinária do Comité Técnico Especializado de Defesa, Segurança e Protecção (CTE-DSP), realizada em Adis Abeba, Etiópia, a 09 de Janeiro de 2018.	Atraso na análise do projecto de estatuto pelo CTE competente.	O Estatuto deve ser submetido ao CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos para sua análise.	80%	O PSD e o Gab Jurídico devem dar seguimento à questão.

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		SOLICITA AINDA à Comissão da UA a apresentar um relatório sobre os progressos realizados na implementação desta decisão, através do Comité de Representantes Permanentes (CRP) e do Conselho Executivo, à próxima Sessão Ordinária da Conferência da União sobre os progressos feitos na implementação desta decisão.	O CRP é constantemente informado sobre o progresso e o Conselho Executivo e a Assembleia receberão o relatório			50	em curso
29.	Assembly/AU/Dec.627(XXVIII) Fundo Especial da União Africana para a Prevenção e Combate ao Terrorismo e o Extremismo Violento na África	SOLICITA à Comissão que apresente o instrumento jurídico ao Comité Técnico Especializado em matéria de Justiça e Assuntos Jurídicos para análise e formulação de devidas recomendações sobre o mesmo; SOLICITA à Comissão que apresente um relatório à Conferência sobre os progressos realizados na execução da presente decisão, em Julho de 2017;	O Estatuto do fundo foi aprovado pela 10.ª Reunião Ordinária do Comité Técnico Especializado de Defesa, Segurança e Protecção (CTE-DSP), realizada em Adis Abeba, Etiópia, a 09 de Janeiro de 2018.	Atraso na análise do projecto de estatuto pelo CTE competente.	O Estatuto deve ser submetido ao CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos para sua análise.	80%	
30.	Assembly/AU/Dec.630(XXVIII) Decisão sobre o Roteiro Principal da União Africana das Medidas Práticas para	ORIENTA o Conselho de Paz e Segurança a criar um mecanismo de monitorização e avaliação com base no qual a Conferência avaliará periodicamente o progresso na implementação do Roteiro Principal;	O mecanismo de monitorização e avaliação foi desenvolvido e partilhado na Comissão da UA e com as CER/MR para que estes possam dar as suas contribuições antes da análise pelo	Demorou muito tempo para receber contribuições dos principais intervenientes, como os órgãos da UA, os Estados-Membros e as CER/ MR.	Os Estados-Membros, os órgãos da UA e as CER/ MR, bem como as organizações da sociedade	75%	O PSD e o Dept. competente da Comissão da UA devem dar seguimento à questão.

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	o Silenciar as Armas em África até o ano 2020	<p data-bbox="352 756 848 1146">SOLICITA ao Conselho de Paz e Segurança que tome as medidas necessárias e mobilize o apoio necessário de todas as partes interessadas, incluindo, em particular, o Conselho de Segurança das Nações Unidas e outros órgãos afins, com vista assegurar o acompanhamento eficaz e a implementação do Roteiro Principal de modo a se materializar o objectivo almejado, que consiste em uma África livre de conflitos</p>	<p data-bbox="865 360 1134 418">Conselho de Paz e Segurança.</p> <p data-bbox="865 756 1134 997">O Conselho de Paz e Segurança tem estado a defender o Roteiro Principal da UA como uma questão transversal em todas as suas decisões.</p>	<p data-bbox="1150 756 1400 967">Há lacunas nos relatórios das partes envolvidas, faltando os prazos na implementação do Roteiro Principal.</p>	<p data-bbox="1417 360 1564 750">civil, precisam reforçar o seu envolvimento no desenvolvimento do mecanismo de monitorização e avaliação</p> <p data-bbox="1417 756 1564 1424">Mais esforços devem ser envidados para que todas as intervenientes possam submeter relatórios sobre a implementação do Roteiro Principal atempadamente. Necessidade de a Comissão concluir o relatório</p>	<p data-bbox="1581 756 1696 782">Até 2020</p>	<p data-bbox="1833 756 2030 967">O PSD e o Dept competente da Comissão da UA devem dar seguimento à questão.</p>

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
					sobre o Silenciar das Armas em Maio e Novembro de cada ano e o relatório deve ser enviado aos Estados-Membros e CER/ MR por obter suas contribuições bem antes das Cimeiras da UA.		
		SOLICITA ao PSC que apresente relatórios sobre o ponto de situação da implementação do Roteiro Principal da UA, para cada sessão ordinária da Conferência	O Relatório inaugural foi submetido na 29. ^a Sessão Ordinária da Conferência da União, realizada em Julho de 2017. O Segundo Relatório será submetido na 30. ^a Sessão Ordinária da Conferência da União, que será realizada em Adis Abeba, nos dias 28 e	Os Estados-Membros, as CER/ MR, os Órgãos da UA e as OSC não apresentaram os seus contributos sobre a implementação do Roteiro Principal atempadamente para que a Comissão pudesse elaborar o relatório para a Conferência.	Principais intervenientes devem enviar os seus relatórios à Comissão da UA a tempo, ou seja, em Junho e Dezembro de cada ano.	Contínua até 2020.	O PSD e o Dept. competente da Comissão da UA devem dar seguimento à questão.

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			29 de Janeiro de 2018.				
31.	Assembly/AU/Dec.645(XXIX) Decisão sobre o relatório inaugural do Conselho de Paz e Segurança da União Africana sobre a Implementação do Roteiro Principal da União Africana de Medidas Práticas para Silenciar das Armas em África até 2020	SOLICITA à Comissão, tal como solicitou o Conselho de Paz e Segurança no seu comunicado de Imprensa [PSC / PR / BR. (CDXXX)] da sua 430ª Reunião, realizada em 24 de Abril de 2014, que submeta e apresente ao CPS os resultados do exercício de mapeamento de âmbito continental que foi lançado no início de 2017, a fim de produzir dados concretos sobre padrões e tendências nos influxos de armas ilegais e fluxos transfronteiriços, desvio e circulação, bem como lacunas nas medidas de controlo nos Estados-Membros, a fim de reforçar os esforços corretivos levados a cabo pela UA;	Foram realizadas consultas com as CER e outros parceiros em Junho de 2017, a fim de melhorar a concepção, o foco e a metodologia do estudo. Em seguida, foi desenvolvida uma pesquisa e divulgada aos Estados-Membros, UA e operações de paz e manutenção da paz da ONU e operações marítimas em Outubro de 2017.	Apresentação tardia de relatórios dos Estados-Membros, e até à data, apenas oito Estados-Membros responderam ao pedido de informação.	O Relatório será enviado ao PSC durante o segundo trimestre de 2018.	65%	O PSD deve dar seguimento à questão
32.	Assembly/AU/Dec.646(XXIX) Decisão sobre o Relatório do	SOLICITA à Comissão, em consulta com os Estados-Membros, que formule um Posição Comum sobre a questão da migração e suas ligações com as redes criminosas e terroristas;					O Departamento dos Assuntos Políticos e Assuntos Sociais devem prestar informações

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Presidente do Comité de Alto Nível da União Africana para a Líbia						actualizadas
33.	Assembly/AU/Dec.66 3(XXIX) Decisão sobre a Nomeação dos Novos Membros do Painel de Sábios	SOLICITA à Comissão que tome as medidas necessárias para melhorar os recursos humanos do Secretariado do Painel dos Sábios	A Comissão está a trabalhar no destacamento de pessoal dos Estados-Membros e dos actores relevantes enquanto aguarda o processo de recrutamento do pessoal necessário.	Processo lento de recrutamento na Comissão da UA;	A Comissão da UA deve acelerar o processo de recrutamento;	50%	DAGRH e PSD deve dar seguimento
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS POLÍTICOS (DAP)							
34.	Assembly/AU/Dec.591 (XXVI) Decisão sobre os Pontos Propostos pelos Estados-Membros	NO QUE DIZ RESPEITO À CONVOCAÇÃO DE OUTRA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO SOLICITA à Comissão e ao Grupo Africano em Nova Iorque que: Reflicta sobre as modalidades práticas de convocação de uma conferência	Não houve actividade alguma	Não houve dotação orçamental	Dotação orçamental adequada e aumento de capacidade humana para levar a cabo esta	0%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		mundial desta natureza e de trabalhar em colaboração para a apresentação da proposta de “ <i>Convocação de uma outra Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e a Intolerância com estes Relacionada</i> ” na Assembleia Geral das Nações Unidas e no Conselho dos Direitos Humanos, e forneça informações sobre o resultado dos seus esforços, na próxima Sessão Ordinária da Conferência, através do Conselho Executivo, em Julho de 2016;			actividade com eficácia		
		Prosseguir a apresentação de uma <i>Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Escravidão, Colonialismo, Ocupação, Indeminização e Restituição</i> , incluindo a convocação de uma conferência internacional para discutir essas questões específicas, bem como as medidas e estratégias para lidar com o seu impacto negativo duradouro no continente.	Não foi levada a cabo actividade alguma	Não há dotação orçamental	Dotação financeira adequada e aumento na capacidade humana para levar a cabo esta actividade com eficácia	0%	
35.	Assembly/AU/Dec.599(XXVI) Decisão sobre a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas	DECIDE atribuir uma rúbrica no orçamento da Comissão visando financiar as actividades do Comité dos Dez e SOLICITA a Comissão que, em colaboração com o Comité de Representantes Permanentes, apresente propostas adequadas a este respeito à Conferência, através do Conselho Executivo, a partir do	Não implementada				PBFA

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Orçamento de 2017;					
36.	Assembly/AU/Dec.604(XXVI) Decisão sobre a Posição Comum Africana sobre a Eficácia da Ajuda Humanitária	DECIDE: i) Adoptar a Posição Comum Africana sobre a Eficácia da Ajuda Humanitária, que deverá ser submetida à Cimeira Mundial Humanitária;	A Posição Comum Africana foi apresentada com Sucesso na Cimeira Mundial Humanitária em Istambul, Turquia	Recursos financeiros limitados	Implementação de Posições Comuns Africanas anteriores pelos EM com vista a lidar com crises humanitárias no Continente	80%	
		ii) criar uma Agência Africana de Ajuda Humanitária que se baseie em mecanismos regionais e nacionais e seja financiada através de recursos próprios da África; e Solicitar à Comissão da UA que inicie o processo de estabelecimento de tal arquitectura alicerçada nos princípios do pan-africanismo e dos valores africanos partilhados	Está em curso o processo de recrutamento de um Consultor Independente para levar a cabo um estudo de viabilidade para a criação da Agência	Recursos financeiros limitados	Disponibilidade de recursos financeiros suficientes bem como capacidade humana	50	
37.	Assembly/AU/Dec.607(XXVII) Decisão sobre a Livre Circulação de pessoas e o	SOLICITA à Comissão que: i) Preste apoio técnico aos Estados-Membros de modo que possam produzir e emitir o passaporte africano para os seus cidadãos;	Em curso				DAGR/BCP

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Passaporte Africano	ii) Leve a cabo um roteiro de implementação para o desenvolvimento de um Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas em África até Janeiro de 2018, que deverá entrar em vigor nos Estado-Membros imediatamente após a sua aprovação.	Foi criado um projecto de roteiro para a elaboração do Protocolo que levou à criação do primeiro projecto do Protocolo	Recursos Financeiros e Humanos Limitados	Afectar recursos financeiros e humanos suficientes	80%	
38.	Assembly/AU/ Dec.617(XXVII) Decisão sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas	DECIDE que a Comissão deve atribuir um orçamento para as actividades do C-10 para o ano de 2017 de acordo com as regras vigentes.	Na sequência da solicitação do Secretariado o Subcomité do CRP para o orçamento alocou um orçamento em apoio ao C-10	Actividade empreendida	A Comissão submeterá a mesma solicitação numa base anual	100%	Actividade implementada
39.	Assembly/AU/ Decl.1 (XXVII) Rev.1 Declaração da Conferência sobre o Tema do Ano de 2016	SOLICITA à Comissão e aos órgãos da UA com mandato de direitos humanos que tomem as medidas necessárias para o estabelecimento do Instituto Pan-Africano de Direitos Humanos (PAHRI) e incentivem os Estados-Membros a se comprometerem a colhê-lo;	O estatuto da PAHRI ainda deve ser adoptado pelo CTE-JAJ. Porém, o DAP está a dar os passos necessários para nomear o Director executivo do Instituto	A adopção tardia do Estatuto do instituto pelo CTE-JAJ. Falta de provisão financeira para criar o instituto	O DAP dará sequência com o GAJ no que concerne a adopção do Estatuto do CTE-JAJ. Serão solicitados mais recursos financeiros	20%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		SOLICITA IGUALMENTE à Comissão que regularmente apresente relatórios sobre a implementação da presente Declaração.					
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E ENERGIA (DIE)							
40.	Assembly/AU/Dec.609(XXVII) 609(XXVII) Decisão sobre a Estrutura de Governação da Iniciativa de Energia Renovável de África (AREI)	MANDATA a Comissão para, em colaboração com o BAD, na qualidade de co-líderes da iniciativa, assegurar a operacionalização da AREI no âmbito do desenvolvimento e industrialização da África e apresentar um relatório à próxima Sessão da Conferência, prevista para Janeiro de 2017.	Implementada. O estudo foi apresentado ao CTE CICT . Implementação actualizada em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec.900(XXVI II). Decisão sobre as actividades do CTE acima referido			100%	
DEPARTAMENTO DOS ASSUNTOS SOCIAIS (DSA)							
41.	Assembly/AU/Dec.619 (XXVII) Decisão sobre o Observatório Africano da SIDA (AWA)	i) SOLICITA à Comissão que, em colaboração com a OMS e outros parceiros, apoie os países no reforço das Contas Nacionais de Saúde e submeta anualmente à Conferência o Quadro de Resultados de África sobre Financiamento Interno para a Saúde;	O Cartão de classificação de Financiamento Doméstico para a matriz da saúde foi actualizado com a inclusão de Marrocos na sequência da sua readmissão na UA	Os dados da OMS de 2017 que são usados para preencher o cartão de classificação não foram publicados causando atrasos na publicação do cartão de	Os dados podem estar disponíveis no fim de Dezembro de 2017. Mediante a disponibilid ade de	50%	A produção da tabela de avaliação depende da OMS - NHAs

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
				classificação de 2017	dados - a tabela de avaliação estará disponível para apresentação durante a Cimeira da UA do meio do ano		
		ii) SOLICITA à Comissão que, em parceria com todas as partes interessadas, realize um processo de consultas de alcance amplo, com vista a desenvolver o novo Quadro Estratégico da AWA (2016-2020);	O Quadro Estratégico da AWA foi elaborado e aprovado pela Cimeira de Julho de 2017	Nenhum	A estratégia da AWA será um guião de referência até 2030	100%	O quadro Estratégico é alinhado em conformidade com a Agenda 2063 e ODS
42.	Assembly/AU/Dec.624(XXVIII) Decisão sobre o Acesso Universal à Imunização como um Elemento Indispensável para a Saúde e o	i) SOLICITA à Comissão, aos Estados-Membros, à Organização Mundial da Saúde (OMS) e a outros parceiros relevantes que facilitem a implementação da Declaração e criarem um mecanismo de acompanhamento e apresentação regular de relatórios à Cimeira, incluindo um quadro de responsabilização correspondente;	Em 27 de Junho de 2017, o roteiro foi oficialmente lançado no 1º Fórum de Saúde da OMS África em Kigali, Ruanda designada Roteiro para a Implementação da Declaração de Adia Abeba sobre a Imunização;	Muitos actores não estão plenamente sensibilizados/familiares com os seus respectivos papéis e responsabilidades no apoio aos Estados Membros a alcançarem as Metas do RSPI	Estabelecer um Secretariado o ADI para envolver todos os actores e responsabilizar a todos pelas suas áreas de responsabil	25%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Desenvolvimento na África		<p>Advocacia, Acção e Responsabilidade.” O roteiro permite a todos os actores a harmonizarem e coordenar esforços colectivamente apoiando aos Estados Membros a cumprirem com os seus compromissos relativos à ADI</p> <p>A revisão externa intercalar do RSPI (que teve lugar na 2ª semana de Outubro de 2017)</p>		<p>idade, bem como supervisionar o quadro de responsabilidade da ADI criando/reforçando sinergias com as plataformas/mecanismos já existentes</p> <p>Abril/Maio de 2018 com todos os actores na imunização com vista a sensibilizar cada grupo sobre os seus papeis & responsabilidades tal como</p>		

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
					destacado no PSPI de África Elaborar material para a apresentação de informação regular por ser apresentada a audiências específicas Documentar as melhores práticas no alcance/sustentação de alguns compromissos do ADI para incluir a sustentação de recursos nacionais para a		

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
					imunização		
43.	Assembly/AU/Decl.3(XXIX) Declaração sobre a Aceleração da Implementação dos Regulamentos Sanitários Internacionais em África	<p>SOLICITA à Comissão, ao CDC África que, em colaboração com a OMS e outras partes interessadas:</p> <p>i) Forneça o apoio técnico necessário aos Estados-Membros para acelerar a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI).</p>	Actualmente a trabalhar com um consultor da OMS enviado para a CDC África para formular um plano de acção detalhado para uma implementação coordenada de IHR nos Estados Membros	Monitorização da implementação e avaliação dos mecanismos de progresso ainda não existentes por conseguinte é necessário desenvolver linhas de orientação para a monitorização e apresentação de relatórios	Actualmente a implementação de uma plataforma online (ECHO) com vista a partilhar informação e melhores práticas de IHR e outras actividades relativas a saúde pública	Duas regiões (Central e Austral) já estão na fase piloto do uso do instrumento	A formação de outras regiões deve ser levada a cabo no primeiro trimestre do próximo ano
		ii) Acompanhe e apresente um relatório de implementação do RSI no contexto do quadro de colaboração entre a OMS e a Comissão sobre o estabelecimento e operacionalização do CDC África para melhorar a segurança da saúde em África;	Está em curso o trabalho de elaboração de um roteiro melhorado para a monitorização da implementação com a OMS .	Obter consenso dos Estados Membros sobre a Monitorização pode ser um desafio como apenas alguns estão a implementar IHR	Acolhimento de uma reunião sobre a prontidão para lidar com as pandemias, por ter lugar em Fevereiro com vista a elaborar um roteiro		

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
					e identificar requisitos essenciais		
		iii) Apresente um relatório bienal sobre a implementação do RSI à Conferência, na Sessão Ordinária de Janeiro.	Finalizada a planificação de actividades por ser empreendidas	Está em curso a preparação do Relatório para Junho de 2018			
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS CIÊNCIA E TECNOLOGIA (HRST)							
44.	Assembly/AU/Dec.589(XXVI) Decisão sobre os Comitês Técnicos Especializados	<p><i>No que diz respeito ao Comité Técnico Especializado de Educação, Ciência e Tecnologia (CTE-ECT 1) - Doc. EX.CL/934 (XXVIII)</i></p> <p>5. ADOPTA a Estratégia Continental do Ensino para África (CESA 2016-2025) como quadro para o sistema de ensino e formação centrado na transformação;</p> <p>6. APELA aos Estados-Membros, Comunidades Económicas Regionais (CER), Parceiros, Sector Privado e Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA) que:</p> <p>i) que popularizem e promovam uma maior sensibilização para a CESA 2016-2025, e</p>	<p>A 2.^a reunião do CTE-ECT2 foi realizada em Outubro de 2017 no Cairo e o relatório foi submetido na Cimeira, algumas CER e alguns Estados-Membros lançaram grupos temáticos para a implementação da Estratégia Continental do Ensino para África (CESA). Cada Grupo possui uma agência parceira que coordena; alguns têm Estados-Membros principais. O seguinte</p>	<p>Recursos para dar seguimento à implementação; publicidade e assistência aos Estados-Membros e às CER para a integração;</p> <p>Os Estados-Membros não</p>	<p>Continuar e esperar por mais recursos;</p> <p>Reforçar a mobilização de recursos e procurar novas</p>	Significante	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>desenvolvam planos de implementação e mobilizem recursos internos para a sua implementação;</p> <p>ii) colaborem com a Comissão com vista à implementação da CESA.</p> <p>7. ADOPTA o Quadro Pan-africano de Garantia de Qualidade e Acreditação (PAQAF) validado.</p>	<p>foi lançado:</p> <p>Educação para mulheres e Raparigas; Alimentação Escolar; Formação de Professores; Ensino Superior; Planeamento Educacional; Paz e Educação; TIC na Educação; Ensino da CTEM.</p> <p>Estudo sobre Formação de Professores, Trabalho e Condições de Vida concluído em Dezembro de 2016. Recomendações estão a ser implementadas através de grupos temáticos de parcerias.</p> <p>Trabalhou com a NEPAD e outras agências para concluir o quadro de</p>	<p>apropriaram-se da CESA;</p> <p>O parceiro ignora a estratégia continental;</p> <p>Financiamento sustentável para implementar o PAQAF e estabelecer uma agência continental de acreditação.</p> <p>Processo lento de ratificação e implementação da Convenção de Adis para</p>	<p>parcerias.</p> <p>Implementação do PAQAF, em colaboração com a Associação das Universidades Africanas e a União</p>	<p>Parcialmente</p>	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>8. EXORTA os Estados-Membros a ratificarem a Convenção Revista sobre o Reconhecimento de Estudos, Certificados, Diplomas, Graus e outras qualificações académicas no ensino superior nos Estados de África (Convenção de Adis Abeba de 2014) e a agilizarem o estabelecimento do grupo de trabalho informal para sua implementação e a designarem pontos focais para o acompanhamento.</p> <p>9. SOLICITA à Comissão, em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que coordene a parceria educativa e o apoio à implementação do processo de harmonização da educação em África.</p> <p>SOLICITA aos Estados-Membros e aos parceiros que promovam o alinhamento das iniciativas de transferibilidade de habilidades na área do ensino técnico e da</p>	<p>indicadores para acompanhar a implementação da CESA;</p> <p>Volume 1 e 2 da Revista da CESA produzidos;</p> <p>Normas e directrizes africanas para a garantia da qualidade são elaboradas pelo Grupo de Trabalho Técnico e a consulta das partes intervenientes está em andamento. Uma proposta para o Sistema Africano de Transferência de Crédito foi lançada com base no levantamento da carga de trabalho do estudante.</p> <p>A Comissão trabalha em conjunto com a UNESCO para acelerar a ratificação e implementação da Convenção de Adis.</p>	<p>reconhecimento das qualificações nos Estados africanos.</p>	<p>Europeia.</p> <p>Promover a popularização da Convenção de Adis nos Estados-Membros para promover a implementação dos processos de harmonização.</p> <p>Assegurar compromisso político pelos Estados-Membros</p>		

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>formação profissional (TVET) com o trabalho contínuo de harmonização e garantia de qualidade no ensino superior.</p>	<p>Foi criado um grupo de trabalho conjunto com os pontos focais designados pelo país para acelerar o processo de ratificação.</p> <p>Uma brochura de material publicitário foi publicada para sensibilizar o público para a Convenção de Adis.</p> <p>Vários Estados-Membros reafirmaram recentemente o seu empenho em acelerar a ratificação da Convenção de Adis.</p> <p>A Comissão defendeu em vários fóruns a promoção da harmonização do ensino superior em África.</p>				
		<p>SOLICITA à Comissão que: i) Crie um comité técnico multidisciplinar</p>	<p>Comité Técnico multidisciplinar sob a</p>	<p>Alguns parceiros preferem trabalhar</p>	<p>Apelar às agências</p>	<p>30</p>	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		de peritos africanos sob a presidência da Comissão e apoio de instituições como o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Centro de Excelência contra a Fome para realizar um estudo geral sobre a relevância e o impacto da alimentação escolar nos Estados-Membros;	<p>presidência da Comissão e apoio do Programa Mundial de Alimentação (PMA) e o Centro de Excelência contra a fome criado</p> <p>Estudo sobre alimentação escolar nos Estados Membros foi concluído em Agosto de 2017. As recomendações estão a ser implementadas para fortalecer um programa endógeno de alimentação escolar, promover recursos locais e colaboração multi-sectorial</p>	individualmente do que em colaboração	da ONU para colaborar e não promover divisões de acordo com o RCM	Significante	
		ii) Implemente a decisão da Conferência de instituir o Dia Africano da Alimentação Escolar, que deverá ser celebrado no dia 1 de Março de cada ano, a partir de 2016;	Dia Africano da Alimentação Escolar comemorado a nível continental no Níger (2016), Brazzaville (2017) e Zimbabwe acolherá as celebrações em	Recursos	Continuar a promover aos Estados Membros e CER e procurar desenvolver	40 Significativo	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			<p>2018.</p> <p>Vários países observaram a nível da CER (SADC), níveis nacional e local</p> <p>Foram feitos discursos políticos e técnicos nas comemorações</p>		<p>realizar as parcerias</p>		
		<p>iii) Elabore modalidades para a celebração do Dia Africano da Alimentação Escolar, em consulta com os Estados-Membros e parceiros relevantes;</p>	<p>A Comissão partilha as directivas sobre a celebração todos os anos desde 2016, e os Estados Membros submetem relatórios sobre as suas actividades de celebração</p>		<p>Continua como está</p> <p>Desenvolver incentivos e recompensas pela excelência e inovação por ser atribuídos no dia Africano de alimentação escolar</p>	<p>100%</p>	
		<p>iv) SOLICITA à Comissão que regularmente apresente relatórios sobre a implementação da presente</p>	<p>Relatório disponível</p>	<p>Resposta inadequada dos</p>	<p>Continuar a fazer lobbies e</p>	<p>significante</p>	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		decisão à Conferência, através do Conselho Executivo.		Estados Membros	fazer uso dos escritórios dos parceiros nos Estados Membros para fazer o acompanhamento		
45.	Assembly/AU/Dec.591 (XXVI) Decisão sobre os Pontos Propostos pelos Estados-Membros	<p>NO QUE DIZ RESPEITO AO TEMA DA UNIÃO AFRICANA PROPOSTO PARA 2017, NOMEADAMENTE, “APROVEITAMENTO DO DIVIDENDO DEMOGRÁFICO ATRAVÉS DO INVESTIMENTOS NA JUVENTUDE”</p> <p>SOLICITA à Comissão que, em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Agência de Coordenação e Planeamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), bem como outros parceiros, como o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e outras agências das Nações Unidas e de Desenvolvimento:</p> <p>i) Acelere a implementação de</p>	A iniciativa continental sobre Dividendo Demográfico foi implementada através do roteiro.	Conforme na alínea ii) abaixo	Conforme na alínea ii) abaixo	90%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		uma iniciativa continental sobre o Dividendo Demográfico para a África;					
		ii) Desenvolva um roteiro com principais produtos e metas a ser submetido à próxima Sessão Ordinária da Conferência, prevista para Julho de 2016, através do Conselho Executivo, para orientar os Estados-Membros e as Comunidades Económicas Regionais (CER) sobre acções concretas a serem implementadas de 2017 em diante.	Um roteiro foi desenvolvido com 4 principais pilares temáticos que orientaram a implementação da decisão. O roteiro foi lançado juntamente com o logotipo sobre o tema do ano durante a Cimeira da UA de Janeiro de 2017.	Poucos países lançaram o tema do ano; Lançamento descoordenado a nível dos países; Alguns países não conseguiram o desenvolver o perfil do país relativo ao Dividendo Demográfico; Poucos Estados-Membros elaboraram relatórios sobre a implementação do roteiro.	Defender a contínua implementação do roteiro da UA para além de 2017; Monitorização, avaliação e elaboração de relatórios sobre a implementação do tema do ano.	90%	
		RELATIVAMENTE À CONFERÊNCIA MINISTERIAL AFRICANA DE 2015 SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL (PI) PARA ÁFRICA EMERGENTE SOLICITA à Comissão que determine as implicações jurídicas, financeiras e estruturais da criação de um Grupo de	A Comissão está a realizar consultas com a OMPI, com vista a criação de um Grupo de Trabalho de Peritos para a elaboração de um programa de acção	Falta de fundos para financiar o Grupo de Trabalho de Peritos	Definir um orçamento em 2018		

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Trabalho de Peritos para o desenvolvimento de um programa de acção para a implementação da Declaração de Dakar sobre Propriedade Intelectual para a África, em colaboração com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).	para a implementação da Declaração de Dakar sobre Propriedade Intelectual para a África				
46.	Assembly/AU/Dec.625(XXVIII) Decisão sobre Promoção e Protecção de Investimentos Africanos para encorajar o Investimento na Juventude	SOLICITA à Comissão que apresente um relatório de forma regular à Conferência, através do Conselho Executivo, sobre a implementação da presente decisão.	A Comissão em resposta a esta questão declarou o ano 2017 como Ano do Aproveitamento do Dividendo Demográfico através de Investimentos na Juventude. Um roteiro de implementação com resultados concretos foi desenvolvido e implementado. O relatório sobre a implementação está disponível.	Recursos limitados para financiar empresas juvenis, bem como a inovação.	Operacionalização do Fundo da Juventude e reforço do envolvimento do sector privado	70%	A implementação é contínua e está em andamento actualmente
47.	Assembly/AU/Dec.635(XXVIII) Decisão sobre as Conclusões do Retiro da	a) No que diz respeito à aproximação da União Africana aos seus cidadãos: i) A Comissão deve estabelecer quotas de jovens em todas as suas instituições e identificar formas e					

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Conferência da União Africana sobre a Reforma Institucional da União Africana	meios adequados através dos quais irá assegurar a participação do sector privado;					
		ii) A Comissão deve criar um Corpo da Juventude Africana, bem como desenvolver programas para facilitar o intercâmbio cultural e desportivo entre os Estados-Membros.	Consultar o Departamento dos Assuntos Sociais, a Divisão do Desporto e Cultura	Atraso na integração do conceito do projecto no actual Programa do Corpo de Jovens Voluntários da União Africana.	Discussões adicionais sobre a integração com o Programa do Corpo de Voluntários da Juventude da UA	30%	
48.	Assembly/AU/Dec.652(XXIX) Decisão sobre a Proposta no Sentido de Declarar o Período 2018-2027 Como a “Década Africana para Formação nos Domínios	SOLICITA à Comissão que, em colaboração com Burkina Faso e parceiros da UA, elabore um plano de acção pormenorizado para a Década e crie uma Plataforma de Diálogo Continental sobre o Desenvolvimento de Competências em África. O plano de acção deve ser submetido à próxima sessão ordinária da Conferência, em Janeiro de 2018, através dos órgãos competentes.	Plataforma inaugural de diálogo continental criada sob a marca “Africa Talk Job”. Os Estados-Membros foram comunicados para que enviassem contributos sobre as questões-chave que servirão de base para o plano de acção;	Atraso em receber contributos dos Estados-Membros Atraso no recrutamento do consultor que irá prestar assistência ao processo	Acelerar o recrutamento do consultor Acompanhamento com os Estados-Membros	40%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Técnico, Profissional, Empresarial e Emprego Juvenil”		Os termos de referência para a contratação de um consultor que irá desenvolver o plano de acção foram finalizados o processo de recrutamento está em curso.				
49.	Assembly/AU/ Dec.660 (XXIX) Decisão sobre a Implementação do Tema do Ano	<p>i) NGRATULA-SE com a organização bem-sucedida do Fórum Pan-Africano da Juventude em N'Djamena, Chade, de 29 de Junho a 1 de Julho de 2017; TOMA NOTA das recomendações do Fórum e SOLICITA à Comissão que assegure a sua implementação.</p> <p>ii) SOLICITA à Comissão e à União Pan-Africana da Juventude (UPJ) que acelerem a implementação do seu Memorando de Entendimento conjunto que os vincula</p>	<p>As conclusões do Fórum estão aplicadas no quadro da implementação do roteiro sobre o tema do ano;</p> <p>Colaboração com a UPJ no Fórum Africano da Juventude e na Cimeira da Juventude UA-EU.</p>	<p>Conforme a linha 46.ii)</p> <p>O compromisso com a UPJ tem constituído um desafio devido à sua organização pouco estruturada;</p> <p>A UPJ não submeteu relatório à CUA em conformidade com o</p>		50%	<p>A eleições da UPJ deverão ter lugar durante a Assembleia Geral, é necessário mobilizar recursos para o reforço de</p>

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
				memorando de entendimento.	capacidades da UPJ.		
50.	Assembly/AU/Dec.661(XXIX) Decisão sobre a Instituição do Fundo Africano da Juventude	SOLICITA à Comissão que apresente, na Sessão de Janeiro de 2018 da Conferência, todos os instrumentos de gestão do Fundo, de acordo com o estudo de viabilidade da Conferência dos Ministros Africanos encarregados da Juventude (Julho de 2008)	O desenvolvimento da arquitectura do Fundo Africano da Juventude que irá definir a sua estrutura de gestão está em andamento uma vez que são necessárias consultas adicionais. Foram elaborados termos de referência para o recrutamento de um consultor que irá apoiar o processo.	O desenvolvimento dos instrumentos exige consultas mais aprofundadas que vão para além dos prazos indicados para apresentação.	Acelerar o recrutamento de um consultor e a participação de outros intervenientes	30%	
		SOLICITA à Comissão que mobilize o apoio de todos os parceiros da União Africana para o Fundo Africano da Juventude.	Estabelecimento do diálogo com o Banco Africano de Desenvolvimento e o PNUD para solicitar apoio para o desenvolvimento do instrumento efectuado e debates sobre as modalidades de colaboração em curso.	Atrasos na recepção de compromissos dos parceiros	Envolvimento de outros intervenientes por levar a cabo	30%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
51.	Assembly/AU/ Decl.4(XXIX) Declaração de Argel sobre o Investimento no Emprego e na Segurança Social para o Aproveitamento do Dividendo Demográfico	<p>SOLICITA à Comissão da União Africana que:</p> <p>i) experiências dos Estados-Membros e produzir um compêndio de boas práticas em matéria de parcerias público-privada (PPP); e apoie os Estados-Membros na elaboração de projectos PPP, inclusive com iniciativas concretas da Fundação Africana para o Emprego em correspondência de qualificações, transformação agrícola, TIC, empreendedorismo, diálogo social, etc.;</p> <p>ii) Interaja com parceiros como ECA, GIZ e OIT em matéria de promoção de competências e previsão da procura e da oferta, incluindo o desenvolvimento de um modelo a ser utilizado pelos Estados-Membros e apoie o reforço de capacidades nos países;</p> <p>iii) Trabalhe com a OIT, a FAO, a CEA, o PNUD e outros parceiros com vista a facilitar a o alargamento da protecção social e da segurança social aos trabalhadores que operam na economia informal e do sector rural, apGAI/OIAndo a transição da economia informal para a economia formal, através da implementação combinada das políticas e instrumentos relevantes da UA e da OIT;</p>					

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		iv) Interaja com o Secretariado da Cooperativa de Desenvolvimento e Produção Agro-pecuária (CODEPA) no sentido de alargar a segurança/protecção social aos artesãos e trabalhadores que operam na indústria artesanal, sempre que necessário, através da implementação do Plano para a Protecção Social para a Economia Informal e para os Trabalhadores Rurais (SPIREWORK) da UA e incorporar a indústria artesanal em suas políticas de desenvolvimento social e económico com uma estrutura específica					
		v) Realize uma cooperação técnica entre os Estados-Membros, no âmbito da Plataforma de Cooperação Técnica Intra Africana, e alargue a cooperação Sul-Sul a outras regiões;					
		vi) Elabore uma Posição Comum Africana sobre o “Futuro Laboral” em África, em colaboração com a OIT; e oriente a coordenação e harmonização de uma posição comum africana no processo global da iniciativa sobre o futuro do trabalho;					

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		vii) Conclua o processo de criação do Fundo de Emprego e Coesão Social em colaboração com o BAD, a OIT e a ECA e apresente um quadro ao CTE de Finanças, Assuntos Monetários e Planeamento do Desenvolvimento para apreciação;					
		viii) Reveja a implementação da Iniciativa Conjunta CUA/BAD/OIT/ECA sobre Emprego Juvenil, de modo a assegurar o seu alinhamento com o Roteiro da UA sobre o Dividendo Demográfico e incorpore a nova Estratégia do BAD para o Emprego Juvenil em África					
DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (DTI)							
52.	Assembly/AU/Dec.605(XXVII) Decisão sobre o Resultado do Retiro da Conferência sobre o Financiamento da União Africana	SOLICITA à Comissão que realize um estudo sobre a gestão dos recursos minerais africanos, com particular destaque à optimização das receitas através da harmonização de direitos e regimes fiscais. Por conseguinte, tendo como base o estudo, desenvolver uma lei modelo que orientará os Estados-Membros na revisão de seus direitos e regimes fiscais	O estudo foi realizado com o apoio do projecto do Centro Africano para o Desenvolvimento de Recursos Minerais na UNECA. O mesmo será analisado pelo CTE de Comércio, Indústria e Recursos Minerais antes da apreciação da Cimeira	O CTE de Comércio, Indústria e Recursos Minerais	O DTI deve submeter o relatório na próxima Sessão Ordinária do CTE de Comércio, Indústria e Recursos Minerais em 2018.	75%	Adopção pelos órgãos deliberativos
		SOLICITA à Comissão que realize um estudo sobre a gestão dos recursos	Consultas internas	Recursos naturais	É	5%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		naturais em África, incluindo a agregação de valor de valor aos minerais em bruto;	revelaram que o âmbito do estudo proposto não é claro	estão para além do mandato da DCI e consideravelmente incluem DERA	necessária orientação sobre o facto disto ser ou não diferente da Estratégia de Produtos da UA		
53.	Assembly/AU/Dec.608(XXVII) Decisão sobre a Zona do Comércio Livre Continental	SOLICITA à Comissão que: i) Em colaboração com as Comunidades Económicas Regionais (CER), formule recomendações e as submeta a próxima Sessão Ordinária da Conferência, prevista para Janeiro de 2017;	Esta acção foi adiada. As Cinco Personalidades Eminentíssimas não foram nomeadas. Posteriormente, a Conferência nomeou o Defensor da ZCLC para liderar o processo de promoção e participação. Continuam os trabalhos e está a gerar resultados positivos. Além disso, a Comissão está a trabalhar na nomeação de	Não é necessário implementar esta decisão	Não é necessária Acção subsequente	100%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			representantes de alto nível que serão nomeados para envolver os principais intervenientes em todo o continente para garantir a rápida assinatura e ratificação do projecto de Textos Jurídicos.				
		ii) Elabore e circule pelos Estados-Membros textos de negociação sobre o comércio de bens e serviços a serem utilizados nas consultas nacionais visando solicitar contribuições dos governos e orientar o trabalho do Fórum de Negociação da ZCLC, a fim de acelerar as negociações da ZCLC;	Esta acção foi realizada e facilitou o processo efectivo de negociação.	Nenhum	N/A	100%	
		iii) Apresentar opções viáveis sobre como eliminar as barreiras não-tarifárias entre os países africanos visando a promoção do comércio intra-africano.	Os Ministros do Comércio informaram que o trabalho sobre a questão das barreiras não tarifárias seja incorporado no programa de trabalho sobre Promoção do Comércio Intra-africano (BIAT)/Zona de Comércio Livre	Nenhum	N/A		

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			Continental (ZCLC). Isto foi feito.				
		iv) SOLICITA à Comissão que apresente um relatório sobre a implementação desta decisão à próxima Sessão Ordinária da Conferência, prevista para Janeiro de 2017	Um relatório foi apresentado pelo antigo Comissário para o Comércio e Indústria numa sessão da Conferência à porta fechada.	Nenhum	N/A		
54.	Assembly/AU/Dec.623 (XXVIII) Decisão sobre a Zona do Comércio Livre Continental	SOLICITA à Comissão que: Mobilize financiamento para a implementação do Programa de Eliminação de Barreiras não-Tarifárias na ZCLC;	A proposta do projeto foi elaborada pelo departamento e iniciou-se a mobilização de recursos. Os Ministros do Comércio actuaram com base no aconselhamento dos Negociadores-Chefe para incorporar este trabalho no processo sobre a ZCLC e não trabalhem de forma independente com vista a uma maior coerência e eficácia.	Nenhum	N/A		
		Realize consultas e acções visando o reforço de capacidades dos Estados-	Várias reuniões foram realizadas pela	Capacidade limitada de	Continuar o apoio	75%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		Membros e das partes interessadas, incluindo a sociedade civil e o sector privado, para assegurar a conclusão atempada das negociações da ZCLC;	CUA em 2017 para envolver as partes intervenientes, resultando na laboração de um projecto de Modelo para a Consultas às Partes Intervenientes. Os Estados-Membros comprometeram-se a envolver as partes intensamente no decorrer de 2018.	recursos humanos para cobrir todos os convites das partes intervenientes	através da prestação de informações normalizadas sobre a ZCLC às partes interessadas.		
		Apresentar um relatório sobre a implementação da presente decisão à próxima sessão ordinária da Conferência, cuja realização está prevista para Julho de 2017.	Relatório de actividades sobre a ZCLC apresentado pelo Promotor da ZCLC.	Nenhum	N/A		
55.	Assembly/AU/Dec.647(XXIX) Decisão sobre a Zona do Comércio Livre Continental	SOLICITA à Comissão que obtenha financiamento suplementar para as reuniões contidas na Lista Revista de Reuniões para permitir que os Estados-Membros da UA concluam o projecto de Texto Legal e seus Anexos até Dezembro de 2017	O DTI solicitou um Financiamento Suplementar que foi concedido em tempo oportuno. Como resultado, o prazo previsto foi atingido.	Nenhum	N/A	100%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA (DREA)							
56.	Assembly/AU/Dec.591 (XXVI) Decisão sobre os Pontos Propostos pelos Estados-Membros	<p>NO QUE DIZ RESPEITO À UMA ARQUITETURA AFRICANA PARA REDUÇÃO DE RISCOS DE CATÁSTROFES</p> <p>SOLICITA à Comissão que:</p> <p>i) Em colaboração com Camarões presente, um roteiro para a criação do Centro de Excelência para Pesquisa, Prevenção e Gestão de Riscos de Catástrofes;</p> <p>ii) Trabalhe com parceiros no que diz respeito ao fornecimento de recursos aos Estados-Membros para a mitigação de catástrofes.</p>	<p>Está a ser prestado apoio através dos parceiros com vista a elaborar o projecto de roteiro das CER para a criação do Centro Africano de Investigação, Prevenção e Gestão de Risco de Catástrofes.</p> <p>A Comissão, em colaboração com as CER e outras partes interessadas, está agora no processo de desenvolvimento do programa africano de serviços climatológicos, cuja implementação deverá começar em 2018. Embora o programa não seja exclusivo da RRC, os serviços climáticos</p>		<p>Apresentação do relatório ao Conselho Executivo da UA para obter orientações adicionais sobre a criação do Centro.</p> <p>Finalizar o processo de desenvolvimento de um programa africano sobre serviços climatológicos para o desenvolvimento sustentável (GFCS), com implementa</p>	100%	<p>O processo de desenvolvimento de um programa africano sobre serviços climatológicos para o desenvolvimento sustentável está em andamento. O programa reforçará a produção, disponibilidade, entrega e aplicação de serviços de monitorização</p>

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			desenvolvidos através do programa servirão de base para os Membros-Estados de uma forma científica fiável de atenuar catástrofes.		ção que deverá começar em 2018.		climática e previsão baseada na ciência. Embora o programa não seja exclusivo da RRC, os serviços climatológicos a serem desenvolvidos apGAI/OIArão os Estados-Membros na tomada de decisões informadas para a mitigação de catástrofes
57.	Assembly/Au/Dec.603(Xxvi) Decisão sobre os Compromissos de África no quadro das Negociações Mundiais sobre as Alterações	SOLICITA à Comissão que finalize a proposta do programa sobre o clima e o desenvolvimento em África (ClimDev-Africa) desenvolvido no âmbito do reforço da estrutura de 3 níveis de negociações, uma estratégia sobre a forma de maximizar as vantagens do Acordo de Paris para a África e uma avaliação das necessidades dos países africanos para a implementação dos	O Departamento, em colaboração com os parceiros do programa ClimDev Africa, desenvolveu um plano de actividades do programa ClimDev que comporta duas fases.	Falta de recursos financeiros para implementar a segunda fase do programa ClimDev Africa.	As três instituições parceiras estão em vias de desenvolver uma estratégia de mobilizaçã	40%	

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	Climáticas	seus Contributos Previstos Determinados a nível Nacional (CPDN) para o Acordo de Paris, incluindo em relação aos meios de implementação, e apresente recomendações antes da Vigésima-segunda Conferência das Partes sobre os meios de mobilização de recursos adequados para o apoio à implementação das contribuições determinadas a nível nacional dos Estados africanos			o de recursos. Os preparativos também estão em andamento para a mesa redonda dos parceiros com vista a aumentar os recursos para o programa. O Departamento também está a preparar propostas de financiamento para apoiar países e as CER na implementa		

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
					ção do Acordo de Paris e CDN.		
58.	Assembly/AU/Dec.640 (XXVIII) Decisão sobre o Envolvimento de África nas Negociações Globais sobre Mudanças Climáticas na 22.ª Conferência das Partes (COP22)	SOLICITA ao Grupo de Negociadores Africanos sobre as Alterações Climáticas (GNA) que, em colaboração com a Comissão e a AMCEN, elabore um Quadro de Alto Nível para Monitorização e Avaliação do Apoio Climático, no contexto do objectivo de mobilização anual de 100 mil milhões de dólares americanos até 2020 junto dos países desenvolvidos, a fim de melhorar o alcance da acção orientada por países e a respectiva apropriação em África, bem como o reforço dos resultados para lidar com as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável.	O Grupo Africano de Negociadores (GNA) iniciou e encarregou alguns membros a desenvolverem o projecto de Alto Nível para Monitorização, Avaliação do Apoio ao Clima conforme solicitado pela Cimeira.	Exigência de deveres em relação os preparativos para a COP 23 que afectou a redacção	Projecto a ser finalizado, apresentado aos Grupos de Peritos, Estados-Membros para validação e a AMCEN para adopção e os órgãos deliberativos da UA.	20%	
59.	Assembly/AU/Decl.1(XXIII) Declaração de Malabo sobre o Crescimento e Transformação Acelerados	No que diz respeito à implementação da Declaração de Malabo sobre Crescimento e Transformação Acelerados da Agricultura com vista à Partilha de Prosperidade e a Melhoria dos Meios de Subsistência, traduzindo a visão 2025 e os objectivos para a transformação	A CUA desenvolveu directrizes para a implementação da	O número de Estados-Membros que integraram a			

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
	<p>da Agricultura em África com vista à Partilha de Prosperidade e à Melhoria dos Meios de Subsistência – Doc. Assembly/AU/2(XXIII)</p>	<p>agrícola de África:</p> <p>1.CONVIDA o Presidente da Comissão a submeter uma proposta com vista a reforçar as capacidades institucionais do Departamento principal, bem como as outras unidades relevantes, para análise e aprovação na Sessão Ordinária de Janeiro de 2015 do Conselho Executivo;</p> <p>2.SOLICITA à Comissão que desenvolva uma estratégia de implementação e um roteiro que facilitem a tradução da visão e os objectivos de 2025 do Crescimento e Transformação Acelerados da Agricultura em África em resultados e impactos concretos e submeta um relatório na Sessão Ordinária de Janeiro de 2015 do Conselho Executivo para análise.</p> <p>3.SOLICITA à Comissão da UA que acelere a operacionalização do Banco Africano de Investimento.</p> <p>4.SOLICITA à Comissão da UA e às CER que facilitem a aceleração da integração económica para promover o comércio intra-africano e a agricultura.</p> <p>5. SOLICITA à Comissão que desenvolva mecanismos que melhorem a capacidade de geração e gestão de</p>	<p>Declaração de Malabo que fornecem uma orientação harmonizada aos Estados-Membros para a integração da declaração de Malabo nos Planos Nacionais de Investimentos Agrícolas. A CUA apoiou 8 países no desenvolvimento dos seus Planos Nacionais de Investimento Agrícola (PNIA) e forneceu suporte de revisão independente para 4 MS para garantir a conformidade de Malabo com os PNIA.</p> <p>A UA elaborou directrizes para a responsabilização mútua e a elaboração de relatórios de revisão bienal e de tabela de avaliação sobre a transformação da</p>	<p>Declaração de Malabo ainda é baixo.</p> <p>O sistema de dados a nível nacional é fraco.</p> <p>O ambiente político para o investimento no sector privado precisa de mais reformas.</p> <p>Recursos limitados para apoiar os Estados-Membros a implementar a Declaração de Malabo através do Plano de Actividades.</p>			

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
		<p>conhecimento e de dados em África para reforçar o planeamento e implementação baseados em evidências.</p> <p>6. SOLICITA à Comissão que institucionalize um sistema de revisão por pares que encoraje um bom desempenho na realização dos progressos realizados na implementação das disposições da presente Declaração e reconheça o desempenho exemplar bienal através de prémios.</p> <p>7. SOLICITA à Comissão que conduza, de dois em dois anos, a partir do ano de 2017, o processo de revisão das políticas agrícolas, e submeta um relatório sobre os progressos realizados na Conferência na sua Sessão Ordinária de Janeiro de 2018.</p>	<p>agricultura. A CUA formou peritos a nível nacional no domínio da elaboração de relatórios sobre 43 indicadores desenvolvidos para acompanhar a implementação da Declaração de Malabo, onde participaram 52 países.</p> <p>Quarenta e cinco (45) países submeteram o relatório de revisão bienal apresentado ao CTE sobre Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente e que será submetido aos Chefes de Estado em Janeiro de 2018.</p> <p>A CUA desenvolveu um plano de actividades para a implementação da Declaração de Malabo (2017-2021)</p>		<p>A CUA,NPCA e as CER desenvolveram planos conjuntos para apoiar os Estados-Membros a integrar a Declaração de Malabo.</p> <p>Mobilização de Recursos para a responsabilização mútua e o reforço dos dados a nível nacional para</p>		

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			<p>para permitir o apoio coordenado e catalisador e a mobilização de recursos para implementar a Declaração de Malabo.</p> <p>A CUA desenvolveu o Quadro Nacional de Parceria do Agronegócio para apoiar os Estados-Membros a mobilizar investimentos do sector privado na Agricultura.</p> <p>O DREA/CUA desenvolveu um quadro para promover o comércio de produtos e serviços agrícolas em conformidade com a Zona de Comércio Livre.</p> <p>Para aumentar os padrões e penetrar nos mercados internos e externos, o</p>		<p>assegurar a qualidade do relatório e permitir o planeamento e a implementação com base em evidências.</p> <p>Apoiar os Estados-Membros para mobilizar o investimento do sector privado através do Quadro de Parceria Nacional do Agronegócio (CAP-) F.</p>		

NO	NÚMERO DA DECISÃO	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	DESAFIOS	VIA A SEGUIR	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
			DREA /CUA desenvolveu um mecanismo de coordenação sobre segurança alimentar que reforçará a capacidade dos Estados-Membros em matéria de segurança alimentar. Uma proposta para o laboratório continental de segurança alimentar está a ser desenvolvida.				

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2018-01-26

Report of the Commission on the Implementation of Previous Decisions of the Executive Council and the Assembly

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8931>

Downloaded from African Union Common Repository